


# ATRAVÉS DO AMAZONAS

Impressões de viagens  
realizadas em 1921

JOAQUIM GONDIM

2.<sup>a</sup> Edição





Com a publicação deste livro não pretendo obter encômios nem fazer jus à menor conquista no cenário da vida intelectual.

O meu único objetivo é prestar uma pequena contribuição à história contemporânea, descrevendo, sem as lapidações do aticismo, as impressões de tudo o que observei através do estuário de alguns desses rios caudalosos que formam a nossa grandeza fluvial.

Devo, entretanto, confessar que, nessas excursões, não tive o prazer de percorrer a imensa calha do rio Amazonas, e foi este o motivo que me privou de retratar as belezas e os encantos naturais de municípios importantes como Itacoatiara e Parintins, que se constituíram, nos tempos áureos, verdadeiros fatores do nosso progresso material e

# Através do Amazonas

IMPRESSÕES DE VIAGENS REALIZADAS EM 1921



2ª Edição

GOVERNO DO

AMAZONAS

Governador do Amazonas  
Amazonino Armando Mendes

Vice-Governador do Amazonas  
Samuel Assayag Hanan

Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Desporto  
Robério dos Santos Pereira Braga

Secretária Executiva de Estado da Cultura, Turismo e Desporto  
Vânia Maria Cyrino Barbosa

Secretária Executiva Adjunta  
Inês Lima Daou

Assessor de Edições  
Antônio Auzier Ramos

Associação dos Amigos da Cultura  
Saul Benchimol  
Presidente

Alberto Paixão Gonçalves  
Diretor Executivo

**SEC**

Secretaria de Estado da  
Cultura, Turismo e Desporto

Av Sete de Setembro, 1546 - anexo ao Centro Cultural Palácio Rio Negro  
69005-141 Manaus - Am - Brasil Tels (92) 633 2850 / 633 3041 / 633 1357 - Fax (92) 233 9973  
e-mail [sec@visitamazonas.com.br](mailto:sec@visitamazonas.com.br) - [www.visitamazonas.com.br](http://www.visitamazonas.com.br)

Joaquim Gondim

# Através do Amazonas

IMPRESSÕES DE VIAGENS REALIZADAS EM 1921



2ª Edição



Edições Governo do Estado

Manaus - 2001

Copyright 2001 Governo do Estado do Amazonas  
Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto.

Acompanhamento Editorial: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA

Editores Eletrônicos: Lídia Santos da Silva.

Revisão: Alcides Werk

Ficha Catalográfica  
Elaborada pela Coordenação de Editoração da UA.

Gondim, Joaquim

Através do Amzonas: impressões de viagens realizadas em 1921 / Joaquim Gondim. 2ª edição. Manaus: Edições Goveno do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto 2001.

105 p.

1. Amazônia - História I. Título

CDD 981.2

CDU 981(811.31)



*Ao Ex<sup>mo</sup> e Rev.<sup>m</sup> João Irineu Joffily, digníssimo bispo do Amazonas, testemunho de veneração e respeito.*





# Agradecimento

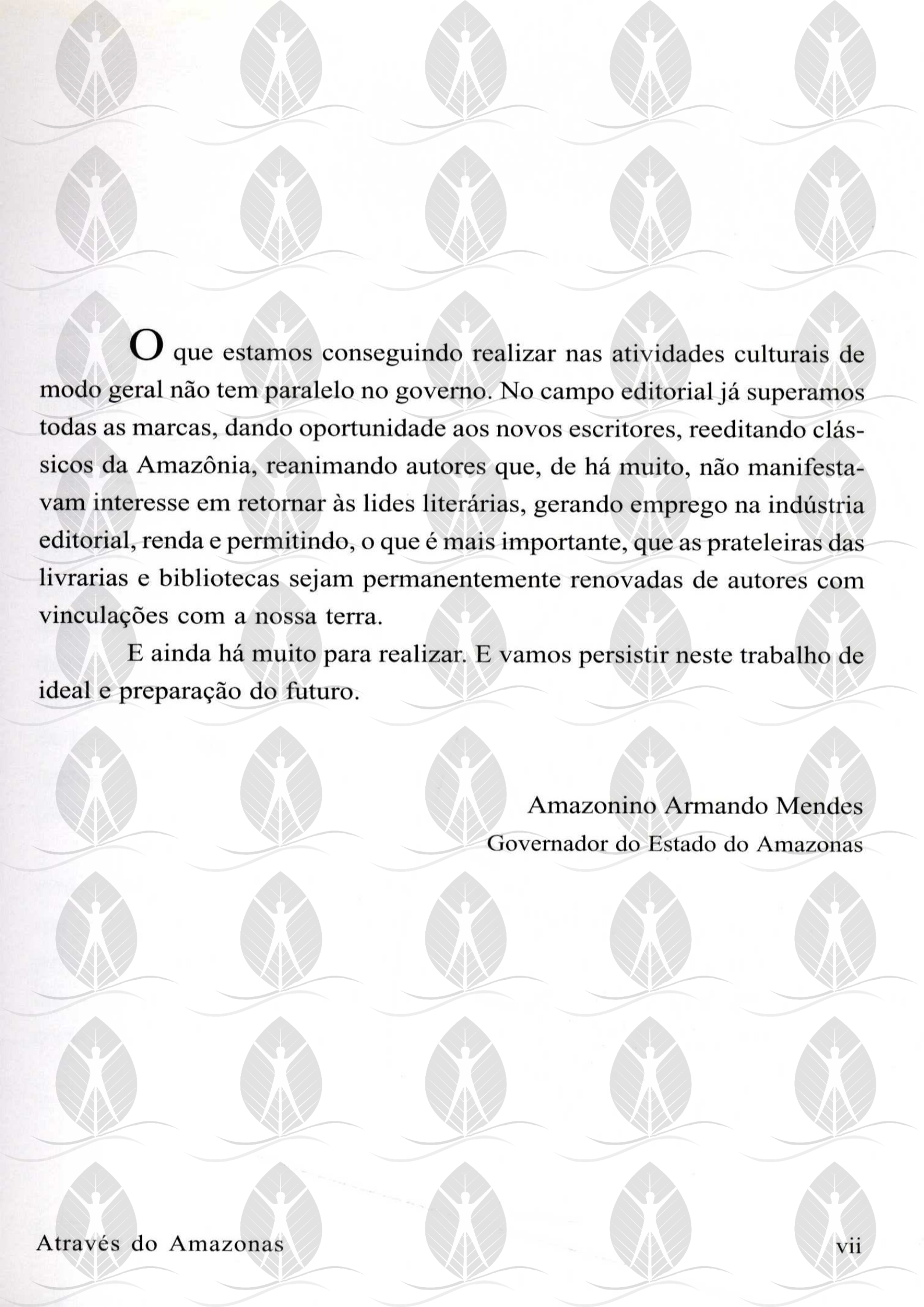


*Aos meus pais, à minha esposa, aos meus filhos e aos meus irmãos.*

*Prova de afeto e carinho.*

*Aos meus dignos amigos Coronel Guerreiro Antony, Dr. Vicente Torres da Silva Reis, Dr. Bento Martins Pereira de Lemos, Coronel Leopoldo de Matos, Dr. Mario do Rego Monteiro, Dr. Sebastião Barroso Nunes, Dr. Bernardino de Paiva, Comendador Antonio Duarte de Mattos Areosa, Napoleão Normando, Dr. Antonio Luiz Drummond da Costa, Dr. Aprígio Martins de Menezes, Dr. Adriano Jorge, Xisto Vieira Filho, Dr. Vivaldo de Palma Lima e Coronel João Martins de Araújo, - dedico esta página como um testemunho de alta consideração.*





O que estamos conseguindo realizar nas atividades culturais de modo geral não tem paralelo no governo. No campo editorial já superamos todas as marcas, dando oportunidade aos novos escritores, reeditando clássicos da Amazônia, reanimando autores que, de há muito, não manifestavam interesse em retornar às lides literárias, gerando emprego na indústria editorial, renda e permitindo, o que é mais importante, que as prateleiras das livrarias e bibliotecas sejam permanentemente renovadas de autores com vinculações com a nossa terra.

E ainda há muito para realizar. E vamos persistir neste trabalho de ideal e preparação do futuro.

Amazonino Armando Mendes  
Governador do Estado do Amazonas



# Prefácio



Joaquim Gondim de Albuquerque Lins não foi um literato, na expressão mais acertada do termo. Homem bem relacionado, cuidou de escrever *Através do Amazonas* com o intuito de oferecer um depoimento sobre a região, especialmente os seus rios interiores, naqueles anos em que outros talentos também se destacavam.

É obra de impressões de viagens, longas e lentas viagens pelas calhas dos rios, muitas vezes sem aportar nas cidades mais tradicionais, prósperas e reconhecidas por outros viajantes, mas que registra as observações de um homem de espírito sensível, não só sobre a malha fluvial que recorta a Amazônia brasileira, mas trata do homem, do abandono da região, das possibilidades da produção agrícola, da proteção dos índios, das fazendas e seus proprietários distanciados no rio Branco, na esperança de deitar raízes e prosperar na economia. Nele não faltam observações sobre o tipo de transporte, o comércio ambulante, tipo de regatão que varava rios e igarapés para atender a todos os ribeirinhos. E há registros fotográficos que ilustram várias circunstâncias da vida interiorana.

Mas não resistiu à grandeza das expressões para traduzir o que vira ao longo dos incansáveis dias de viagem. É que a opulência da Amazônia parece mesmo sufocar, exigir excessos na tentativa de sua tradução para os que lêem, e embora tenha procurado, aqui e ali, ser conciso, fugir das expressões marcadamente exageradas, não conseguiu a isenção que pareceu pretender em outros capítulos do livro.

Robério Braga



# Breve Explicação



Com a publicação deste livro não pretendo obter encômios nem fazer jus à menor conquista no cenário da vida intelectual.

O meu único objetivo é prestar uma pequena contribuição à história contemporânea, descrevendo, sem as lapidações do aticismo, as impressões de tudo o que observei através do estuário de alguns desses rios caudalosos que formam a nossa grandeza fluvial.

Devo, entretanto, confessar que, nessas excursões, não tive o prazer de percorrer a imensa calha do rio Amazonas, e foi este o motivo que me privou de retratar as belezas e os encantos naturais de municípios importantes como Itacoatiara e Parintins, que se constituíram, nos tempos áureos, verdadeiros fatores do nosso progresso material e financeiro, há dez anos entravado pela crise tenebrosa que assoberba os centros comerciais e produtores.

Não me foi possível também visitar todas as localidades dos rios percorridos, resultando desse mal o silêncio imposto ao meu livro sobre as maravilhas de outros municípios, notadamente o de Porto Velho, que é, incontestavelmente, o centro de maior movimento do interior do Estado.

Trata-se, pois, de um trabalho incompleto e fraco demais para corresponder à expectativa do público leitor. Mas assim mesmo, não deixo de invocar para ele a indulgência das almas generosas, com a afirmação sincera de que o escrevi animado pelo intuito de uma recompensa que me possa favorecer no empreendimento de novas viagens aos pontos não percorridos, oferecendo-me, destarte, o ensejo de completar as minhas impressões.

Eis aí a ligeira explicação que me cabia dar ao espírito magnânimo do público amazonense.

*Joaquim Gondim de Albuquerque Lins.*







# Sumário

— **محتوى** —

Rio Branco

1

Rio Purus

35

Rio Madeira

61

Rio Negro

83

Rio Solimões

95

Joaquim Gondim



## Rio Branco



*O abandono da região – Aspectos naturais do alto e do baixo rio. – Caracarái e Boa Vista. – A produção bovina e a estrada de rodagem de Manaus a Boa Vista. – A fazenda nacional “São Marcos”. – O serviço de transporte fluvial e a linha de navegação mantida pela inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios. – O contrabando nas fronteiras. – O posto indígena do alto rio Surumu. – A riqueza do subsolo. – Origem das fazendas nacionais.*



# I



Não escapou ao espírito previdente de um antigo explorador a revelação de que havia, no território do Amazonas, relegado ao abandono, um paraíso imenso de riquezas naturais.

A sombra dessa verdade refletia sobre o Rio Branco, como que para despertar a alma de um povo inerte que ainda permanecia nas trevas da indiferença, completamente alheio àqueles maravilhosos colossos, que tanto fascinam os olhos dos nossos vizinhos da Venezuela e da Guiana Inglesa.

Nesse tempo, o Brasil delirava na febre da expansão colonial. Em todas as suas províncias do sul e do nordeste, fazia-se sentir o sopro da iniciativa e do trabalho desbravando a floresta virgem, cultivando o solo e explorando todos os ramos da indústria nacional.

No entanto, como sempre acontece com os centros produtivos do Amazonas, o Rio Branco permanecia em estado de adinamia. A sua opulência não chegara a atrair o elemento nacional, sabendo-se apenas que, em princípios do século XVIII, fora fundada, nas cabeceiras do rio Pirarara, afluente do Mahu, uma aldeia de índios brasileiros, administrada pelo carmelita frei José dos Santos Inocentes, que levantara no local uma capela e concentrara alguns silvícolas disseminados pelos campos adjacentes, ensinando-lhes os primeiros rudimentos da cultura agrícola.

Outros povoados surgiram depois, mas tão insignificantes e deserdados da proteção oficial, que tiveram a mesma duração das rosas de Malherbe.

A própria aldeia de Pirarara desaparecera, a despeito das tentativas de colonização dos silvícolas, que, por várias vezes, tiveram de repelir

grupos invasores de espanhóis e ingleses, que tentaram apoderar-se das suas terras.

Foi este o resultado que tiveram os primeiros surtos de colonização no Rio Branco e, ainda hoje, em pleno regime republicano, a região sente os efeitos do esquecimento oficial. Afora o desenvolvimento da pecuária, nada mais se nota ali que os impulsos de uma colonização retardatária, em cujo plano figuram apenas a fazenda nacional “São Marcos” e o posto indígena do Surumu. As próprias fazendas particulares, possuidoras de grandes rebanhos bovinos, não apresentam um único edifício recomendável, tampouco vaqueiros ou agregados em número capaz de satisfazer as exigências do serviço.

É lamentável essa falta de povoamento tanto mais quando é sabido que, naquela opulenta região, o homem encontra margem para a sua prosperidade, em todos os ramos do serviço rural.

Quem percorre o baixo rio, através de soutos verdejantes, sente a desoladora impressão de um exílio, divagando a vista, horas e horas, sem lóbrigar a sombra de uma pequena habitação. As margens permanecem ao abandono, a despeito das suas magníficas terras firmes e das suas árvores preciosas, que constituiriam verdadeira fonte de riqueza se fossem aproveitadas, na intensificação da cultura agrícola e na exploração da indústria de óleos vegetais.

Mas a lavoura é uma coisa quase desconhecida no baixo rio. Com exceção das propriedades *São Francisco*, de Hermínio Benício de Souza; *Santa Maria*, de Silvino Cruz; *Vista Alegre*, de Norzagaray e Companhia, e *São Felipe*, de Elias Gonçalves, as demais não apresentam nenhum incremento agrícola, sendo fora de dúvida que os seus proprietários importam cereais para o consumo particular.

Atribuir esse descaso à esterilidade do solo seria cometer uma grave injustiça, porque a experiência já demonstrou, de modo palpável, que as

terras do Rio Branco são apropriadas à cultura agrícola, produzindo o feijão, a mandioca, o milho, o arroz, o café, o tabaco e outros gêneros de consumo.

Dizem os proprietários locais que o mal deriva das dificuldades de transporte, que tornam a região quase insulada, notadamente no rigorismo da vazante, em que é diminuto o rio, observando que o pequeno agricultor não encontraria ali nenhuma vantagem na lavoura, porque, além da demora, no embarque de seus produtos, teria de sujeitar-se a fretes onerosos que poriam os gêneros no centro consumidores, por preços exagerados.

Daí a causa do desprezo que os habitantes votam à agricultura, empregando-se de preferência, no serviço de extração da balata e da castanha e na exploração da indústria do tabaco, acontecendo que, terminada a safra desses produtos, alguns descem para Manaus, com o fim de desfrutar as suas parcas economias e outros ficam nas propriedades preocupados em trabalhos de pouca importância.

## II

É belo e majestoso o vasto estuário do Rio Branco. Na época da cheia que, de ordinário, começa em maio e se prolonga até agosto, as águas abrangem toda a largura da artéria fluvial, polvilhada de ilhas e ilhotas, alagando as margens nos pontos em que o terreno declina, na sua acidentada extensão. Mas, com a vazante, essa enorme caudal desaparece, convertendo-se em pequeno volume de água coleante, a perlongar as praias alvadias, ou melhor, os imensos tabuleiros de tartarugas.

No entanto, o Rio Branco é o mais poderoso manancial do rio Negro, desaguando na margem esquerda deste rio, acima da vila de Moura, em frente à povoação de Carvoeiro.

A sua extensão é de seiscentos e seis quilômetros, a partir da foz

até o ponto fronteiro ao forte São Joaquim. Aí, na configuração de um ângulo, traçado pela natureza, o rio recebe pela margem esquerda o Takutu e se prolonga pela margem direita com o nome de Uraricuera, bifurcando-se mais acima com os nomes de Maracá e Santa Rosa, sendo esta a via fluvial que se estende até a cordilheira conhecida por Paracaima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. O rio Takutu, considerado o afluente mais importante do rio Branco, recebe no seu leito, além de outros os tributários Surumu, Cotingo e Mahu, notando-se que é por esta artéria fluvial que se chega até as cordilheiras da zona banhada pelo rio Rupununy, na fronteira com a Guiana Inglesa.

Entre os afluentes que cortam o baixo rio Branco, pela margem direita, contam-se o Niviny e o Caratirimani. São duas artérias abandonadas que deviam merecer a indulgência de uma viagem de observação, atendendo-se à versão corrente de que, nas suas margens, a grande distância, existem grandes balatais e seringais que os primitivos habitantes não souberam explorar.

O Niviny é um rio de grande curso, cujo lençol apresenta o mesmo negror do rio Negro, ao passo que o Caratirimani tem a mesma cor das águas do rio Branco.

Os tributários do alto rio Branco descrevem o seu curso através de cordilheiras e campinas que se perdem à vista do espectador, sabendo-se que alguns desses vales abrem via de comunicação com os rios Jauaperi e Uatumã.

Esse aspecto é bem diverso do baixo rio, em virtude da exuberância da flora. Aí as águas correm entre margens rendilhadas de árvores gigantes, de todos os matizes, numa policromia que extasia pelo seu encanto. Os painéis são de uma beleza selvática admirável, que fazem recordar castelos misteriosos, vendo-se a cada momento esbeltas colunas formadas pelas trepadeiras que se eriçam nos galhos dos vegetais altaneiros.



### III

O abandono de uma região se reflete claramente no estado deplorável das suas localidades.

Não foi outro conceito que imaginei, quando, transposto o estuário do baixo rio, saltei, pela primeira vez, em Caracaraí.

O panorama deste lugarejo infundiu-me no espírito a mais profunda tristeza, tanto mais quando eu via ali o ponto principal em que se faz o penoso embarque do gado, destinado a Manaus, e o baldeamento de cargas e passageiros para as lanchas motoras que, no período da vazante, trafegam pela zona encachoeirada, fazendo escala pelos portos do alto rio.

Caracaraí demora numa espécie de planalto, à margem direita do rio, e conta algumas barracas de taipa e adobe, além de uma capela levantada sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, por promessa do negociante Bernardino José dos Santos, ali estabelecido. É um lugarejo triste e decadente, mas de grande proveito para o minguido comércio local que auferes grandes lucros nos seus negócios.

Vem a propósito um caso que merece explicação para conhecimento dos que ignoram a vida comercial do Rio Branco. Imagine-se que, de Caracaraí para Manaus, a navegação é livre e as mercadorias são ali importadas por preços módicos, pagando os importadores metade do frete taxado para as mercadorias que se destinam a Boa Vista, de igual procedência. Pois bem, em Caracaraí os gêneros são vendidos por preços superiores aos de Boa Vista e os negociantes impõem como exigência indispensável o pagamento à vista.

Como exemplo passo a demonstrar, em alguns gêneros, a desproporção de preços: em Caracaraí, o pano de farinha é vendido a 15\$000; o quilo de açúcar a 3\$000; o quilo de café a 2\$500; o maço de cigarro, a 1\$000; em Boa Vista, o pano de farinha é vendido a 10\$000; o quilo de

açúcar a 1\$500 e 2\$000; o quilo de café a 2\$000 e o maço de cigarro a \$600.

Daí uma diferença enorme e prejudicial aos pobres trabalhadores que, a muito custo, mantêm as suas famílias naquele lugarejo. No entanto, os comerciantes de Boa Vista, apesar de sujeitos aos elevados fretes, não exploram a bolsa do comprador e vendem, muitas vezes, as suas mercadorias a crédito, dada a falta de moeda circulante em toda a região do Rio Branco.

Acima de Caracaraí, no alto rio, o espírito do observador sente uma sensação indizível, com o desdobramento de novos cenários, e começa, então, ao ver as primeiras cordilheiras, que, na plenitude do seu azul, parecem embeber-se no azul do céu mudo e impassível. Uma das maiores e a mais bela de todas é a *Serra Grande*, que fica à margem esquerda do rio, deixando rolar pelo seu leito coleante fios da água cristalina e belas catadupas que se despenham, com as chuvas, do cimo altaneiro, formando um labirinto original e simulando miragens de um encanto surpreendente. Ao sopé dessa serra, que fica a oitocentos metros acima do nível do mar, demoram o edifício principal, a capela e várias barracas da prelazia de Rio Branco, a cargo da ordem de São Bento. Esse lugarejo tende a progredir, dado o desvelo e a dedicação com que os missionários, aproveitando o concurso braçal de habitantes pobres, que ali vivem, procuram intensificar a lavoura com o aproveitamento das terras situadas na aba da cordilheira e fertilizadas pelas águas do rio.

#### IV

Não foi muito agradável a impressão que recebi em Boa Vista – a sede do município do Rio Branco. De longe o seu panorama sugestiona,

dada a magnífica posição topográfica em que se encontra; mas, de perto, essa beleza desaparece como uma miragem, vendo-se as ruas largas com pequenas casas, que ficam distantes umas das outras, e o solo esburacado, em alguns trechos, a dificultar à noite, o trânsito dos habitantes.

Situada à margem direita do rio, numa posição dominante, a vila apresenta apenas cento e treze casas, sendo algumas de alvenaria, cobertas de telhas de barro ou de zinco, outras, de adobe e outras ainda de taipa, notando-se mesmo nos principais edifícios a completa ausência do gosto arquitetônico. A casa particular de melhor aspecto é a do major Terêncio Antônio de Lima e o edifício público mais importante é o da intendência municipal, iniciado na administração comunal do Dr. Rocha Leal e ainda não concluído.

Conta Boa Vista ainda com a igreja Matriz, que estava em consertos e a de São Sebastião, em construção bem como os cemitérios de São Sebastião e de Nossa Senhora do Carmo, estando este fechado, em completo abandono.

Se a inexistência de iluminação na vila é uma coisa desoladora, não menos lamentável é a falta de um edifício para a reclusão dos criminosos. Estes andam impunemente nos lugares em que praticam a ação delituosa, certos de que, sem cadeia e sem recursos para efetuar as diligências nas zonas encachoeiradas do alto rio, as autoridades policiais não têm outro remédio senão cruzar os braços.

Dá-se com essa anomalia, o fato de ficarem quase sempre de quarentena os processos preparados pelas autoridades judiciárias, que, embora sem resultado, não se cansam de promover a punição dos culpados.

Outro testemunho do atraso de Boa Vista, é a falta de um mercado público, que, se fosse construído, contribuiria para o benefício da população, atraindo à vila os produtos agrícolas, que, em pequena escala, são cultivados pelos índios e fazendeiros do alto rio, e pouparia aos marchantes o sacrifício de venderem carne verde em míseras taperas.

Felizmente a instrução vai tomando incremento na vila, com o funcionamento de duas escolas, sendo uma do sexo feminino, custeada pela municipalidade, e outra mista, mantida pelo Estado.

Não é grande o movimento comercial e industrial da localidade, mas está de acordo com as necessidades da população, que é de seiscentas e vinte e uma almas, segundo o último recenseamento. Boa Vista conta quatorze mercearias, um botequim, uma farmácia, duas oficinas de ferreiro, uma carpintaria e funilaria, uma barbearia e o importante estabelecimento *Canto da Fortuna*, do Sr. João Secundino Lopes, que explora, conjuntamente, o comércio de fazendas, miudezas e estivas, além da indústria da panificação e do fabrico de sabão, servindo-se, no preparo de seus produtos, de maquinismos especiais. O seu estabelecimento, o único que possui bombeamento de água, acha-se provido de instalação elétrica.

## V

No alto rio, como já disse, o cenário é bem diferente do panorama que se alonga desde a sua foz até o esquecido povoado de Caracaráí.

A vegetação perde o seu viço e o encanto dos aspectos variados, abrindo claros através das margens, em cujo plano avultam pequenas árvores rasteiras debruçadas à beira do rio.

Mas é aí mesmo que a natureza faz deslumbrar a pomposidade dos seus caprichos de rainha do universo. Por trás dessas fileiras de árvores, um mundo fantástico se abre, na poesia miraculosa dos campos imensos, onde nada mais se vê que o tapete verde da grama do solo e as barras azuis das cordilheiras distantes simulando franjas de anil a bordar a gaze diáfana do infinito.

É nesses campos ou lavrados naturais que o gado das fazendas, disseminado em grupos isolados, encontra a sua constante alimentação, servindo-lhes de bebedouro as pequenas lagoas e igarapés que recortam, de vez em quando, entre fileiras de buritizais, o dorso das planícies majestosas.

No âmago desses campos tem-se a impressão de um verdadeiro mar terrestre. A amplitude toma a configuração de uma círculo descomu-

nal, em cujo centro o viajante segue argutamente a sua rota, tomando por bússola o azul das cordilheiras, pois, de outro modos, ficará perdido como um frágil batel a mercê das ondas procelosas.

A experiência tem demonstrado que a forragem desses campos pouco influi na nutrição do gado crioulo e é nociva aos animais de pura raça. Em “São Marcos” prepararam-se pequenos campos artificiais, com o plantio de sementes forrageiras de outros tipos e, por esse meio, conseguiu-se recobrar o vigor de algumas reses das raças *Caracu* e *Hersford* que estavam prestes a sucumbir, no mais deplorável estado de depauperamento.

Foi uma experiência feliz, cujo resultado resolve perfeitamente o problema da alimentação bovina do Rio Branco.

Pena é que o gado da região, sentindo o refrigério constante dos ventos das serras, que amenizam o calor excessivo, no período da estiagem, sofra continuamente o ataque das onças vorazes e traiçoeiras, que infestam os lavrados devorando de preferência as pequenas reses, isto é, as crias.

Os vaqueiros das fazendas, quase todos índios da tribo Macuxi não se cansam de combater os inimigos do gado, laçando-os e estrangulando-os no campo como se isto fosse um divertimento de esporte.

## VI

A principal fonte de riqueza do Rio Branco é, incontestavelmente, a pecuária.

O seu desenvolvimento não chegou, entretanto, a um período de franca prosperidade, e isto se justifica com as dificuldades do transporte que, sendo feito por via fluvial, não só impede a saída do gado, em grande escala, como traz onerosos fretes e tributações, desanimando, destarte, os fazendeiros.

Por outro lado afasta a iniciativa do serviço de charqueadas, não permitindo que os interessados explorem essa fonte de receita nem a indústria do queijo ou do leite condensado.

Vem aí a necessidade imprescindível da construção de uma estrada de ferro que, partindo de Manaus, ponha essa cidade em comunicação direta com os campos do alto rio Branco.

Esse problema importante tem sido objeto de repetidos reclamos, mas nunca mereceu a indulgência dos que deviam dar a ele uma pronta solução.

Os estudos de abalizados profissionais e os planos de execução da grande obra, esboçados por pessoas conhecedoras da região, nada mais foram que cogitações relegadas ao abandono.

É bem verdade que, em 1893, em virtude de contrato firmado com o governo do Estado, João Batista Gonçalves Bastos iniciou os trabalhos de exploração de uma estrada de Manaus a Boa Vista do Rio Branco, mas, por falecimento do contratante, os serviços ficariam interrompidos, resultando disso a rescisão do contrato. O governo abriu nova concorrência, sendo aceita uma proposta de Sebastião Diniz, que, no mesmo ano, reencetou os trabalho, com uma comissão técnica, concluindo a exploração de muitos quilômetros, sem poder, todavia, prosseguir na sua obra em virtude dos obstáculos que surgiram posteriormente.

A última tentativa foi aventurada pelo governo federal, na administração do dr. Epitácio Pessoa, que confiou ao engenheiro capitão Agnello Souza a abertura de uma estrada de rodagem de Manaus, a Boa Vista, com o fim de empregar no serviço muitos infelizes que sofriam as inclemências da fome, dando-lhe uma pequena verba para o custeio dos primeiros trabalhos, na esperança de reforçá-la com a precisa brevidade.

Os serviços foram iniciados com desvelo, conseguindo o capitão Agnelo, na medida das suas possibilidades econômicas, ultimar a abertura de alguns quilômetros da estrada, no prolongamento que parte das imediações da colônia Campos Salles.

Mas, da minguada verba, foi aplicada uma parte na fundação de um núcleo colonial em Caldeirão, no rio Solimões, aliás de grande proveito porque beneficiou o lugar e nele localizou muitos necessitados, de modo que, sentindo-se depois sem recursos, o infatigável engenheiro teve de suspender os serviços da estrada e do próprio núcleo, retirando-se para a capital do país.

Corre, entretanto, que já obteve do governo federal um reforço para o prosseguimento da sua missão e, se isto não passa de uma fábula, é bem possível que a estrada, merecendo também o auxílio do governo futuro, seja levada a efeito no decurso de alguns anos, para gáudio do Amazonas, que não pode deixar de sentir o insulamento de uma das suas mais ricas regiões.

É bem de ver que a estrada de rodagem não resolve, com eficiência, o problema de intensificação da pecuária no Rio Branco, mas, na impossibilidade de se poder estender a rede ferroviária, com a falta de numerário, ela se torna indispensável e capaz de atenuar o serviço de transporte do gado entre Boa Vista e Manaus, apesar da enorme distância entre esses dois centros, também contribuindo para a colonização daquela abandonada região. Ao mesmo tempo facilitará a condução do gado do alto rio até Caracaraí, podendo o transporte, desse lugarejo até Manaus, ser feito por via fluvial, uma vez que a navegação não está sujeita aos perigos das zonas encachoeirada.

É grande o número de fazendas particulares existentes no alto rio Branco, destacando-se, nesse conjunto, as seguintes: no rio Uraricuera – *Truaru e Alagadiço*, de J. G. Araújo; *Fazenda Nova e Nova Fazenda*, do coronel Bento Brasil; *Cajual*, de José de Sousa; *Terçado*, de Victor Motta; *Sant'Anna*, de Homero Cruz; *Boca do Amajary*, dos herdeiros de Emiliano Lopes Magalhães; *Aparecida*, de Jacob Bamberg; *Irupe-irupe*, de Simphorosa Campos; *Cruzeiro*, dos herdeiros de Delfim José de Souza; *Santa Bárbara*, de Francisco Vasconcelos; *Iracema*, de Severino de

Holanda Bessa; no Amajary – *Viçosa*, de Antonio Dias de Souza Cruz; *Araçá*, de Domingos Coelho; *São Miguel*, de Joaquim Ambrosio de Mattos; *Canta-galo*, dos herdeiros de José Francisco da Silva Junior; *São Jorge*, de Domingos Gonzaga Rodrigues Braga; *Santa Izabel*, de Francisco Guilherme Tavares; *Realeza*, de Alfredo Jaricuna de Sousa Cruz; *Desterro*, do dr. José de Mattos Granjeiro; *Desilusão*, de d. Francisca Montenegro Peixoto; *Aracaty*, de Euclides José de Souza; no Parimé – *São Sebastião*, de J. G. Araújo; *Tipografia*, de Adolfo Brasil; no Surumu – *Florianópolis*, de Indalicio Farias; no Tacutu – *São Luiz*, do tenente Luiz de França Carvalho; *Porre*, de Generaldo Collaço Veras; *Paraíso*, de Luiz Gomes Freire de Quadros; *Maravilha*, de Manoel Accioly Vieira Cavalcante; *Igarapé Grande*, de Accacio Ferreira do Valle; *Conceição do Mahu* do dr. João Augusto Zany; *Eva*, de Henrique Bockley; na serra da Lua – *Malacacheta*, de Sizenando Diniz de Lima; *Arraia*, de João Diniz; *Nova Cintra*, de Manoel Pereira Pinto; *Tucunaré*, de J. G. Araújo; *Urubu*, de Francisco Marques; *Waterloo*, de Ampolino Alves Pereira; no rio Cauamé – *Capim*, de Terencio Antonio de Lima; *São Salvador*, de J. G. Araújo; *Titiarre*, de Bento Brasil; *Favela*, de José Thomaz do Nascimento; no Mahu – *Casa Branca*, de d. Cândida Menezes de Lima; *Aramirá*, de Gabriel Pereira e *Condado*, de Zozimo de Alencar Macedo.

## VII

O próprio mais importante do Rio Branco é a fazenda nacional “São Marcos”, cuja sede fica à margem esquerda do rio Uraricuera, num plano dominante que sugestiona pelo seu aspecto natural.

Quando o seu último arrendatário a entregou à União, ela possuía apenas 3.500 reses. Os seus grandes rebanhos haviam desaparecido.

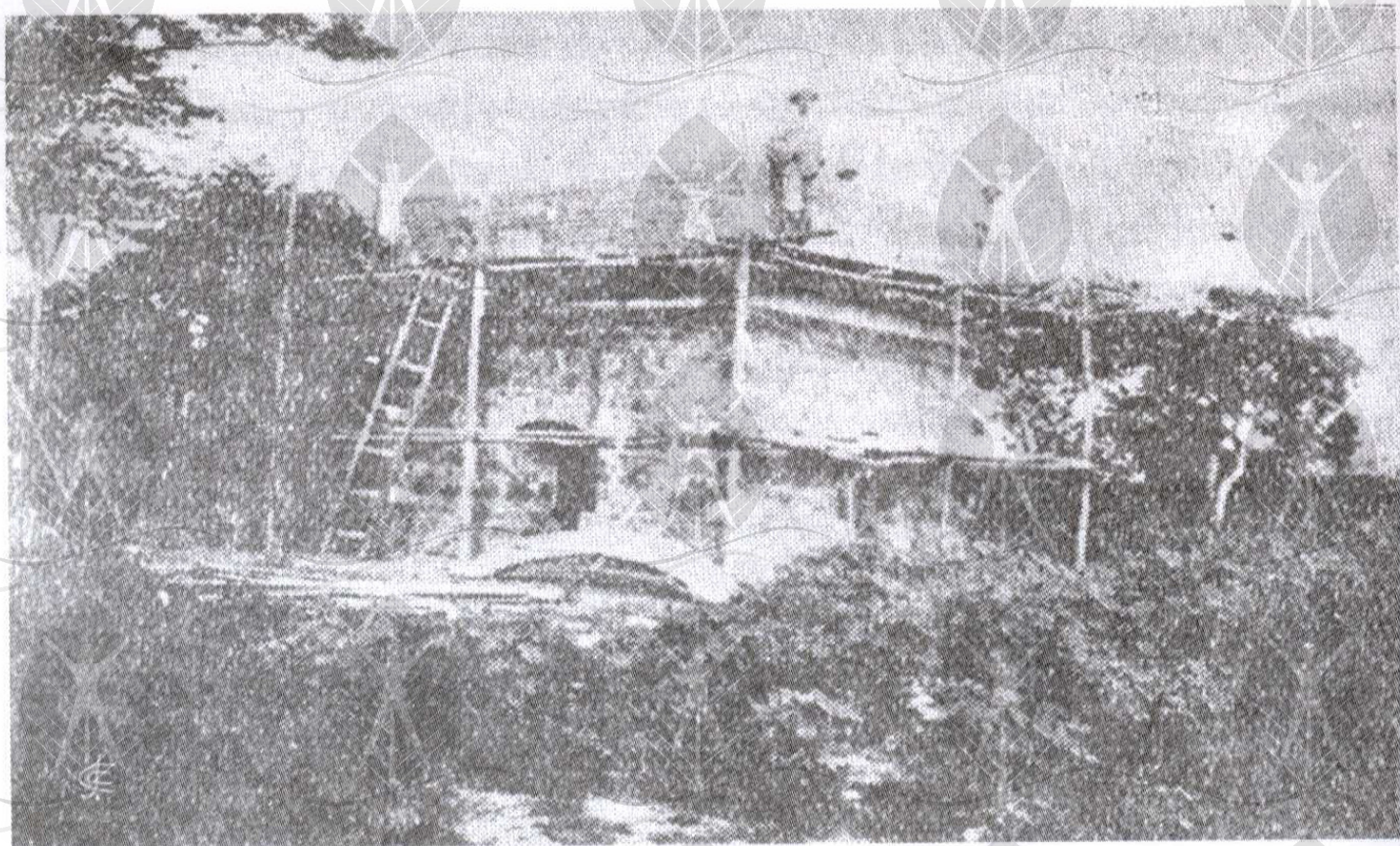


Atualmente com a administração da inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, vai tomando notável incremento, pois apresentam mais de 8.000 cabeças de gado vacum, inclusive os seguintes animais de raça: 3 touros caracus, 3 zebus, e 1 Hersford, 4 vacas caracus e 1 zebu, 3 novilhas zebus, 20 garrotes zebus, 2 garrotas zebus, e 1 caracu, 3 bezerros caracus, 5 zebus, e 2 Hersford, 3 bezerras Hersford, 2 zebus, e 1 caracu.



Fazenda Nacional “São Marcos” Grupo de alunos, vendo-se nas extremidades as professoras de letras e de prendas.

Possui ainda pequenos rebanhos de gado cavalariço, bovino e suíno, notadamente, alguns porcos da raça *doroc-jersey*; 1 jumento andaluz e aves galináceas.



Fazenda Nacional “São Marcos” – O reservatório d’água canalizada.

A contagem do gado na fazenda e nos seus retiros *Xiquiba, Milho e Xiriry*, foi iniciada em outubro de 1920 pelo Dr. José de Paiva Magalhães Calvet, funcionário do ministério da agricultura, e reiniciada em dezembro do mesmo ano pelo administrador Cícero Corrêa de Mello, que espera terminá-la este ano.

Quem salta em São Marcos fica maravilhado com o seu progresso material, vendo logo à frente, através de uma bem capinada faixa de terra, os fundamentos de uma futura vila. Os índios vivem ali na mais perfeita harmonia, abrigados nas muitas barracas que se estendem à margem do rio. Alguns desses silvícolas, casados, moram separadamente, e as menores índias vivem em confortável casa, entregues aos cuidados domésticos da família de D. Tereza Viana, que lhes proporciona o melhor tratamento e o mais carinhoso desvelo.

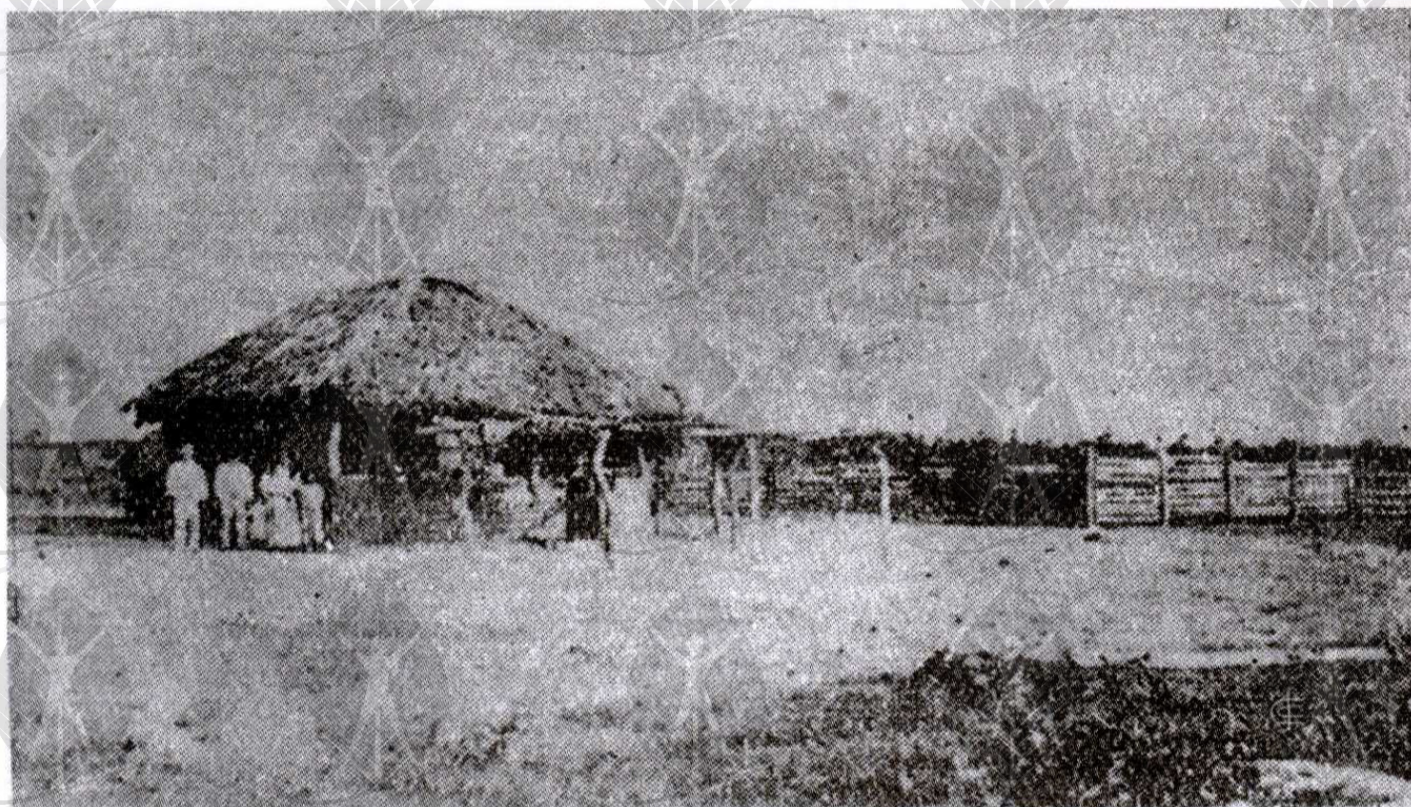
Ao lado da casa de D. Tereza estão: a Escola indígena e o barracão central, sede da administração da fazenda, onde se acham localizados a secretaria e o arquivo com todos os móveis e utensílios indispensáveis. O próprio mede quatro metros de frente por treze de fundo, sendo de taipa, caiado e coberto de zinco.

O ensino profissional ia tomando ali regular incremento, com o funcionamento de pequenas oficinas de ferreiro, funileiro, carpinteiro e correeiro. Em todas elas, os índios recebiam a educação profissional, auxiliando os seus mestres no preparo de obras concernentes aos respectivos ofícios. Vi ali trabalhos admiráveis, que se rivalizam com quaisquer obras preparadas em oficinas congêneres das grandes capitais.

Conta ainda a fazenda uma aula de música, a cargo do tenente Manoel Felix do Nascimento, e a Escola indígena regida pela professora normalista senhorinha Ada Vianna, que tem como adjunta a senhorinha Rosália Cabral. Este estabelecimento de educação, que muito nobilita o Serviço de Proteção aos Índios, tem uma matrícula de trinta e sete alunos menores, alguns da tribo macuxi e outro da tribo jaricuna, sendo a sua frequência média de vinte e nove alunos.

Assisti a uma aula, na escola, ficando admirado do aproveitamento dos menores e do desembaraço com que respondiam à argüição de várias matérias, notadamente análise gramatical, aritmética, geografia e história do Brasil.

A inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, reconhecendo a tendência dos índios para o serviço militar, resolveu iniciar ali a respectiva instrução.

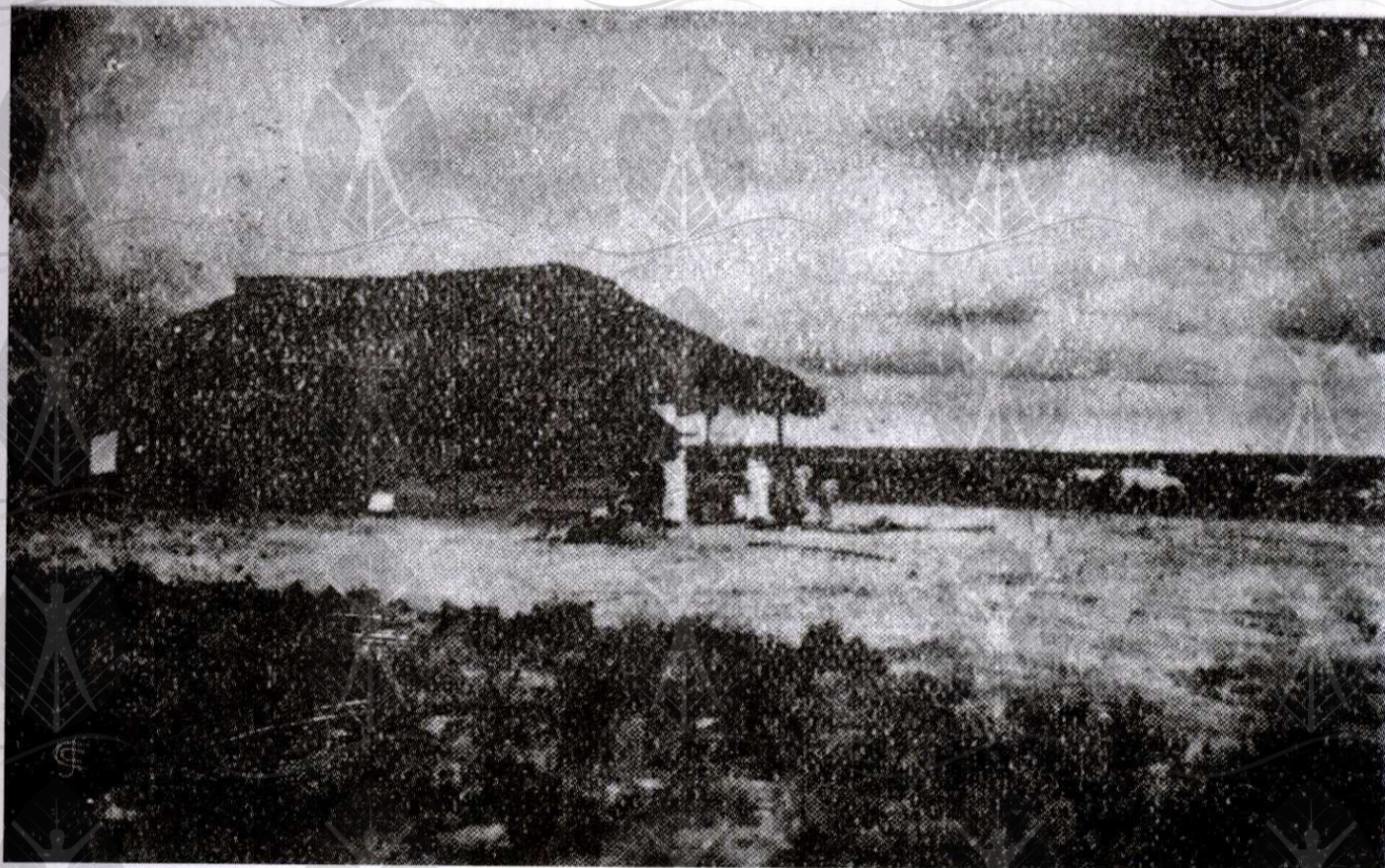


Fazenda Nacional São Marcos – Aspecto do retiro Xiquiba.

É assim que os índios fazem exercícios de infantaria e aprendem toques de corneta, às quintas e aos domingos, sendo a instrução proporcionada pelo tenente Cícero Melo e um seu auxiliar. O entoamento dos hinos Nacional e da Bandeira soa para eles um dever e, por isso, não deixam a aula, à hora do almoço, sem cantar essas canções patrióticas que tanto falam do sentimento nacional.

O mais importante melhoramento, ultimamente introduzido na fazenda, é o serviço de canalização de água, acionado por uma bomba a vapor, que fornece o líquido às casas situadas na sede, tendo sido construído, para esse fim, um reservatório sólido e de grande capacidade cúbica, talvez a obra mais preciosa de toda a região rio-branquense. Outro serviço de vulto foi o levantamento de um grande cercado para o gado, na extensão de

12.380 metros, partindo da margem do rio Uraricuera até o Tacutu. Além destes contam-se o preparo de uma caçara no porto de embarque do gado e a construção de tanques de cimento para curtume e estábulos de madeira para os animais de raça.



Fazenda Nacional São Marcos – Vista do retiro Pau Rainha.

Em todos os retiros também foram realizadas importantes benfeitorias, inclusive o levantamento de currais para o tratamento e seleção do gado.

Presentemente cogita o administrador de fundar ali uma olaria, com o fim de desenvolver a indústria da cerâmica, aproveitando em trabalhos de utilidade e de arte as preciosas argilas de variegadas, cores, de que é fértil a região.

Não menos digna de registro é a iniciativa da cultura agrícola na fazenda, constatada no preparo de pequenas roças e de uma excelente horta. Nos retiros e nas malocas isoladas de índios, que se estendem desde as proximidades da sede de “São Marcos” até o alto Surumu, vi plantações de cereais em pequena escala, como um estímulo ao desenvolvimento da agricultura, aliás, impossível no momento atual, porque, para o custeio do pessoal, do material e demais exigências da fazenda, a inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios conta apenas com a ridícula verba de cinquenta contos de reis, anual.

## VIII

É deficiente o serviço de transporte fluvial na região do Rio Branco, em virtude dos obstáculos que apresentam as zonas encachoeiradas desse rio e de seus afluentes.

O trecho mais perigoso é o que começa acima de Caracarái, dividido em três seções conhecidas vulgarmente pelas denominações de *Rabo da cachoeira*, *Germano* e *Bem-querer*.

Nesta última há três pancadas de água das quais a mais perigosa é a *pancada grande*, constituída por um labirinto de pedra que se estende de modo ligeiramente oblíquo, atingindo a cinco palmos a queda das suas catadupas, na época da maior vazante.

O *Rabo da cachoeira* é dotado de canais de livre trânsito, mas infelicitado por corredeiras impetuosas, que dificultam, de algum modo, a passagem das embarcações.

É deveras notável a velocidade com que as águas descem na zona encachoeirada, notadamente nos trechos *pancada grande* e *pancada pequena*, da cachoeira *Bem-querer* onde há corredeiras perigosas que não podem ser transpostas sem o emprego da sirga.

Além dessas três seções, há duas conhecidas por *Cotovelo e Cachoeirinha*. O *Cotovelo* nada mais é que uma pequena passagem, na qual a embarcação desce com grande velocidade, quase que estreitada entre duas linhas sinuosas de pedra, que, na configuração de um S, se estendem em sentido paralelo. A seção *Cachoeirinha* não oferece o menor obstáculo, porquanto é dotada de canais acessíveis ao livre trânsito das embarcações.

No rigorismo do inverno a navegação é relativamente fraca, porque as águas enchem o furo do Cujubim, que contorna a zona encachoeirada, dando passagem às lanchas por essa via providencial, que apresenta apenas um obstáculo: a corredeira conhecida por *Pedra do Cujubim*, cuja força hidráulica suplanta a energia das máquinas da embarcação, exigindo o reforço da sirga.

A única linha regular de navegação, no Rio Branco, era mantida pela inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, que, nesse mister, empregara lanchas *Amazonina, Felipe Camarão e Guajaratuba*. A primeira embarcação, saindo de Manaus, a dez de cada mês, fazia a etapa inicial até a ilha do Jaru, que fica pouco acima de Caracaraí, procedendo-se aí a baldeação da carga e dos passageiros para a lancha *Felipe Camarão*, que fazia o transporte até a pedra de baixo da cachoeira *Bem-querer*. Desse ponto, através do varadouro, situado na margem do rio, procedia-se ao transporte de carga e passageiros para bordo da *Guajaratuba*, que estacionava na pedra de cima da mesma cachoeira *Bem-querer*, fazendo essa lancha a última etapa da viagem com escala até a fazenda nacional “São Marcos”.

Esse penoso sistema de navegação era adotado, apenas, no longo período da vazante, por isso que, na pequena época da cheia, que vai no máximo de junho a agosto, a *Amazonina* fazia toda a linha de Manaus, a “São Marcos”, aproveitando a passagem pelo furo do Cujubim.

Com a manutenção dessa linha de navegação, a inspetoria prestou

relevantes benefícios àquela região, não só facilitando o transporte de cargas e passageiros, em todos os portos de escala, como evitando o insulamento daquela fazenda nacional, pois é sabido que as embarcações particulares, pertencentes a firmas exploradoras do comércio de carnes verdes, só mantinham a linha de Manaus até Boa Vista, acontecendo que outras só chegavam até Caracaraí.

Acresce que essas embarcações, destinadas especialmente ao transporte de gado bovino, não faziam escala nos portos intermediários do baixo rio, deixando assim de satisfazer as exigências dos habitantes ribeirinhos.

Como subvenção à linha da inspetoria, a Assembléia Legislativa do Estado votou uma lei concedendo-lhe o auxílio anual de vinte contos de reis, mas desse auxílio, nunca lhe foi dada a menor quantia, de modo que, sem recursos e sujeita a prejuízos consideráveis, a inspetoria viu-se forçada a suspender o serviço de navegação.

## IX

Uma coisa que deveras contrista e causa surpresa quem, pela primeira vez, visita o Rio Branco, é o completo abandono das suas fronteiras com a Venezuela e a Guiana Inglesa.

O governo federal lembrou-se de conservar um destacamento do exército no município, mas acontece que essa força se acha acantonada na vila de Boa Vista, a grande distância das fronteiras, e completamente alheia ao que por ali se passa.

É lamentável semelhante descaso, sabendo-se que os nossos vizinhos da Guiana Inglesa já estenderam uma estrada de ferro na fronteira, a pequena distância de Demerara, partindo da margem direita do rio Rupununy e contornando a serra de Coano-Coano, até a margem direita do rio Takutu, na confluência com o rio Mahu, daí tomando direção para outros pontos desconhecidos.



Não precisamos entrar em detalhes sobre o objetivo dessa estrada. Contentemo-nos em observar que Demarara é a sede de um sindicato estrangeiro, que explora a indústria pastoril, desfalcando grandemente os nossos rebanhos com a compra de reses, em grande escala notadamente os animais aptos à procriação.

Nessas transações, é claro, os nossos vizinhos não deixam nenhum ônus para os cofres nacionais, dada a falta de um posto fiscal na fronteira, que, se fosse criado, cobraria por cabeça o imposto de dez ou vinte mil réis, proporcionando-nos assim uma boa renda e evitando os repetidos contrabandos.

Esse posto, bem como o quartel para o serviço de vigilância na fronteira, poderia ser localizado em Caju, à margem esquerda do rio Takutu, talvez o ponto estratégico mais importante, porque fica a pequena distância da Guiana Inglesa.

Outra medida necessária é a manutenção de um destacamento na fronteira com a Venezuela, de modo a evitar a invasão dos aventureiros estrangeiros que costumam explorar os nossos balatais, derrubando as árvores preciosas, na extração do látex, e não raramente provocando conflitos com os elementos nacionais que se entregam ao mesmo ramo de indústria, atirados ao insulamento daquela região.

Não se pode compreender o progresso do Rio Branco sem essas providências de grande relevância que se impõem como principais fatores da sua defesa econômica e militar.

## X

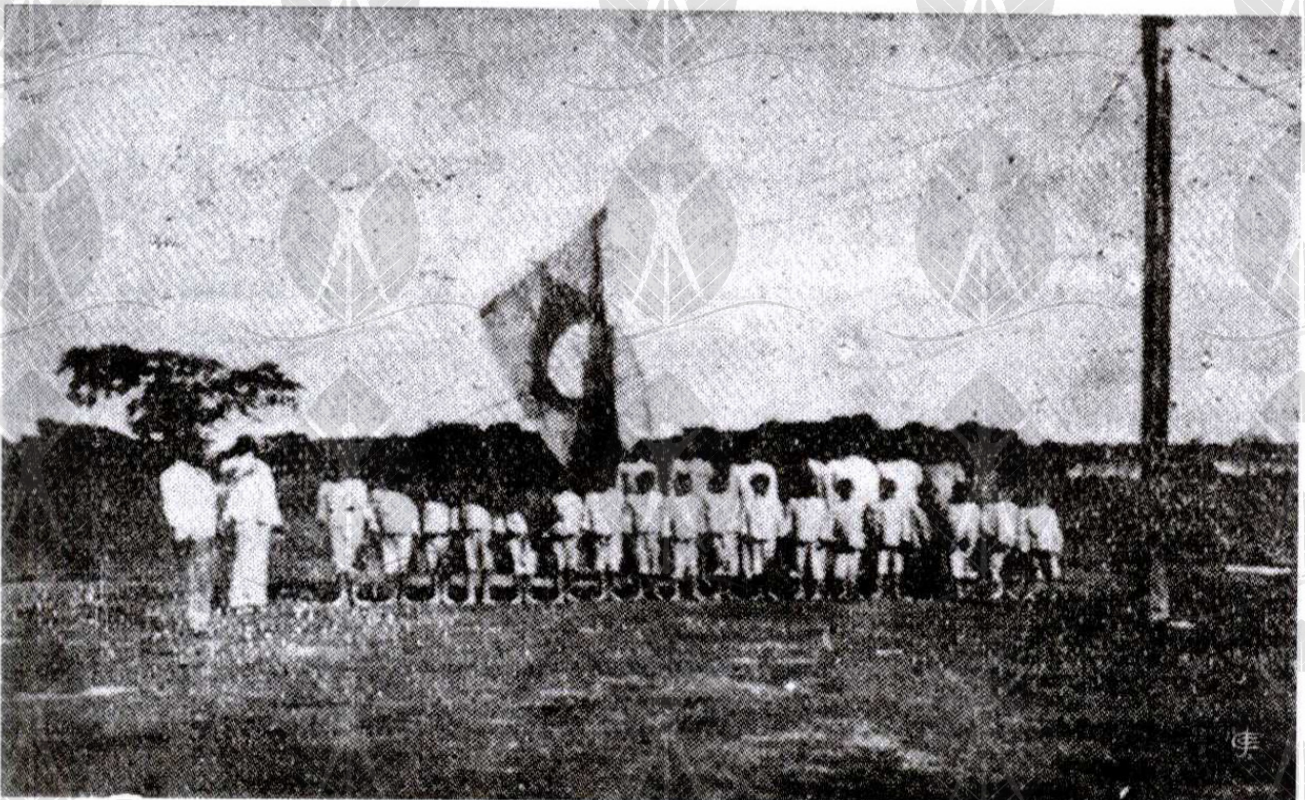
A iniciativa colonial não deixa de constituir, em uma região abandonada, a base mais importante do progresso nascente.

Parece-me que foi escudada nesse objetivo que a inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios lançou as suas vistas para o alto rio Surumu,

fundando ali, no lugar conhecido por *Limão*, um posto de localização e proteção aos silvícolas.

Esse estabelecimento indígena ocupa uma esplêndida área de terra, em cujo vértice, na configuração de um semicírculo, se cruzam os rios Surumu e Cotingo.

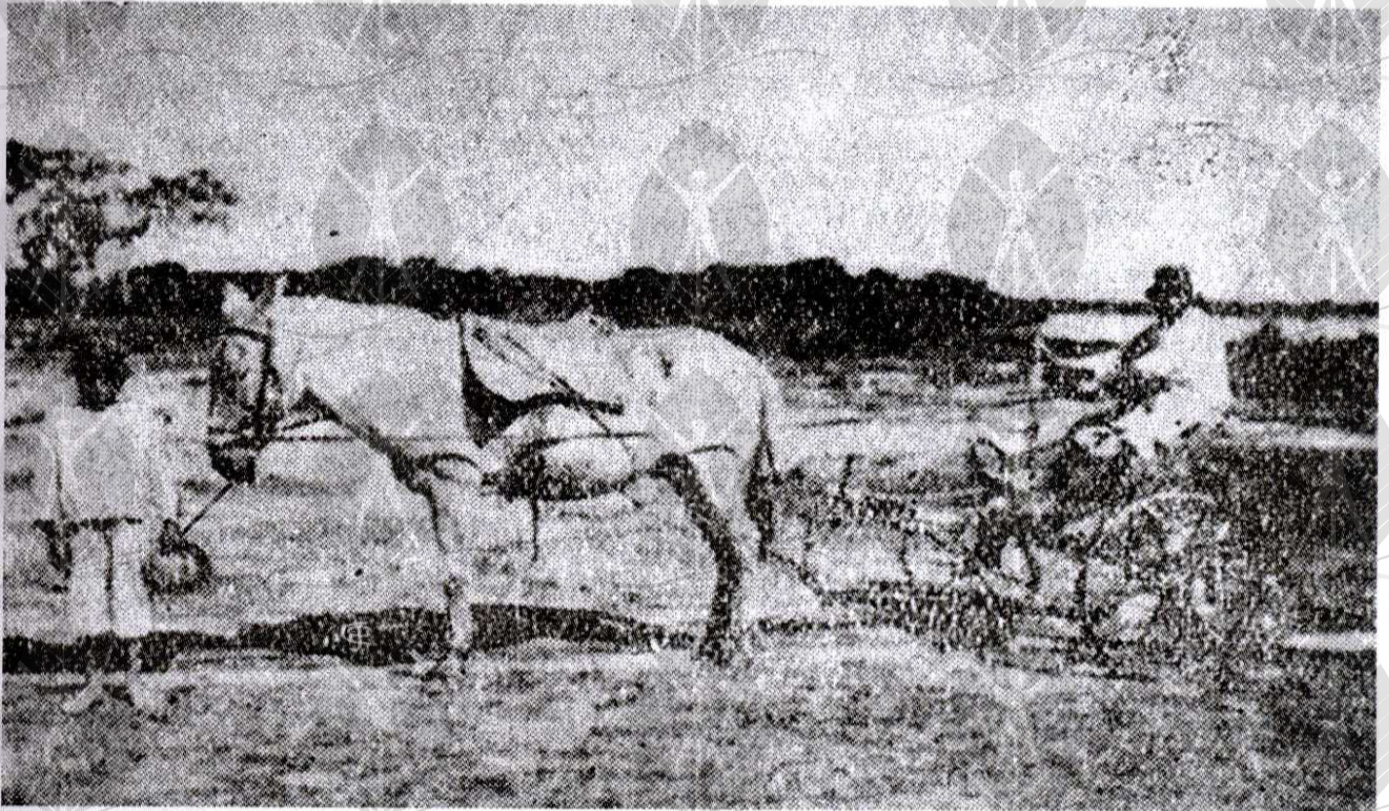
Quando visitei o novo posto, então confiado à administração do encarregado Jacaúna Maia, possuía ele um pequeno barracão, à margem do rio, habitado, de um lado, pelo tuxaua Ildefonso, que tinha em sua companhia a respectiva família e algumas índias solteiras e, do outro, pelos empregados da Inspetoria dos índios que para ali foram enviados com o fim de levantar habitações e preparar o terreno para os serviços de cultura agrícola. Nas cercanias desse barracão encontrei também algumas barracas habitadas por índios das tribos macuxi e jaricuna, vivendo todos sob o amparo do posto, que lhes fornecia roupas, gêneros alimentícios, remédios e instrumentos de lavoura.



Posto do Surumu. O hasteamento da Bandeira em frente à Escola.

O posto foi depois confiado à direção do Sr. Ernesto Evangelista Pereira Pinto, auxiliar da Inspetoria dos Índios, que, com os maiores sacrifícios, dadas às dificuldades de transporte naquela região, conseguiu levantar mais algumas barracas e ultimar a construção de um próprio, que, situado quase à beira do rio Surumu, agora serve de sede definitiva do núcleo, achando-se nele domiciliado o respectivo encarregado e seus auxiliares.

Na gestão do Sr. Ernesto Pinto foi iniciado o plantio de algodão e cereais em áreas preparadas para esse fim, bem como levantado um grande curral para seleção do gado vacum, tendo a inspetoria enviado várias reses para o novo posto, com o fim de aproveitar atividade dos índios no desenvolvimento da pecuária.



Posto do Surumu' - Alunos da Escola em estudos de aradagem.

Outro empreendimento importante realizado nesse posto foi a fundação de uma escola primária, a cargo do professor Otavio de Castro Mendonça, que mantendo ali a sua família, cuidava com desvelo da educação dos

índios, ensinando-lhes as primeiras letras e fazendo preleções históricas sobre as datas nacionais, de modo que eles, inspirados nessas lições de moralidade e civismo, pudessem contribuir para o engrandecimento da pátria.

Com a escassez de recursos, que abalou grandemente o equilíbrio da sua receita, viu-se a inspetoria forçada a dispensar o professor e a suspender as aulas dessa escola, não ficando os índios sujeitos ao analfabetismo porque o encarregado Ernesto Pinto, nas horas vagas, lhes ministra a necessária instrução, bem como exercícios práticos de aradagem.

A ação do encarregado do posto também se estende a um aldeamento indígena da serra do *Contan*, que fica a certa distância do Limão, num dos lugares mais pitorescos daquela remota região. Esse aldeamento consta de várias barracas, habitadas por índios macuxis, residindo em uma delas o tuxaua Domingos, que, com o auxílio da inspetoria, tem feito ali grandes plantações de cereais e aproveitado a atividade dos índios na fabricação de açúcar, farinha e outros produtos industriais.

Do posto do Surumu até São Marcos, na distância de quinze léguas, estendem-se, isoladamente, outras malocas de índios que vivem sob proteção daquela inspetoria, ocupando-se todos no cultivo de pequenas roças.

## XI

É incalculável a riqueza que jaz no vale do Rio Branco. O seu subsolo é um imenso escrínio onde se encontram minérios preciosos sendo fora de dúvida que, em alguns pontos, os indícios de minas aparecem à flor da terra.

A zona que se estende nas proximidades de Venezuela, fertilizada pelos rios Mahu e Surumu, é um tesouro onde abundam o ouro de aluvião, o manganês, o diamante o talco e o esmeril de várias cores.

A Serra do Cristal é um repositório de cristais finíssimos, de cores branca, azul e rubra, rolando em torno das suas abas o quase esquecido rio Chumina, em cujo leito jazem pedras preciosas, notadamente o diamante e a água-marinha.

O rio Amajary possui turmalinas e amianto, encontrando também este minério nas margens do afluyente Cauamé.

Outros pontos dotados de riquezas naturais são o alto rio Caranguejo, donde já foram extraídas várias pedras preciosas; as serras adjacentes da Guiana Inglesa que possuem a mica e o sal mineral; as serras do Sapan e Maturuca onde alguns aventureiros exploram o ouro de aluvião.

Dizem os filhos da região que, na fazenda *Recreio*, constatou-se a existência de uma grande mina de carvão, que se estende através do rio Cauamé em direção à serra do Murupuzinho, alcançando talvez as terras da fazenda *Nova Olinda*.

É voz geral que a região possui ferro em abundância, na proporção de 60% encontrando-se também ali, nas serras e nas margens dos rios, minas de malacacheta, esmeralda, cal, beotite, e antimônio.

É diminuto o número de aventureiros que, na região do Rio Branco, exilados nas serras ou nas vertentes dos rios mais distantes, exploram a riqueza mineral, tendo-se porém, em conta que essas explorações, sujeitas aos maiores obstáculos, por falta de instrumentos especiais, dê um resultado pouco compensador.

Quando de viagem pelo rio Surumu, estive com um dos exploradores, o Sr. Severino Pereira, que me obsequiou com alguns espécimes de ouro de aluvião, mica e diamante. Do Sr. Lafayette Pinheiro também recebi um broche feito de minérios da região rio-branquense, constante de uma bela pepita de ouro ataviada por uma pequena pedra de diamante, tendo eu oferecido esses presentes ao meu ilustre amigo Dr. Sebastião Barroso Nunes, que os levou para a capital do país.

A investigação histórica encontraria margem para um trabalho valioso se rebuscasse a origem das fazendas nacionais no Rio Branco.

Ninguém ainda vulgarizou a época da sua fundação, sabendo-se apenas, através de documentos seculares, que elas já estavam sob o domínio do governo da metrópole portuguesa, quando o Amazonas, levantando das sombras, sentia os impulsos da iniciativa colonial.

Uma das versões mais antigas, referente à origem dessas fazendas, diz que elas pertenceram primitivamente a três aventureiros portugueses de nomes Marcos, Bento e José. Esses bandeirantes transportaram para aquela região algumas reses e fundaram os três núcleos pastoris, dando a eles os seus respectivos nomes. Com a morte desses fundadores, que eram irmãos e não deixaram herdeiros conhecidos, as fazendas passaram ao domínio do governo da metrópole portuguesa, que desde então tratou de zelar pelo seu desenvolvimento.

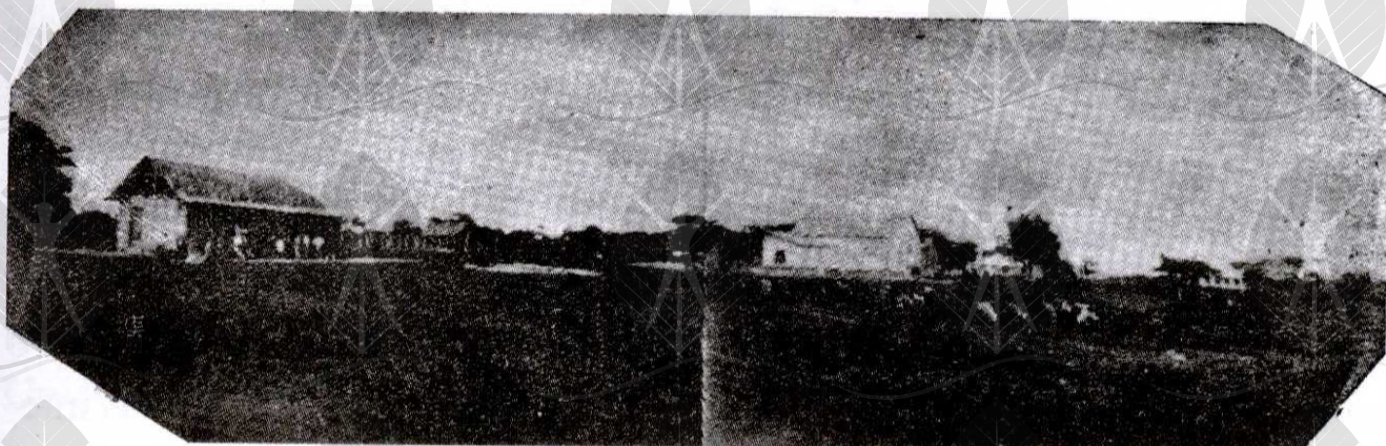
Outra versão diz que foi o próprio governo da metrópole portuguesa que, tendo ciência da utilidade dos campos do Rio Branco, mandou fundar as três fazendas, com o fim de incrementar a criação bovina, enviando uma comissão de profissionais, acompanhada de uma regular partida de gado.

A fazenda São Marcos limita-se ao norte com o terreno neutro que termina na cordilheira de Paracaima e com o rio Surumu; a sul, com os rios Branco e Tacutu, que aí fazem confluência; a leste, com os rios Tacutu e Surumu; a oeste, com os rios Uraricuera e Parimé.

A fazenda São Bento limita-se ao norte com o rio Uraricuera; ao sul com o rio Cauamé; a leste com o rio Branco; a oeste com os rios Uraricuera e Maracá e com o território da República da Venezuela.

A fazenda São José limita-se ao norte com o rio Tacutu; ao sul, com o igarapé do Surrão, com a fazenda particular São Pedro e terras devolutas;

a leste, com o rio Tacutu e com terras que se estenderam ao Estado do Pará; a oeste, com o rio Branco.



Aspecto da sede da fazenda nacional São Marcos, situada a margem do rio Uraricuera.

A administração desse próprio era feita antigamente pelo Ministério da Fazenda, que os teve ora arrendados, ora sob administração. Um dos últimos arrendatários foi o comendador Antônio José Gomes Pereira Bastos, que firmou contrato em 14 de outubro de 1878, passando a administrar as fazendas até 1888 quando terminado o prazo do contrato, se considerara possuidor de um grande rebanho, deixando à União apenas 3.478 cabeças de gado vacum e 630 ditas de gado cavalariço.

Assumindo a direção das fazendas nacionais, na qualidade de cessionário do ex-arrendatário, conforme termo que assinara na antiga Tesouraria de Fazenda no Amazonas, em 20 de setembro do mesmo ano, Sebastião Diniz, que era um espírito inteligente e atilado, soube tirar do contrato feito com o governo as vantagens que o seu interesse comercial visava; e, assim, propôs ao comendador Pereira Bastos a compra do gado que ele adquirira durante o período arrendatário.

Realizada esta operação, procurou iludir o cumprimento da cláusula

primeira do termo que assinara na referida Tesouraria de Fazenda, pela qual se obrigara a fazer entrega do gado pertencente ao governo até 31 de dezembro do mesmo ano, separando-o do que adquirira por compra de Pereira Bastos, ficando este na fazenda São Bento, que havia tomado por arrendamento, com o compromisso de desocupá-la no prazo de um ano e meio, e aquele em São Marcos.

Entretanto, assim não fez, requerendo ao governador de então autorização para continuar na posse da dita fazenda, havendo a isso aquiescido o chefe do Estado, ad-referendum do Ministro da Fazenda, que com o seu silêncio, deu lugar a que o ato se consumasse em detrimento dos interesses da fazenda nacional, pois o referido arrendatário, aproveitando-se dessa concessão e protelando a desocupação do próprio, foi encontrando nessa demora uma bela oportunidade para ir ferrando, como de sua propriedade as reses pertencentes à União.

Não satisfeito, Diniz, homem experiente e arguto, apossou-se de uma grande área de terras da Fazenda São Marcos, perto do retiro “Milho”, mascarando esta usurpação com a denominação de “Flechal” que deu a esta parte da Fazenda Nacional, dizendo que se tratava de terras devolutas.

Concentrando aí certo numero de reses, teve a idéia de mandar assinalar com o seu ferro, em 1905. O caso despertou a atenção do alferes Arthur Américo Cantalice, comandante do forte São Joaquim, que, acompanhado de praças do exército, compareceu ao local mencionado e proibiu o trabalho de ferra e retirada do gado, sob o fundamento de que pertencia à União.

Depois da morte de Sebastião Diniz, a mãe do falecido, D. Ana Diniz, constituiu seu advogado o Dr. Heráclito Pinheiro, que, perante o juiz federal da secção do Estado, intentou uma ação de força nova espoliativa contra a fazenda nacional “São Marcos”, valendo-se para isso de um mapa gracioso, que, após o início da ação, fora organizado, muito de indústria, sem designação do lugar “Flechal” e do igarapé “Milho”.



Esquecera-se assim de que, contra a cilada, havia a prova palpável de um mapa do conde Ermano Stradeli, que figurara na terceira Memória apresentada ao rei da Itália, pelo ministro plenipotenciário Dr. Joaquim Nabuco, para solução da nossa questão de limites com a Guiana Inglesa, trabalho que evidencia de modo insofismável que a dita “Flechal” faz parte integrante da fazenda nacional “São Marcos”.

No entanto, o representante da União pouca ou nenhuma importância ligou ao feito, de modo que, em 1906, o juiz federal sentenciou os autos, mandando imitar D. Ana Diniz na posse do lugar “Flechal” e condenando a União a pagar-lhe os rendimentos e as perdas e danos.

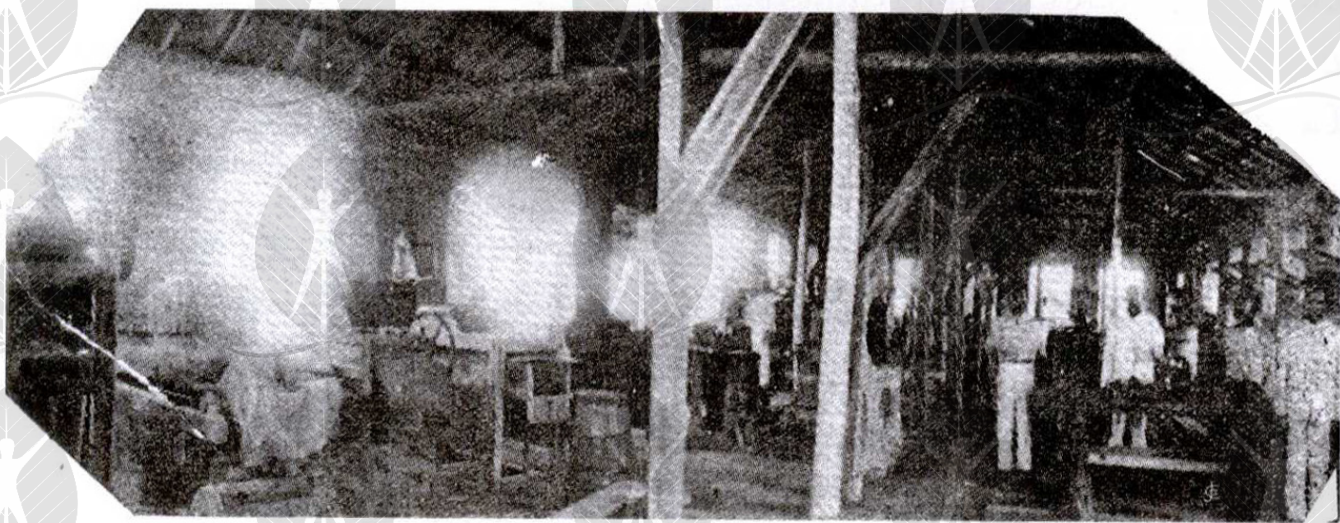
Subindo o feito, em grau de apelação ao Supremo Tribunal Federal, esse deu em parte provimento à apelação para condenar a União tão somente à restituição do gado com as perdas e danos que se liquidassem na execução, ficando-lhe salvo o direito de usar das ações que, no caso, coubessem para reaver a posse ou a indenização desse gado.

Ficara assim o caso pendente de solução, de modo que, sendo depois as fazendas do Rio Branco entregues em 1905 ao ministério da agricultura e por este confiadas à administração do Serviço de Proteção aos Índios neste Estado, o respectivo inspetor desta repartição, Dr. Bento Martins Pereira de Lemos, não hesitou em defender, com extrema abnegação e reconhecida competência, os interesses da União, redigindo e enviando em 1918, ao ministro procurador geral da República, um luminoso memorial provando os direitos da União sobre o lugar “Flechal” à luz de documentos da província do Amazonas, da Junta de Fazenda e da atual Delegacia Fiscal.

No entanto, a questão ainda não foi, solucionada, permanecendo esquecida no Supremo Tribunal Federal.

Apraz-me observar que o extinto delegado fiscal João Hermógenes de Oliveira Amaral, ao contrário dos seus antecessores, muito contribuiu para o acautelamento dos direitos da União. E assim que, antes da ação movida pela mãe de Sebastião Diniz, promoveu um processo administrativo

na Delegacia Fiscal, sobre a ocupação das terras das fazendas nacionais e, despachando-o em sessão da junta de fazenda, reconheceu como de legítima propriedade do governo federal todo o gado existente na fazenda “São Marcos”, inclusive o que em “Flechal” e nos seus retiros estava sendo indevidamente marcado com o ferro de Sebastião Diniz ou qualquer outro de uso particular, também marcando o prazo de seis meses para a retirada de todo o gado que Diniz possuía na fazenda “São Bento”.



Aspecto interno das oficinas. Oficinas da fazenda nacional “São Marcos”

O mal, entretanto, era crônico, de modo que esta e outras providências não passaram de simples paliativo. Radicou-se então a febre da usurpação e, a exemplo de Sebastião Diniz, outros intrusos invadiram e ocuparam as terras das fazendas nacionais “São Bento” e São José, dividindo-as em áreas que foram convertidas numa infinidade de fazendas particulares.

Alguns desses intrusos, alegando que as terras eram devolutas, requereram e obtiveram de vários governadores, nos últimos quatriênios, a expedição de títulos definitivos de propriedade, como se o patrimônio nacional não fosse um direito sagrado.

Assim, desapareceram do domínio da União aqueles dois próprios nacionais.

É bem verdade que, contra semelhante esbulho, se insurgiu ainda o Dr. Bento Lemos, zeloso inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, não só protestando perante o governador Bacelar e outros contra a concessão de terras do patrimônio nacional no Rio Branco, como publicando editais no Diário Oficial, deste Estado, nos quais proibia a estadia ou colocação de gado de particulares nas fazendas nacionais, marcando aos respectivos possuidores o prazo de noventa dias para a retirada das reses que se encontrassem em pastagem nas aludidas fazendas.

Mas tudo foi inútil. O brado de defesa do abnegado inspetor foi como os rumores de uma onda, amortecidos pela distância, não logrando, infelizmente, o menor resultado.

Ainda assim teve ele um outro gesto em benefício da fazenda nacional, lembrando em relatório enviado à diretoria geral do Serviço de Proteção aos Índios, em 1917, a conveniência de serem dadas em enfiteuse as terras das fazendas “São Bento” e “São José, mediante um foro módico que proporcionava vantagens ao pequeno criador e dificultava a instituição dos latifúndios”.

Com essa medida, visava o inspetor não só dar à União uma renda suficiente para a criação de três colônias indígenas destinadas às tribos *Macuxi*, *Uapichana* e *Jaricuna*, como concorrer para o incremento da lavoura naquela região, onde já existe um crescido número de habitantes receosos da perda de suas culturas, por não existir nenhum direito que lhes assegure o seu domínio útil.

Além disso, traria como conseqüência a delimitação das imensas extensões de terrenos em mãos de pessoas que não as podem aproveitar totalmente e garantiria o pequeno criador contras as violências e o arbítrio.





## Rio Purus



*Aspectos naturais da região. – A cheia do rio e as necessidades dos habitantes. – As dificuldades do transporte fluvial e o comércio ambulante. – Os tributos do Purus e o posto indígena do Tuhiny. – a vila de Canutama e a cidade da Lábrea. – As maravilhas da flora e o posto indígena do Seruhiny.*





O cenário amazônico é, incontestavelmente, um mundo de sensações que contrastam na duplicidade dos seus aspectos, vislumbrando de um lado a poesia da natureza e, do outro, o descortino de quadros impressionantes em que o homem nos apresenta como agente principal, lutando contra as asperezas da sorte.

Na minha recente viagem ao Purus fui testemunha ocular dessa verdade. O rio havia transbordado com a cheia, ultrapassando os limites da sua largura e envolvendo, na sua enorme caudal, os barracões e as pequenas habitações, que, como pontos isolados, se estendem pelas margens.

Fiquei deveras surpreso com o espetáculo, vendo que os moradores dessas casas, conformados com a sua penosa situação ali permaneciam abrigados em jiraus de paxiúba que eram elevados quase à altura do teto e além deste, à medida que o volume de água tomava as suas proporções gigantescas.

As criancinhas, suportando os rigores do frio, dormiam incautamente sobre aquele abismo fluvial, onde, à noite, nada mais se ouvia que o barulho inquieto dos repiquetes e os vagos rumores dos insetos, nos seus queixumes misteriosos, lembrando na frase do cantor das “Primaveras” essas vozes secundárias que se perdem no conjunto de um grande orquestras.

Quem conhece o interior do Estado, pode muito bem dar uma idéia da situação dessa pobre gente, no período das alagações: as roças são devastadas pelas águas, e o peixe e a tartaruga, principais alimentos, desaparecem furtivamente do rio, buscando os lagos ou os igarapés mais distantes.

Os mais prevenidos habitantes sofrem pouco as inclemências da ressaca, porque se provendo de castanha no final da safra e criando aves

galináceas, que com a cheia são acomodadas em marombas flutuantes, se servem desses recursos alimentícios nos momentos de calamidade pública. Mas, os desprevenidos ou os deserdados da sorte experimentam as mais duras provações, contentando-se, apenas, em viver dos poucos alimentos que, a título de crédito, lhes cede o negociante ambulante de qualquer embarcação que raramente passa pelo porto.

É claro que esses lances aflitivos só se manifestam com intensidade nos pontos ribeirinhos. Nos centros a condição difere, sensivelmente, porque o homem encontra os produtos de sua roça não atingida pela ressaca e enfia-se pelos lagos piscosos à procura do peixe.

Todavia irrompem, com as enxurradas, os resfriamentos e as febres de mau caráter, e todos sofrem as inclemências dos males, com a vida em perigo por falta de remédios e assistência.

No baixo rio pude aquilatar do grau de miséria dos habitantes, penetrando em barracas onde muitas pessoas não apareciam, envergonhadas do seu estado de nudez. Muitas moças pobres usam saias de estopa e, as que não possuem esse vestuário ridículo e atestador da miséria, cingem parte do corpo com o próprio cobertor que lhes serve durante o sono.

No período da vazante, o Purus, se transforma num verdadeiro paraíso terrestre. As águas baixam, estreitando o rio calmo, com as suas margens polvilhadas por uma vegetação pouco fechada, mas luxuriante, de vez em quando avistando-se belos espécimes de vegetais, como a sumaumeira gigantesca, com os seus casulos brancos, pendentes dos galhos, ou o pau de arco altaneiro, com as suas flores amarelas, simulando uma chuva de pérolas de ouro que caísse no meio da solidão. A palmeira mais abundante é o jauari, que tem uma altura respeitável e se ergue ereta como um ponto de exclamação, com o seu tronco crivado de espinhos, tendo no alto os preciosos leques de palha que os índios aproveitam na fabricação de chapéus finíssimos, quase semelhantes aos do tipo Panamá.

Logo que as margens do rio ficam a descoberto, o aspecto se torna



alegre e encantador, e tem-se a impressão de um mundo fantástico. Começa então a atividade dos moradores ribeirinhos, que aproveitando o verão, plantam sementes de milho, feijão, arroz e outros cereais, nas imensas praias fertilizadas pelo rio, tirando boas colheitas na safra para o seu consumo particular, porque, se fossem exportá-los para a nossa capital, não tirariam nenhum resultado, dadas as dificuldades do transporte fluvial, e os direitos de condução ou frete, que poriam os gêneros, em Manaus, por preços superiores aos da sua cotação.

Durante o verão, sobretudo, nos meses de setembro a dezembro, os habitantes também se ocupam da pesca de peixes e tartarugas, apanhando estas nos remansos ou nos tabuleiros imensos que perlongam a orla sinuosa do rio. Não há muito chegavam a recorrer aos violentos processos de batição das tartarugas, com o fim de auferir grandes lucros, na venda, mas o capitão de fragata Alves de Souza, capitão do porto deste Estado, pôs em vigor medidas repressivas e fiscalizadoras que acabaram semelhante expediente, evitando assim os estragos e o desaparecimento dessa fonte de recursos alimentícios que, agora, proporcionalmente, vai satisfazendo as necessidades de consumo os habitantes.

No percurso da foz do Purus até a decadente vila de Canutama, pude relacionar os nomes das seguintes propriedades: “Redenção”, de Manoel Martins; “Novo Oriente”, de José Dibby; “Morada Nova”, de Gomes e Companhia, “Antuérpia”, situada na boca do lago do Berury, de Amadeu Martins; “Castanha Miry”, “Surara”, “Ypiranga”, Paricatuba” (mais acima fica a boca do lago Ayapuá) de D. Felicidade Melo, que mantém nas suas propriedades, muitas famílias e centenas de trabalhadores pobres; “Arumã”, do coronel Alberto Coelho; “Tapuru”, de Joaquim Ezequiel; “Terra vermelha”, de D. Felicidade Mello; “Supiá”, de João Costa; “Itaboca”, de Francisco Soares Monteiro; “Santo Eustachio”, de David Queiroz; “Elba”, de Raymundo Roberto; “São João do Tambaqui”, “Tambaqui”, “Boa Vista do Tambaqui” e “Pupunhas”, do coronel Alberto Coelho; “Tauamiry”, de Alípio

Macedo; “Laranjal”, de José Augusto Macedo; “Abufary”, do coronel Luiz Antonio de Queiroz; “Novo Capricho” e “Santa Rita” (onde entra, pela margem direita, o Paraná do Ipixuna”, de José Bezerra; “Gaivota”, de J. A. Leite e companhia; “Baturité, de Manoel Antonio Bezerra; “Recreio de São Domingos, de Gabriel Rodrigues Chaves; “Paru”, de Francisco Pinheiro; “Jatuarana”, de Osmidio Alves de Oliveira; “Porto Arthur” (onde entra o desabitado e misterioso rio jacaré) de João Francisco Tavares; “Ariman” e “Novo Ariman”, todos herdeiros de Cyrino José da Silva Pereira; “Nova fé, de Manoel Loureiro; “Paxiúba”, da viúva Cordeiro; “Jaçanahu” de José Bezerra; “São Carlos” e “Jaburu”, de Raimundo Roberto; “Nova Olinda”, de Francisco Bezerra; “Paripy”, dos herdeiros de Francisco Demetrio de Oliveira; “Floresta”, de Manoel Dias Barboza; “Penha da Tapauá, dos herdeiros de Manoel Dias; “São João do Tapauá”, de Francisco Vianna Filho; “Porto alegre”, de José Amâncio; “Saudade”, e “Itapiru”, da viúva de José de Senna; “Boa do Caratiá”, de João Chaves; “Caraiá”, do coronel Theodoro Botinelly; “Nova Ação”, do major Severino; “Nazareth”, de João Menezes; “Nova Experiência”, de Porphirio de Oliveira; “Salvação”, do major José Simões; “Espírito Santo”, da viúva de João Cardoso; “Jamanduá” e “Jamanduazinho”, do coronel Américo Pantoja; “Repouso”, de Carlos Lamego.

Com a desvalorização da borracha, algumas dessas propriedades ficaram completamente desprezadas dos seus donos, por falta de braços para o trabalho.

## II

A intensificação do serviço de transporte fluvial é uma das mais justas exigências dos habitantes do rio Purus.

A região, em grande parte, permanece sujeita ao insulamento, pois bem raras são as embarcações, a vapor, que trafegam pelos rios Seruhiny, Tuhiny, Mucuin, Jacaré, Tapauá e outros afluentes produtores de borracha e castanha. Os proprietários domiciliados nesses rios se vêm na dura contingência de transportar os seus produtos em batelões até a margem do Purus, onde se procede ao baldeamento de carga para as embarcações de grande ou pequeno calado, que por ali passam, gastando-se muitos dias nessa penosa condução.

A “Amazon River” é a única empresa que mantém, no Purus, uma linha regular de navegação fazendo as suas embarcações, atualmente apenas uma viagem por mês.

No rigorismo da cheia, os navios trafegam até a boca do Acre, fazendo escala em todos os portos e beneficiando a muitos proprietários ribeirinhos, que, vendendo os seus “stocks” de lenha para o consumo das embarcações, tiram desse, negócio, um resultado compensador.

A lenha desse portos é cortada pelos trabalhadores, à razão de vinte mil réis, por milheiro, sendo vendida pelos proprietários a quarenta mil réis.

Constitui uma fonte de receita que, de algum modo, tem atenuado a miséria nos seringais, evitando a completa deserção dos roceiros e extratores da goma elástica.

No período da vazante, os grandes navios da “Amazon River” não chegam até Hyutanahan. Param pouco abaixo desse lugar, que é um povoado em formação onde aquela empresa possui belos “chalets” e as oficinas destinadas ao reparo de suas embarcações.

Estacionando esses navios no ponto em que é permitida a navegação, aí se procede ao baldeamento da carga para as chatas, que fazem a linha regular ao alto rio, sem encontrar dificuldades na viagem, devido ao seu pequeno calado.

Outras embarcações trafegam pelo alto rio, em viagens irregulares, recebendo produtos a consignação e fazendo o comércio ambulante com a venda de mercadorias a dinheiro ou em troca de borracha e castanha. Entre essas embarcações, transformadas em bazares flutuantes, contam-se as lanchas, “*Rio Jordão*”, de Manoel José Soares; “*Palmira*”, de Antonio de Castro Amorin; “*Branquita*”, de Joaquim Rodrigues e “*Campinas*”, de Antoliano Cambezes. Fazem também a linha do Purus a lancha “*Eline*”, do coronel Joaquim Carneiro da Mota e os vapores “*Ayapuá*”, de J. A. Leite e Companhia: “*Alegria*”, de B. Levy e Companhia e “*Cidade de Tefé*”, de Francisco Lopes.

Na venda de mercadorias os negociantes ambulantes cobram vinte a cinquenta por cento sobre o preço da nossa praça, acontecendo que muitos cedem a crédito os seus gêneros.

A vila de Canutama é talvez o único porto em que as embarcações particulares não fazem o comércio ambulante, resultando disso um grande mal para os seus habitantes, que nem sempre encontram gêneros de primeira necessidade nos poucos estabelecimentos da localidade.

A causa deriva de uma lei da municipalidade, criando o imposto anual de quinhentos mil réis sobre o comércio ambulante. Os proprietários de embarcações, não podendo sujeitar-se a essa onerosa tributação, deixam de vender mercadorias aos habitantes e as próprias casa comerciais da vila, deixando aquela pobre gente na mais triste e dolorosa situação.

Os principais produtos de exportação do Purus são a borracha e a castanha, começando a safra deste gênero em outubro e terminando em maio. Os mais abastados exportadores de castanha são o major Jacob Gadelha e D. Felicidade Mello, mantendo esta no serviço uma infinidade de trabalhadores, que ali moram com suas famílias.

A safra da borracha, abrangendo os meses de julho a janeiro, ficou reduzida a um terço com a depreciação do produto. É grande o desânimo

nos seringais, sobretudo nos do alto rio, mas, assim mesmo, os proprietários continuam firmes no seu posto, atenuando milagrosamente a situação na esperança de que o ouro negro ainda virá a compensar os esforços perdidos no decurso de tantos anos de sacrifícios.

Muitos seringueiros entregam-se atualmente ao plantio de cereais, com autorização dos patrões, trocando os seus produtos agrícolas por mercadorias que os negociantes de regatão vendem nos portos dos seringais. Outros, iludindo a vigilância dos patrões, vendem peles de borracha, fabricadas durante a safra, fazendo esse negócio ilícito nos pontos isolados dos seringais, onde os regatões dão os sinais convencionais, com a sua desafinada buzina. Os sírios são os principais agentes desse comércio que muito tem contribuído para a ruína dos proprietários de seringais.

Entre os seringais que se estendem desde a vila de Canutama até a cidade da Lábrea, pude relacionar os de nomes: “Aliança” e “Triunfo”, do coronel Theodoro Botinely; “Forte de Veneza” e “Nova Colônia”, de Raymundo Gomes e companhia; “Novo Ária”, de J. A Leite e companhia; “Santo Antonio do Apituan”, de José Epiphanyo; “Axioma”, de José Ribeiro; “Paraíso”, de Jacob Gadelha; “Sant’ Anna”, de Manoel Bezerra Sant’ Ana; “Santa Cora”, de José Simões; “Santa Maria”, de José Epiphanyo; “Carmo”, de Manoel Machado; “Santa Bárbara” e “Assahituba”, do coronel Theodoro Botinely; “São Francisco de Assis”, de Leônidas Cruz; “Santa Cruz do Passeá” e “Belo Horizonte”.

### III

Como todos os grandes rios do Amazonas, o Purus conta uma infinidade de afluentes que alimentam a sua bacia fluvial.

Um dos mais importantes é o Ituxi, que desemboca pouco acima da

Lábrea, banhando, no seu curso, uma imensa faixa de terra onde há vegetais preciosos. Os seringais desse tributário pertencem ao coronel Luiz da Silva Gomes, chefe da firma Gomes e Companhia, que mantém no transporte de seus produtos, para a nossa praça, o rebocador “Acima” e outras embarcações de pequeno calado.

Outro afluente é o rio Pauhiny, que entra pela margem esquerda do Purus, percorrendo enorme curso e oferecendo vias de comunicação para o departamento federal do Tarauacá. Na foz desse afluente, à margem do Purus, demora o seringal “Canta Galo”, de Raymundo Pinheiro Castelo Branco, e na margem direita, as propriedades “Içá”, da viúva de Alfredo Batalha e “Boca do Pauhiny”, de Joaquim Ribeiro.

Neste seringal, entregue a gerência do Sr. Henrique Eduardo de Oliveira, há um bem sortido estabelecimento comercial, que, em outros tempos, fez negócios vultosos, vendendo mercadorias e servindo de centro recreativo aos seringueiros que se destinavam ao Pauhiny ou vinham desse rio para a nossa capital desfrutar os recursos que auferiam durante a safra da borracha.

Mais acima da foz do Pauhiny, o Purus é recortado, na margem esquerda, pelo afluente Tuhiny ou Teuhiny – um rio estreito, de águas barrentas, em cujas margens avultam árvores gigantescas de todos os matizes.

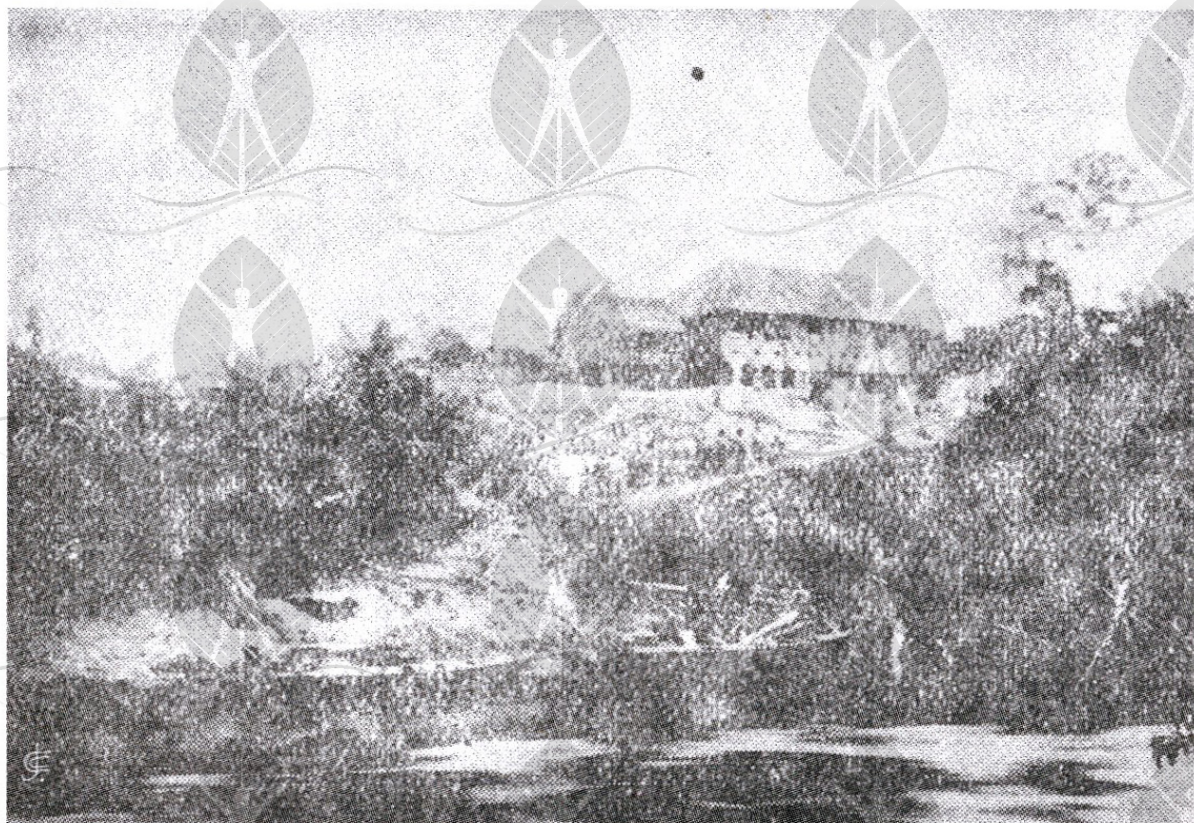
A navegação vai se tornando quase impraticável nesse afluente, pois que, se na época da enchente as árvores desabam acidentalmente, ficando atravessadas de uma margem a outra, no início do verão as águas começam a baixar, sensivelmente, pondo o leito quase a descoberto.

Rio pouco piscoso e quase insulado, o Tuhiny só é navegado pela lancha *Rondon*, do Serviço de Proteção aos Índios e pelos batelões da firma Antonio Joaquim Ribeiro, que, na sua foz, possui um vasto barracão, sede do seringal “Boca do Tuhiny”.

Num dos trechos mais solitários desse afluente, a grande distância da margem do Purus, demora o posto de proteção aos índios, administrado

pelo major João de Barros Veloso da Silveira, que tem como auxiliar, no serviço, o cidadão Francisco Braga Filho.

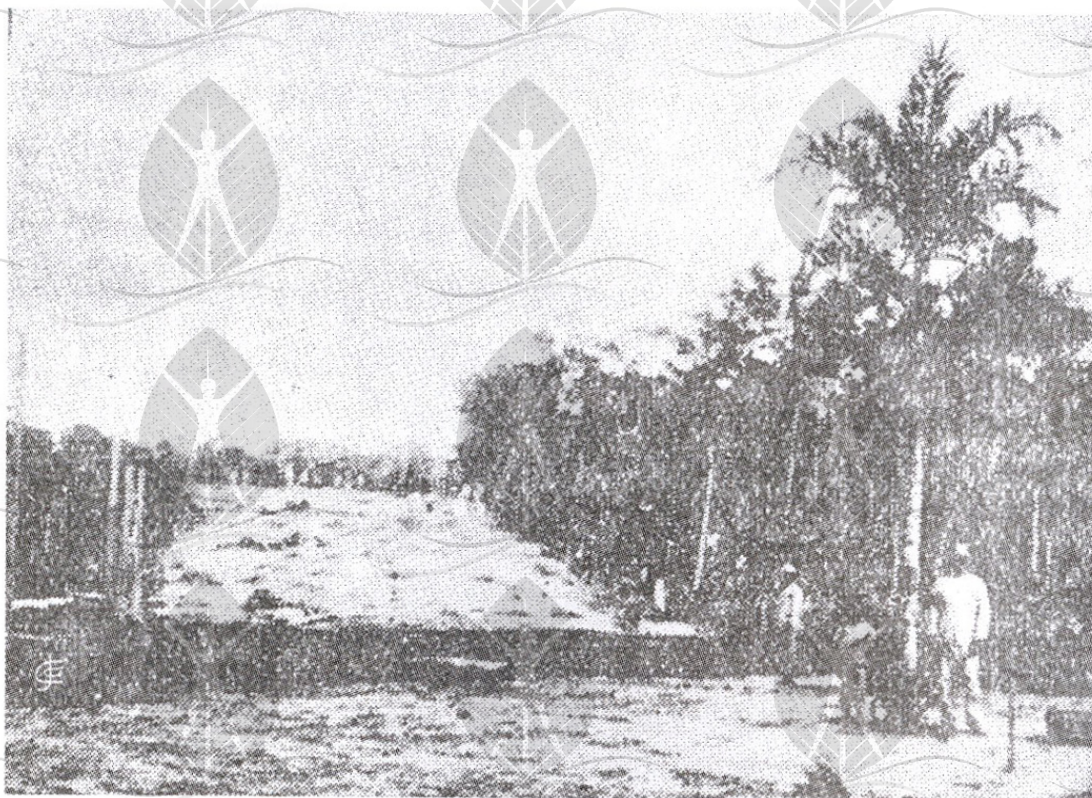
Situado à margem direita, numa posição dominante, esse posto foi fundado este ano e tomou o nome do tuxaua Manuacá que, em mil novecentos e treze, morreu na antiga colônia indígena “*Manoel Miranda*”, no rio Inauhiny.



Aspecto do posto indígena do Tuhiny.

O primeiro aspecto desse núcleo é constituído por um barracão que repousa quase à beira do rio, servindo de sede provisória. Em duas dependências moram o auxiliar Braga e alguns trabalhadores, havendo ainda um depósito de mercadorias, sala de jantar, varanda e cozinha. Por trás desse barracão, à direita, procedeu-se à abertura de uma pequena avenida e iniciou-se nela, paralelamente, o levantamento dos esteios da sede definitiva e a construção de várias barracas, com cobertura de palha. Em algumas cabanas, que já foram construídas, moram separadamente vinte e seis índios *jamamadys*, e os colonos José do Monte, com sua mulher e dois filhos;

Francisco Vieira de Moura, com mulher e um filho; Manoel Nogueira Pontes, com mulher e duas filhas; João Antonio de Oliveira, com mulher e uma filha; Pedro José da Silva e sua mulher; Jorge de Castro Menezes, Anísio José de Oliveira, Paulo José da Costa, João Flor da Silva, Galdino Gama e Raymundo Ferreira da Silva.



A avenida do posto Tuhiny.

Em consequência das febres de mau caráter, morreram ali, no período de um ano, os colonos Raymundo Cezar de Oliveira, Teófilo José Barreto e a mulher de Galdino Gaioso Gama.

Logo que seja ultimada a construção das demais barracas proceder-se-á a localização dos índios de três malocas que ficam a poucas horas de viagem do posto os quais costumam vir ao núcleo para receber mercadorias, instrumentos de lavoura e medicamentos.

Ao lado da avenida do posto, no flanco esquerdo, procedeu-se à derrubada de matas numa grande área destinada a cultura agrícola.

As plantações de cereais e árvores frutíferas deverão ser iniciadas em princípios de agosto vindouro.



Conta ainda o posto, nas suas adjacências duas pequenas roças com macaxeira, mandioca, milho, bananeiras e abacaxizeiros, além de um grande canavial, fiscalizado pelo colono João Thomé da Silva, que mora com sua família em uma cabana ali construída.

Tenciona o inspetor de Serviço de Proteção aos Índios iniciar ali o fabrico de açúcar, logo que os recursos financeiros o permitam adquirir os aparelhos necessários. A avicultura e a horticultura vão tomando um sensível incremento no posto, vendo-se nos fundos da sede provisória uma pequena cerca com duas divisões internas: uma construída de madeira, com tela de arame e dotada de vários compartimentos serve de abrigo aos galináceos de vários tipos que lá se encontram: a outra rendilhada de pequenos canteiros, apresenta plantações de legumes em regular escala.

Os índios *jamamadys* dão de estatura mediana, cor morena e cabelos lisos semelhando-se muito aos caboclos civilizados do Amazonas. Alguns são mirrados e outros de compleição robusta, notando-se em todos muita expansão e jovialidade quando palestram.



Grupo de índias “Ipurinãs” localizadas no posto do Tuhiny.

yEntre os que se acham localizados no posto, vi alguns com cravos de arbusto incrustados nas faces e nos lobo das orelhas, à guisa de adorno.

Dotados de um espírito inteligente e disposto para o trabalho, esses índios fazem objetos curiosos, notadamente redes de fio, chapéus de timbó e da palha do jauari e ventarola coloridas de penas de aves, hoje imitadas por muitos habitantes civilizados do alto Purus, que souberam aproveitar a engenhosidade indígena.

As principais figuras da tribo são o tuxaua e o pajé, cabendo a este a responsabilidade do tratamento dos silvícolas por meio de ervas medicinais. Antes do tratamento, o pajé faz os seus ofícios em torno do doente, friccionando-lhe o corpo com as mãos e simulando tirar pedras dos órgãos internos. Acreditam os silvícolas que essas pedras são introduzidas pelo gênio do mal, conhecida por eles por “Arabany”. Quando o enfermo sucumbe, os índios abandonam a maloca, na suposição de que o famoso “Arabany” ramificou-se ali com unhas e dentes, indo levantar as suas habitações em outro lugar mais distante. No período dessa mudança, o pajé permanece debaixo de uma árvore, ao ar livre gritando desesperadamente contra o gênio do mal.

Outra curiosidade que se dava entre os índios era o julgamento de crimes praticados, na maloca, por qualquer um deles. Reunia-se o conselho de índias – o único julgador – e, se deliberava a morte do acusado, este era obrigado a beber uma solução de pimenta triturada em água, até expirar, sendo a dosagem feita e ministrada pela mãe ou, na falta desta, pela mulher do condenado, em presença das índias. Os índios não podiam assistir ao suplício nem revogar a sentença, e a esta também estava sujeito o tuxaua da tribo, se cometia um grande crime.

É claro que essa praxe foi banida pelos *jamamadus*, desde o momento em que eles, mais ou menos, começaram a ter uma idéia aproximada de certos hábitos da civilização.

Foi desagradável senão dolorosa a impressão que tive em Canutama.

A esquecida vila amazonense, situada à margem esquerda do baixo Purus, num terreno sujeito às alagações, lembra uma velha aldeia em ruínas e quase abandonada de seus habitantes.

À vista do porto avultam dois renques de casas rústicas e mal construídas, sendo algumas cobertas de telha e outras de zinco. Entre esse renques, em sentido horizontal, estende-se a avenida coronel Botinely, ladeada por dois pontilhões de madeira, que servem de calçada às duas filas paralelas de habitações, facilitando assim o trânsito dos moradores, no período das enxurradas.

Os principais edificios dessa avenida, aliás, sem importância, são as casas do coronel Botinely e do comerciante Leão Cohen e o *chalé* do padre José Maria Vila, protegido por uma pequena murada com gradil de ferro. O prédio da intendência Municipal, situado na mesma artéria, acha-se em estado lastimável, apresentando enormes buracos nas suas paredes internas.

É no fim dessa avenida que o matagal vai tomando proporções assombrosas, cobrindo o bairro em que demora, isoladamente, várias barracas habitadas e a capela erguida sob a invocação de São João Baptista. Este templo é construído de madeira e coberto de zinco, abrangendo, interiormente, um só recinto, do qual foi cimentada uma parte do chão ou, melhor, o plano em que repousa o altar com a imagem do padroeiro.

Encontrei em Canutama uma coletoria federal, outra estadual, uma pequena farmácia e três ou quatro casas de negócios, desprovidas de gêneros de primeira necessidade. A vila não possui mercado e quase todos os seus habitantes vivem em estado de indigência por falta de serviço.

Fazendo uma ligeira revista nessa localidade, encontrei-me com o padre José Maria Vila, antigo vigário da paróquia, que foi suspenso das suas

funções sacerdotais. Trajava ele, na ocasião calça e dólman de linho comum, e vinha do seu engenho, instalado num dos arrabaldes da vila, onde se entrega ao fabrico de mel e rapadura, trocando esses produtos por outros gêneros de consumo.

O padre Vila narrou-me a odisséia da sua vida em Canutama, dizendo-me que, nos áureos tempos, ganhou alguns recursos e pode viver com decência; mas hoje sujeito as inclemências da miséria, só alimenta um único intuito: é vender os seus bens que pouco valem, retirando-se para o seu berço natal.

A verminose e o paludismo ameaçam cruelmente a vida dos moradores de Canutama, sendo justa, portanto, a idéia que teve o Dr. Samuel Uchoa, abnegado chefe do serviço de profilaxia rural, de fundar ali um posto de socorros médicos.

A Lábrea é a localidade mais importante do baixo Purus, achando-se, todavia, em decadência.

A renda do município que figurava outrora em segundo lugar, entre os demais do Amazonas, ficou reduzida a um terço com a desvalorização da goma elástica, resultando desse mal a ruína do comércio local.

Situada à margem direita do Purus, numa posição dominante, o aspecto da cidade, de longe, sugestiona a vista do espectador, avultando no primeiro plano de construções, como sentinelas do porto, de um lado o edifício da Intendência Municipal, do outro a estação de radiotelegrafia e, no centro, um pavilhão que serve de mercado público. É neste próprio que os passageiros desembarcam, valendo-se de uma espécie de trapiche que parte da frente, prolongando-se através do interior do edifício até a praça da Matriz, que fica atrás.

Essa praça, dotada de prédios inestéticos é o centro de maior movimento, onde residem algumas famílias e acham-se localizados os principais estabelecimentos de comércio. No centro da mesma, em destaque, ergue-

se a igreja de Nossa Senhora de Nazareth, o único edifício notável, cuja construção foi iniciada pelo saudoso monsenhor Francisco Leite Barbosa, antigo vigário da paróquia, tendo sido concluída em 1911. A iluminação elétrica desse templo foi extinta, ficando ao abandono a caldeira e demais acessórios.

Em companhia do Dr. Agesilão de Araújo Jorge visitei o interior da igreja, recebendo a melhor impressão. Demora em frente à fachada do templo, um elegante pavilhão, de fino gosto artístico, construído por conta da municipalidade.

A Lábrea possui algumas ruas dotadas de casas e casebres de pouca importância apresentando o terreno muitas depressões e poças de lama em vários pontos da cidade.

Quando saltei nessa localidade a comissão de profilaxia rural, tendo à frente o seu chefe, havia procedido à derrubada do matagal, que proliferava nas ruas e nas praças, fundando ali o seu posto de socorros médicos, que ficara a cargo do Dr. Agenor de Magalhães. Esta obra humanitária satisfez plenamente o desejo dos habitantes, vítimas das febres de mau caráter e de outros males que afetam a saúde pública, ocasionando o sacrifício de muitas vidas.

Encontrei ainda na Lábrea uma casa de diversões, com bilhares, de propriedade do coronel Silvestre da Silva Raulino, futuro superintendente municipal e os estabelecimentos comerciais, sem denominação, de Manoel Joaquim da Costa, Galdino de Moura Brasil, J. A. Cohen, Abbas T. Moussey e Elias Y. Lassery, pertencendo também a esta firma a “*Padaria Primor*”. Quase todas as casas de negócio vendem, conjuntamente gêneros de consumo, fazendas, estivas, miudezas e medicamentos.

Os estabelecimentos públicos do município constam de uma agência postal, de um tabelionato e de uma mesa de rendas do estado, achando-se esta a cargo do Dr. Francisco Simeão da Rocha.

Os habitantes sofrem as inclemências da miséria, sendo grande o número de pessoas sem trabalho.

Na época da vazante do rio, alguns moradores entregam-se ao serviço de pesca e outros fazem plantações de cereais, em pequena escala, aproveitando as longas praias que ficam nas adjacências da cidade e que são divididas em lotes pelo fiscal da municipalidade.

Acima da Lábrea estendem-se até a boca do Seruhiny as seguintes propriedades: “São Luiz de Cassianá” e “Aracaty”, de Gomes e companhia; “Mabidiry” e “São José do Tary”, da viúva de José Raymundo Tavares; “Taunã”, de Gomes & C.<sup>a</sup> “Trombetas”, de Francisco Rufino; “Província”, de Gomes & C.<sup>a</sup> “Marrahan”, dos herdeiros de Manoel Dias; “Sebastopol”, de Aprígio Cezar; “São Francisco de Canindé” e “São Domingos” de Evaristo Bezerra; “América” e “Miracema”, de João Nogueira de Araújo; “Catatiá”, de Raymundo Cordeiro; “Bom Jesus”, de Gomes & C.<sup>a</sup>; “Santa Cândida,” de Galdino Pinheiro; “Aciman e “Cachoeira”, do coronel Hilário Alvarez; “arruda”, de José Correa Rodrigues; “Itamaraty”, de Claudino Romariz; “Independência”, de Adriano Campos; “Cearian”, da viúva de Miguel Achão; “Santa Cruz do Brasil” e “Lusitânia”, de Antonio Elias fayal; “boa União”, dos herdeiros de José Barreiros; “Mamoriá”, dos herdeiros do saudoso Braz Gil da encarnação, fundador da vila de canutama; “São Luiz do Mamoriá “, de Gomes & c.<sup>a</sup>; “Quician do Samoará”, de Cristiano Barreiros; “Ajuricaba”, do coronel Francelino Borges; “Catipary”. Arrendado a David Sicsu; “Metaripuá”, de Umbelino Bezerra; “Seruhiny”, de João Bernardo; “Caçaduá”, do major João de Barros Veloso da Silveira e “Humaythá”, de Antonio de Almeida Amaral Magalhães.

A flora amazônica é de uma poesia incomparável, destacando-se nesse belo conjunto, a vegetação faustosa do rio Seruhiny, afluente do Purus, em cujas margens senti a vista deslumbrada à contemplação de árvores gigantescas.

A fecundidade do solo é evidente, encontrando-se ali preciosos vegetais de grande utilidade na indústria do tecido, do papel e da cordoalha.

Foi esta a razão que impeliu um dia o major João de Barros Velloso da Silveira, proprietário na região, a fazer um apelo ao governo federal, lembrando a criação de uma fábrica de tecidos naquela zona, idéia que foi bem acolhida, mas não teve ainda o devido amparo.

O Seruhiny é um rio estreito, pouco profundo e marginado de terras alagadiças, encontrando-se no seu curso poucas faixas de terra firme. As suas principais propriedades são os seringais “Santo Antonio”, do major João de Barros Velloso da Silveira; “Fortaleza”, de Antonio Magalhães e “Boca do Mixiri”, dos irmãos Isaac Pones e José Manasses Pontes. A borracha dessas propriedades é conduzida através de varadouros ou em batelões que vão até à margem do Purus, aí embarcando nos navios que passam, com destino a Manaus.

Foi no alto Seruhiny, num dos pontos mais solitários, que fiquei de veras maravilhado com o aspecto do posto de proteção aos silvícolas, fundado e mantido pela inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios.

Povoado em plena floresta, aí se encontram trabalhos de vulto. Logo à margem do rio, a oito metros de distância, destaca-se a futura sede do posto, em construção vasto edifício de arte, cuja fachada sugestiona pelo aspecto elegante.



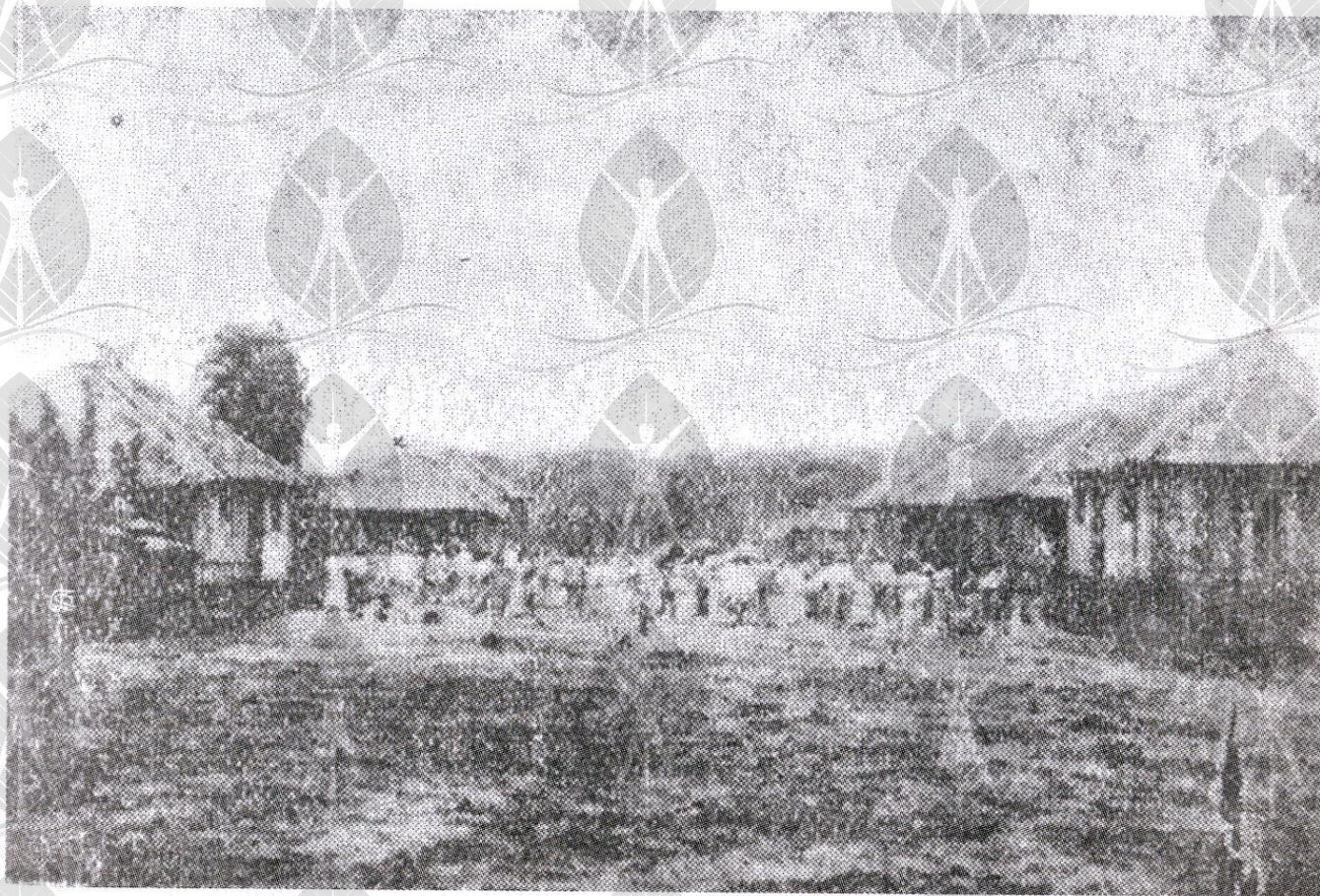
O principal edifício do posto indígena do Seruhiny, em construção.

As divisões do pavimento térreo desse prédio constarão de duas salas na frente destinadas ao funcionamento das escolas indígenas de letras e costura; três dormitórios, uma sala para os serviços da administração e da secretaria, outra sala de jantar, cozinha, banheiro e retreta. O andar superior é constituído por um lindo pavilhão, dividido em duas salas. Nos fundos do edifício haverá um pequeno pátio, e além deste de um lado, uma horta cercada de arame farpado e outro, uma cerca para a criação de aves galináceas, correndo entre essas divisões um passeio, por onde os alunos das escolas sairão com destino as suas habitações. Na fachada do edifício será erguido um singelo peristilo, onde os habitantes do núcleo deverão passar as suas horas de recreação.

Atualmente o ponto pitoresco do posto é uma pequena avenida que corre entre dois renques de barracas e barracões cobertos de palha. Num



desses renques, à direita, encontra-se a sede provisória do núcleo e um vasto barracão onde se acham localizados o engenho e o forno para o preparo de açúcar, bem como a máquina destinada ao ralamento de mandioca, a qual é acionada por um volante que se põe em movimento com a energia de possante bolandeira, puxada por uma junta de bois. Essa bolandeira, feita a capricho pelo Sr. Domingos Rodrigues, carpina do posto, constitui um trabalho que muito honra a indústria amazonense.



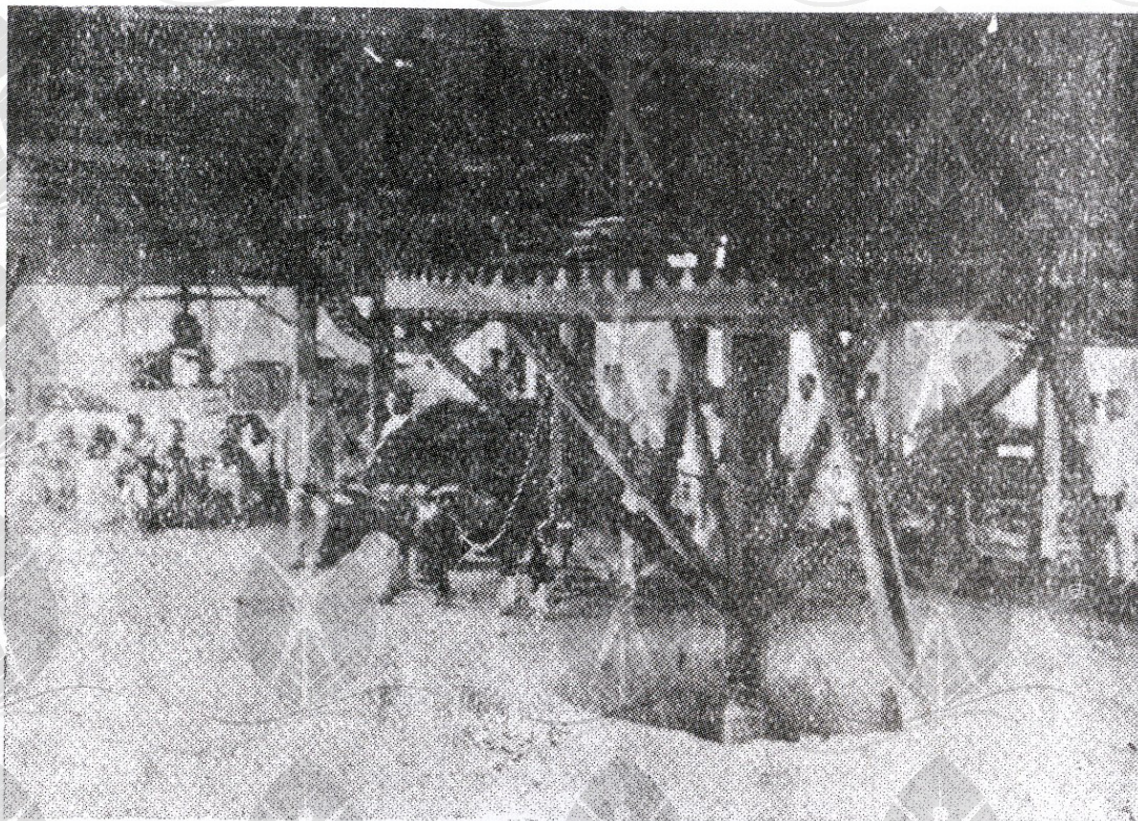
A avenida do posto indígena do Seruhiny.

O forno em que se fabrica a farinha, acha-se instalado numa pequena barraca, a três passos do barracão das máquinas.

As demais da avenida são habitadas, separadamente, por cinquenta e sete índios “Ipurinãs”, inclusive mulheres e crianças e pelos colonos e trabalhadores do posto de nomes Jerônimo Campos com mulher e filho, João Severiano e esposa, Domingos Rodrigues e esposa, José Taveira,

Francisco Martins, José Vicente, José Pedro, José Cláudio, Manoel Ferreira e mulher, Antonio N. Bezerra, Maximiano Estevão, Francisco Pereira e Francisca Lopes.

Nas cercanias do posto, em terreno acidentado, mas produtivo, há uma grande roça com plantações de cereais e árvores frutíferas, existindo em outro ponto um belo canavial fertilizado pelas águas de um igarapé.



O interior do barracão de farinha do posto do Seruhiny.

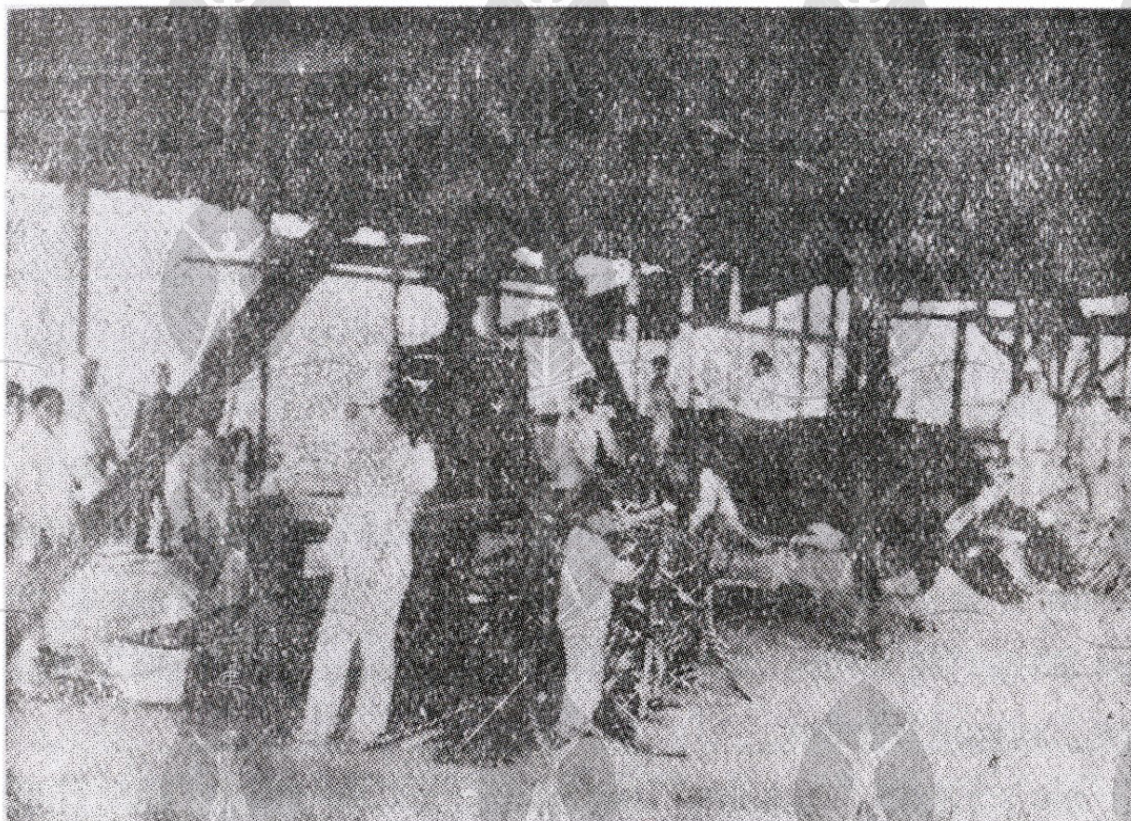
As plantações de mandioca são em regular escala, notando-se também ali uma área de grande extensão destinada exclusivamente à cultura desse produto.

Ultimamente iniciou-se no posto a criação de gado bovino, com o preparo de um campo de pastagem, onde se encontram dois belos touros, três novilhas e uma vaca da raça crioula.

Como acontece em quase todas as zonas do interior do Amazonas, o Seruhini é assolado, não raramente, pelas febres palustres e outros males que ameaçam a saúde dos seus habitantes.

Os índios “Ipurinãs”, que lá vivem, ocupam-se na caça e nos serviços de cultura agrícola, auxiliando também os colonos na fabricação de açúcar e farinha. São comunicativos, atenciosos e de fisionomia simpática, em nada diferente da dos nossos caboclos nortistas. Os homens são de baixa estatura e de cor morena, usando os cabelos cortados à moda dos civilizados. As mulheres têm os cabelos lisos e belos dentes que adornam os lábios, através de um sorriso ingênuo, notando-se traços delicados no semblante de algumas e linhas rústicas nas feições de outras.

Nos dias de festa, eles costumam exhibir-se com as suas danças características, em torno de uma fogueira, fazendo uma vozearia desafinada e confusa. Nos intervalos da brincadeira, quando os homens vão tocar o “Camati”, as índias fogem para a mata e tapam os ouvidos, dominadas pela superstição de que, se escutarem os sons desse instrumento, serão devoradas pelas onças.



O engenho do posto de Seruhiny

O “Camati” nada mais é que uma buzina rústica, feita de bambu, na qual os índios, soprando, imitam guinchos de macacos, gorjeios de pássaros e rosnados de feras. A vibração desse instrumento tem admirável repercussão, ouvindo-se a grande distância.

Entregue à administração do major João de Barros Velloso da Silveira, que tem como auxiliar o Sr. Leonardo da Costa e Silva, o posto indígena do Seruhini encontra-se em alto grau de prosperidade, deixando patente a capacidade e a dedicação de seu administrador.

O major Barros militou por algum tempo na imprensa do nordeste e pertence a uma das mais ilustres famílias de Pernambuco, residindo atualmente no seu seringal “Caçaduá”, que, apesar da desvalorização do ouro negro, ainda mantém numeroso pessoal no serviço, produzindo de doze a quinze mil quilos de borracha em casa safra. Espírito humanitário tem socorrido com dinheiro e passagens a muitos habitantes pobres da região do Purus.

Enfeixando estas notas, cabe-me observar, à guisa de informação que, na viagem que fiz da foz do Seruhiny até a boca do afluente Tuhiny, através do Purus, pude registrar as seguintes propriedades: “Guajarrã”, do coronel Francelino Borges; “Lafayette”, de Francisco de Assis Vasconcellos; “Água Preta”, dos herdeiros de Francisco das Chagas Pinheiro; “Alegrete” de Antonio Briguer; “Terroan”, de José Rodrigues; “Seruri”, a mais importante, do coronel Paulo Nascimento; “Santa Vitória”, da viúva de Alfredo Batalha; “Tacaquiry”, de Aurélio Augusto Costeirinha; “Canacury”, de Pedro Gomes do Nascimento; “Boca do Penry”, de Julio Costa e Silva; “Pelostas”, de José Moreira Maia; “Boca do Tuhiny”, de Antonio Joaquim Ribeiro.

No seringal “Alegrete” funciona a escola mista “Ruy Barbosa”, sob a direção dos professores Agrícola Teles da Rocha e D. Luiza Pinheiro Rocha, os quais, disseminando o ensino primário têm, de algum modo, com-

batido o analfabetismo naquela região. A escola tem caráter particular, constando a sua matrícula de quarenta alunos externos. Como um estímulo patriótico, comemora condignamente todas as datas nacionais por meio de festas cívicas e preleções históricas.



## Rio Madeira



*Aspectos naturais da região. – A vila de Borba e a cidade de Manicoré. – Os principais afluentes do Madeira e as condições de vida dos seus habitantes. – os postos indígenas do Maicy. – O baldeamento de cargas e passageiros no rio Jamary. – O povoado Cachoeira do Samuel. – O posto indígena “Rodolpho Miranda”. – Um milagre.*





# I



**S**urpreendem o espírito do observador as impressões de uma viagem fluvial ao médio rio Madeira.

As maravilhas naturais vislumbram a cada momento, oferecendo-nos aspectos que sugestionam pelo requinte da sua beleza, coisa aliás vulgaríssima no Amazonas, porque o colosso nortista lembra um novo éden perdido na vastidão do globo.

Subindo ou descendo o rio através da sua esteira de águas barrentas, recortadas, transversalmente, por uma infinidade de afluentes que formam outros rios ou igarapés, a gente sente uma sensação extraordinária de poesia. É que as margens do Madeira, franjadas, em alguns pontos, pelas praias alvadias, deixam ressaltar o vigor de uma opulenta vegetação ataviada pelas flores amarelas do pau de arco ou pelas ramagens esbeltas das trepadeiras silvestres que eriçadas nos troncos das árvores altaneiras, formam lindas arcarias de verdura.

Nada é ali mais elevante para a alma do viajante do que a sublimidade dos primeiros sorrisos da manhã, quando a brisa soluça e brinca, nas árvores ribeirinhas e as colorações do sol resplendem na mata viridente, avivando a policromia dos painéis ou refletindo os seus borboleteios de ouro na superfície trêmula das águas.

A tantos deslumbramentos, alia-se a poesia do silêncio, mas daquele silêncio tonificante e doce que infunde a saudade e transporta o espírito do peregrino a um ambiente de estranhas sensações. Então, a gente cisma, e as impressões mais suaves desfilam pela mente como que a evocar paragens desconhecidas, sonhos misteriosos de um mundo de coisas ideais.

Esses encantamentos são tanto mais sublimes quando se ouve em

meio daquela solidão, o aroma suave de uma corrente cristalina que desliza entre soutos verdejantes ou a monodia de uma ave inquieta a recordar esses queixumes de amor ditos à sombra de um laranjal florido.

Mas, a despeito de tantas seduções, a viagem ao Madeira torna-se monótona a princípio com o descortino de velhos casebres que, isoladamente, avultam na orla do rio, atestando o estado de miséria dos seus habitantes.

Chega-se a Borba e nada mais se vê que uma faixa saliente de terra, à margem direita do rio, onde repousam algumas casas de taipa e pequenas barracas cobertas de palha. A rua da frente é a única que se destaca com dois ou três edifícios de aspecto agradável, notadamente o do grupo escolar Monsenhor Coutinho, que permanece fechado, porque as professoras abandonaram as suas cadeiras, deixando ali a infância sem instrução. Outro edifício, que ainda se pode recomendar a atenção do viajante, é a igreja de Santo Antonio, alvejando no centro de uma pequena praça, e quase reclinada à margem do rio.

Notei, com pesar, muita pobreza e miséria na vida de seus habitantes, dignos por certo de uma existência mais feliz.

Uma impressão não menos desagradável se tem ao visitar Manicoré. A pequena cidade acha-se debruçada em um alto barranco, que, dia a dia, vai sendo derruído pela ação das águas cujo trabalho de solapamento, continuando, como vai, dará lugar a que de futuro venha desmoronar-se a rua da frente, que se acha apenas distante a uns seis metros da extremidade do barranco. Além dessa artéria, existem apenas, em Manicoré, uns três agrupamentos de casas, a cujos passeios só impropriamente se poderá dar o nome de ruas. Ao longo dessas vias públicas viceja denso matagal, tornando ainda mais inestético o aspecto das casas de construção frágil e sem arquitetura recomendável. Só duas coisas prendem a vista do observador que aporta a abandonada Manicoré: a igreja de Nossa Senhora das Dores, edifício de uma certa beleza arquitetônica e elegante decoração interna; e o

próprio da Intendência Municipal, que é construído de boa alvenaria, mas que, pela falta de conservação, de que já se ressentia, há muito tempo, vai pouco a pouco se esborroando.

## II

Acima da vila de Manicoré demoram várias propriedades ribeirinhas, notadamente o lugar “Nova Olinda”, de Manoel Alecrim Lopes. Destaca-se por uma fileira de barracas isoladas, no barranco, além do barracão central e um alojamento para hóspedes. É aí que o rio Madeira se cruza com o Marmelos, a direita correndo este em sentido transversal.

O Marmelos nada tem de atraente. É um afluente de águas escuras e longos estirões, onde as praias rareiam e a vegetação, embora gigantesca, não possui esses tons policromados que maravilham o espírito do observador.

As suas margens encontram-se quase despovoadas, no alto rio, vendo-se a muito custo uma ou outra barraca debruçada em plano de terra firme ou mesmo nos pontos alagadiços.

Vi ali apenas quatro propriedades dignas de registro: “Paúba”, de Manoel José das Neves; “São Raymundo”, de Alberto Alves da Silva; “Nova vida”, de Ezequiel Del Aguila e “Cipoal”, de Antonio Cruz.

No médio rio as propriedades principais são “Nova Vida”, de Pompeu Brasil Ribeiro; “Natal”, de Severiano Lopes Duarte; “São José”, de José Furtado Souza; “Vista Alegre”, de Raymundo Marques Cardoso; “Paraíso”, de Virgínia Aute de Oliveira; “Desterro”, de Domingos :Antonio do Rego; “Panorama”, de Oscar Avellar de Melo e “Fortaleza”, de Lourenço Antonio Pinto.

Os habitantes do Marmelos vivem exclusivamente da pequena lavoura e da castanha, trocando este produto por mercadorias dos poucos

negociantes de regatão, que, na época da safra, sobem e descem aquele rio. Há ali pouca caça e escassez de peixe e mariscos, razão pela qual os moradores sofrem amargas privações notadamente no período da enchente.

Na minha viagem por esse rio vi alguns funcionários do Serviço de Proteção ao Índios distribuindo gêneros alimentícios por muitas famílias necessitadas.

O mais importante tributário do Marmelos, é o rio Maici, cujas águas de um verde esmeraldino, deslizam calmas e serenas entre as margens adornadas por uma vegetação alegre e viçosa, que oferece os mais variados aspectos.

Artéria estreita, e de voltas curtas que dão às vezes a idéia de pequenos igarapés, é nas suas margens que repousam os postos de atração do serviço de proteção aos índios as únicas habitações ali existentes.

Um dos postos denominado auxiliar, fica um pouco acima da foz do mesmo tributário, numa dominante faixa de terra que desce, em rampa, até a beira do rio. É dirigido pelo sr. Justiniano dos Santos e tem por objetivo principal a proteção aos silvícolas e trabalhadores nacionais, que ali encontram o necessário acolhimentos e são aproveitados, a medida dos seus recursos, no desbravamento das matas e desenvolvimento da cultura agrícola.

Em frente ao posto na margem oposta, começam os aldeamentos isolados dos índios *Pirahans*, que abrangem os lugares “Santa Cruz”, “Passabem”, “Soledade”, “Flechal” e “Coatá” até o médio rio.

Esses lugares embora desbravados e habitados pelos silvícolas, a custa dos mais ingentes sacrifícios, são alvo da cobiça do major Tito Neves, que chefiando grupos de assalariados, não há muito ia ali desalojar os índios dos seus tapiris, apossando-se das terras e capoeiras com plantações e invadindo as matas com o fim de explorar os castanhais. Este expediente era levado a efeito sempre no período da safra da castanha, findo o qual Tito Neves regressava a Manicoré, onde reside, tendo antes o cuidado de queimar as palhoças dos silvícolas, com o fim de afugentá-los de vez. Con-

taram-me em Maicy que, em dia do ano expirante, Tito Neves destruiu o tapiri de um índio, à margem do rio e armou uma barraca a três passos do local, com a idéia de ali permanecer por algumas semanas. Mas aconteceu que, por acaso, uma arvore desabou e caiu em cheio na palhoça do potentado, reduzindo-a a frangalhos. O fato chegou ao conhecimento dos moradores daquela região e foram tais as superstições, que muitos trabalhadores fogem hoje da sombra de Neves, pensando que ele foi castigado pela Providência.

A despeito desse caso fenomenal, Neves continuou a perseguir os índios e a invadir aqueles lugares sem fazer ali a menor benfeitoria.

Ultimamente convidou o seu antigo aviado Manoel Joaquim de Souza, residente do rio Marmelos, a fazer uma visita aos castanhais, para a extração de castanhas, mas o aviado declinou do convite, dizendo que lá não iria, porque semelhante intervenção visava perturbar o serviço de proteção aos índios.

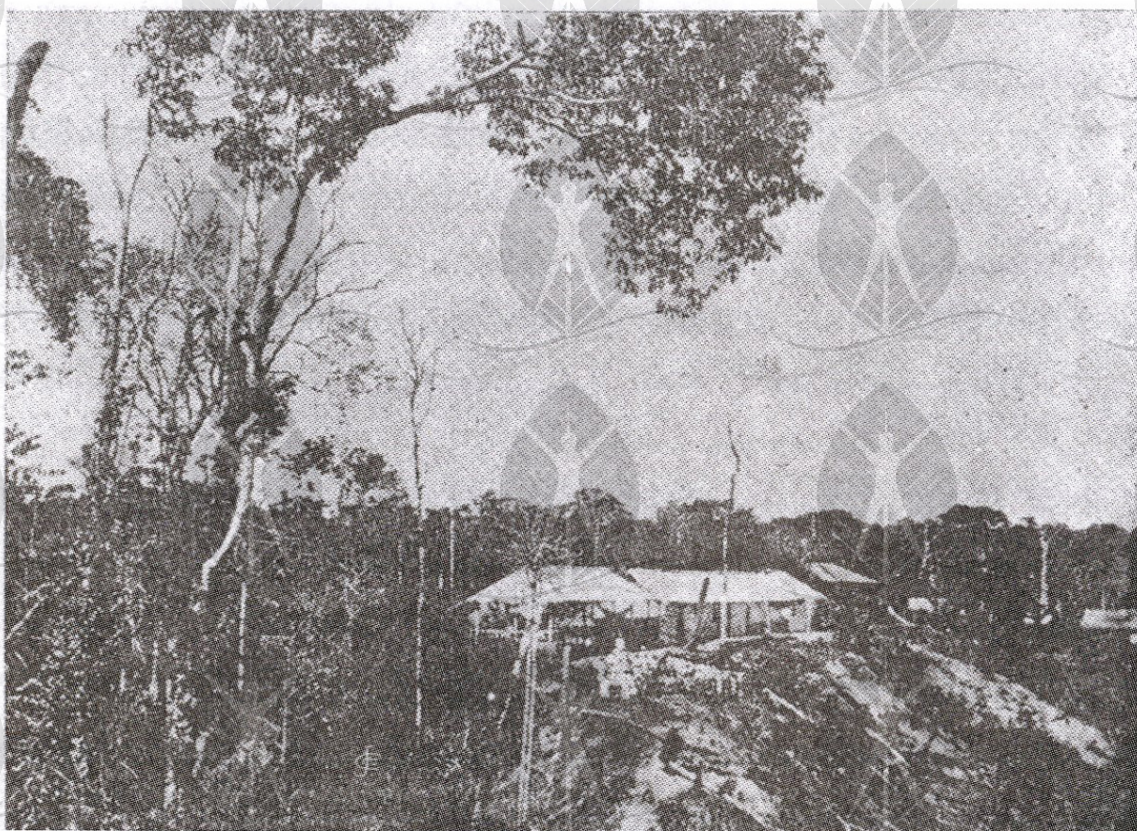
Efetivamente, aquela repartição tem, na medida de suas possibilidades econômicas, desenvolvido a maior atividade no que concerne ao amparo e verdadeira proteção aos infelizes silvícolas, não só procurando evitar esses incursões como também fornecendo aos aborígenes tudo quanto lhes possa minorar as agruras da solidão em que vivem, dando-lhes, além de roupas e víveres, o material necessário para o desenvolvimento de sua agricultura.

### III

O outro posto, situado no vértice da nesga de terra que se prolonga pela margem direita do rio, foi fundado pelo capitão Emmanuel Amarante e tem como encarregado o sr. Manoel Saraiva de Oliveira.



O posto indígena do baixo rio Maicy.



O posto indígena do médio Maicy.

O seu aspecto é deveras sugestivo, sobressaindo à beira do barranco, em forma simétrica, uma fileira de pequenas barracas habitadas por trabalhadores do pequeno núcleo federal. No flanco esquerdo dessas cabanas, em plano afastado, demora o barracão que serve provisoriamente de sede e, ao lado direito, está sendo construído um outro barracão, com diversas dependências, para servir de moradia ao tuxaua e outros índios da tribo mencionada. Nos fundos dessa construção iniciaram o preparo de uma vasta roça destinada, ao plantio de cereais, legumes e árvores frutíferas, a qual ficará sob os cuidados dos silvícolas.

A sede definitiva do posto será transferida para um amplo edifício, cuja construção se vai erguendo, próximo ao local do estabelecimento provisório, de acordo com a planta traçada pelo dr. Aristóteles Grangeiro. Nas adjacências do mesmo avulta o mais importante melhoramento do posto, constituído por enorme roça, numa grande extensão de metros quadrados. As plantações desse campo agrícola acham-se bem viçosas e constam de feijão, mandioca, macaxeira, milho, inhame, cará, legumes, árvores frutíferas e um longo canavial.

Incrementando a agricultura dessa região e auxiliando o trabalho dos silvícolas, mantêm ali a inspetoria várias famílias necessitadas e os trabalhadores José Garcia de Freitas, Manoel Alves, Emiliano Ramos, João Furtado de Souza, Pedro José Bento, Antonio Guedes de Araújo, Eduardo Mendes Pinheiros, Feliciano Pinto, Francisco da Silva Pires e Manoel Furtado de Souza.

Impressiona logo ao visitante dessa região o aspecto físico, o caráter e os costumes dos índios que a habitam os quais se destacam de todos os outros pela sua atraente originalidade. São os homens de estatura mediana, compleição robusta, tez morena, cabelos encaracolados, barba ligeira, leve penugem em forma de bigode, tendo alguns este ornato físico bastante farto. As mulheres são em sua maioria franzinas, tez morena, levemente clara em outras, nariz aquilino, olhos doces e lânguidos, lábios delicados, sorriso

amável, revelando em todo esse conjunto de dotes físicos muita graciosidade.

O caráter desses índios é mais ou menos bom, tanto quanto podem permitir os instintos e os impulsos de uma raça inculta e ainda não completamente educada para a civilização. São eles doces, amáveis hospitaleiros, comunicativos, fortes e altivos. Ciosos ainda das suas armas e troféus de guerreiros valentes, ocultando-os às vistas profanas, em lugares desconhecidos. A sua tradição de grandes lutadores é bem conhecida naquela região, onde conseguiram, em outros tempos, aniquilar a tribo dos Turás, da qual existem apenas hoje alguns descendentes, que habitam as margens do rio Marmelos. Ultimamente vinham travando lutas terríveis contra a feroz tribo dos Parintintins, que procurava, a todo transe, ocupar a região que eles habitam. Mas, as acertadas providências tomadas pela inspetoria dos índios, no sentido de pôr termo a estas pugnas fratricidas, deram como resultado a cessação desses atritos sangrentos. Atualmente os Pirahans voltam-se para o trabalho e para a comunhão social, esquecidos do seu antigo viver e das lutas passadas.

Os Parintintins porém continuam no seu sistema selvagem de antigas guerrilhas. Mas é de esperar que, em breve, entrem para o convívio da civilização devido as providências que estão sendo tomadas pela inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no tocante à sua pacificação.

É assim que, para ali já foi enviado o naturalista Curt Nimuendaju com o fim de chefiar o serviço de pacificação.

#### IV

É no médio Madeira que os aspectos se nos afiguram mais animados, perdendo-se o olhar do viajante naquela opulenta e variegada vegetação que se estende pela margem do rio, numa pomposidade que encanta e



seduz. De espaço a espaço, um claro se abre no barranco, deixando ver lindos “chalets” e outras construções de apurado gosto. São em grande numero as propriedades que ali se encontram, merecendo especial destaque as de nomes “Calama”, de Asensi e companhia; “Mirari”, do coronel Antonio Francisco Monteiro e “Nova vitória”, de Lemos e Campos. Esta ultima fica a pequena distância da florescente cidade de Porto Velho e é o ponto de baldeação da carga que os navios mercantes conduzem de Belém a Manaus para o rio Jamari.

A carga dos vapores da “Amazon River” é transportada, com pres- teza, pela lancha “Isamario”, daquela firma, e a dos navios da Companhia fluvial por uma ou duas lanchas particulares que, às vezes ali aparecem, causando isto sérios prejuízos ao comércio do Jamari, porque os volumes ficam, quase sempre, de quarentena. Outras embarcações de pequeno ca- lado fazem a linha direta de Manaus ao Jamari.

Partindo de “Nova Vitória”, com a carga baldeada, as embarca- ções vão até a Cachoeira do Samuel, onde existe um trecho inacessível à navegação, em virtude dos perigosos lajedos que se estendem no leito do rio, contornando uma pequena curva. É aí que se faz nova baldeação da carga destinada ao alto Jamari, sendo os volumes transportados por terra a uma rampa que fica além da zona encachoeirada, onde outras embarca- ções os recebem, levando aos portos de escala. O transporte é feito por um carro que desliza em trilhos de ferro até a rampa, acionado por um motor de grande força sendo esse serviço explorado pela firma Arruda e Irmão, a quem a região deve outros melhoramentos de utilidade publica.

Fazem a linha de navegação da Cachoeira do Samuel ao alto rio Jamari e seus tributários as lanchas “Catita”, “Vidi”, “Veloz”, e “Arnaldo”, de A. B. Carmo e companhia; “Guajarina”, “Natal”, e “Colibri”, de Arruda e Irmão. Também trafegam ali as lanchas “Jamari” e “Herminio”, de Frota e companhia.

O Jamari corta a margem direita do Madeira e as suas principais riquezas nativas constam de seringueiras e castanheiras. O solo, ubérrimo e produtivo, nem por isso é aproveitado com carinho pelos habitantes, que se limitam apenas ao cultivo de pequenas roças e isso mesmo nos pontos ribeirinhos. Daí a causa do pouco movimento desse rio, quase que limitando á exportação de borracha, porquanto a colheita de castanha é diminuta.

Dos males que afetam a saúde dos habitantes, os piores são as febres palustres e as feridas bravas que têm causado o sacrifício de muitas vidas.

Os principais seringais do Jamari são: “Santa Cruz”, do coronel Alfredo Arruda; “Sã Luiz”, de Godofredo Arruda; “Vitória”, de Lemos e Campos; “Boca do Jamari, e “Conceição”, de Elpidio Chaves de Mello; “Primor”, de Arruda e Irmão; “Tapirema”, de José Antonio Berlangue; “Prosperidade”, de Elias Bendah; “Boa Esperança”, de Jerônimo José de Mello; “botica”, de João Paulo Diniz; “São Carlos”, de Ângelo de Paula Avelino; “Canadá, de A. B. Carmo e companhia; “Fortaleza”, de Sadoc Maciel e companhia.

Há ainda os seringais “Escalvado”, do coronel Aureliano Borges do Carmo, no afluente Canaã, “São José, de Sadoc Maciel, no confluyente rio Pardo; “Itapipoca”, do coronel José Inácio da Frota, na boca do afluente Rio Branco. O primeiro é o mais importante tendo à sua sede à margem da cachoeira Canaã, onde avultam belos “chalets” barracas e plantações de cereais em escala regular além de um vasto barracão onde se fabricam açúcar e farinha. O coronel Aureliano cogita de desenvolver ali a pastorícia, havendo para esse fim, adquirido algumas cabeças de gado vacum, muar e cavalari.

## V

Na zona em que demora a Cachoeira do Samuel, encontra-se um povoado com o mesmo nome, que se estende à margem direita do rio Jamari. Em outros tempos prosperou muito e deu grandes rendas à municipalidade

de Humaitá, a cuja circunscrição pertence, achando-se agora em decadência a evidenciar o testemunho de um triste descaso administrativo.

O seu movimento comercial, que era importante, ficou reduzido a quase nada com o fechamento de muitas casas de negócio, sendo mingua do número das que existem atualmente. Domina ali o elemento sírio, e os estabelecimentos principais são de propriedade dos negociantes Nicolau Feliz, Gabriel Inde e Ibrahim Fadul.

O comércio mantém transações com os proprietários de seringais do alto rio e faz pequenas transações na localidade, vendendo gêneros aos habitantes e aos seringueiros que descem com saldos adquiridos durante a safra da borracha.

O povoado não possui edificação alguma, que se recomende. As suas casas ou taperas são de frágil construção assentando algumas áreas isoladas e outras, em renques mal alinhados, a formar ruas e vielas invadidas pelo matagal.



Aspecto da Cachoeira do Samuel.

Vi ali uma padaria, uma oficina de alfaiate, um talho de carne verde, uma oficina de obras mecânicas e a estação telegráfica, a cargo do sr. João Dourado, fundada pela benemérita Comissão Rondon. Entretanto, não encontrei nenhum estabelecimento de ensino, a despeito da existência de uma população de quinhentas e tantas almas, inclusive pobres crianças que não conhecem as letras do nosso alfabeto. A escola que existia era particular e regida por d. Maria Teixeira Alves, esposa do sr. Francisco Teixeira Alves, mas o estabelecimento teve de fechar ultimamente as suas portas com o falecimento dessa humanitária senhora, que também socorria a pobreza, nos momentos de calamidade pública.

Acresce que, ultimamente, não havia na Cachoeira do Samuel nenhum destacamento ou autoridade policial legalmente constituída, tendo o povo, à vista de semelhante falta, aclamado subdelegado o citado sr. Francisco Teixeira Alves. Esta autoridade de fato passou a exercer as suas funções com critério e dedicação, mantendo no serviço três civis, que armados de sabre e trajando à paisana, vinham fazendo, com regularidade o policiamento da localidade, dando ensejo a que o dr. Mario do Rego Monteiro, digno chefe de policia do Estado, baixasse um ato efetivando a sua nomeação.

É oportuno observar que o povoado não possui cadeia, sendo a reclusão dos presos feita em um próprio do coronel José Ignácio da Frota.

Outro fato digno de registro vem a ser que, na Cachoeira do Samuel, desapareceram a discórdia e a inimizade pessoal. Este milagre surgiu de uma idéia feliz do negociante Nicolau Feliz, que no dia quinze de novembro aos primeiros albores da manhã, promoveu ali uma passeata cívica, com uma pequena orquestra, visitando, com outras pessoas, todas as casas do povoado. A romaria foi atraindo proporcionalmente os habitantes, que tomados de um entusiasmo indescritível iam fazendo as pazes e confraternizando-se em um só elo.

Em varias casas comerciais os proprietários deram salvas a tiros

de rifle e fizeram servir bebidas e cigarro a grande massa popular, que de vez em quando, dava vivas à Republica e à boa harmonia dos habitantes.

Essas manifestações prolongaram-se ate a noite, sendo arrematadas por um animadíssimo baile realizado em casa do negociante Nicolau Tolentino da Costa. Aí consolidou-se o pacto da harmonia entre os moradores, que desde então esqueceram as velhas rivalidades e, agora, vivem na mais doce tranqüilidade.

Os habitantes da Cachoeira do Samuel alimentam-se da caça, da pesca e das pequenas plantações de cereais e legumes que cultivam nos fundos ou nas adjacências de suas barracas. O solo é magnífico para a cultura agrícola e possui belos campos de pastagem. Alguns moradores criam animais dos tipos bovino, suíno, caprino e cavalariço, destacando-se no povoado, a margem esquerda do rio, a pequena fazenda “Bela Vista”, de propriedade do coronel Moisés Marinho.

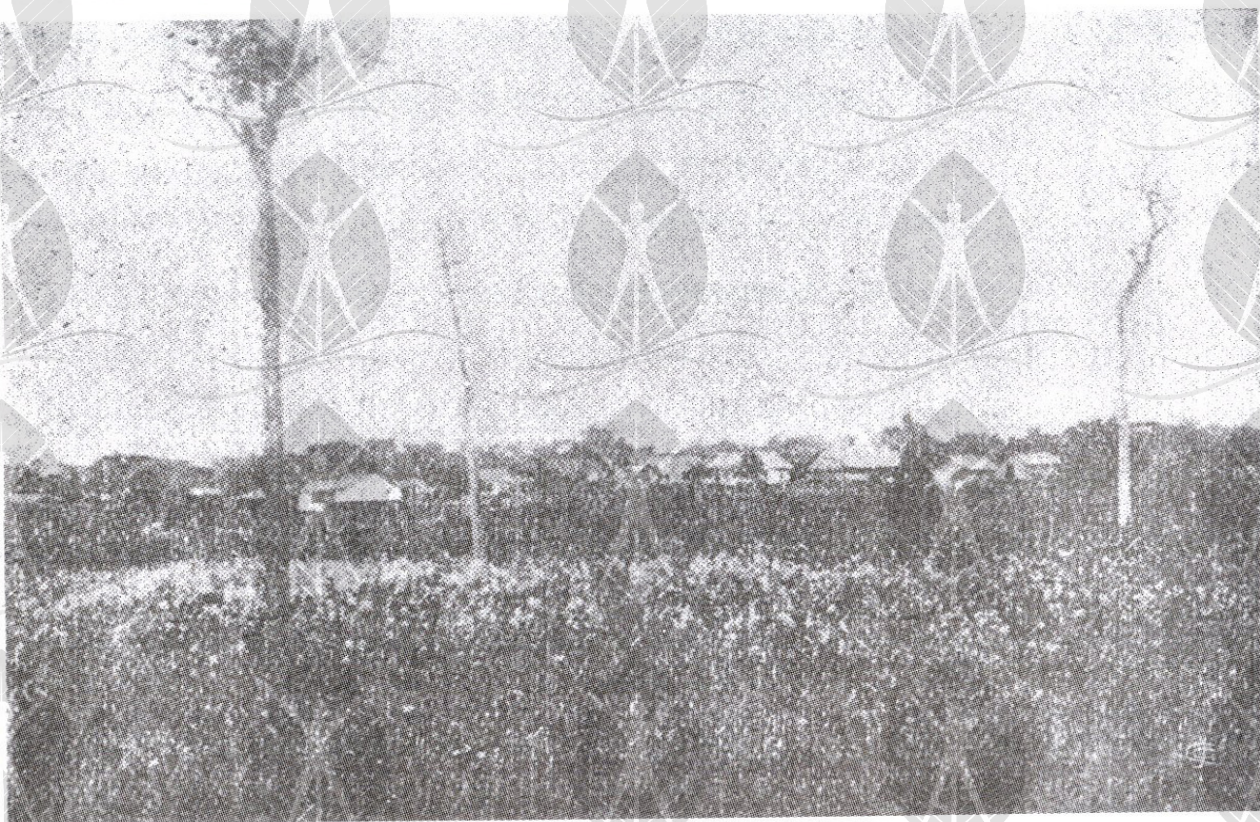
## VI

Quem transpõe a cachoeira Monte Cristo, no alto Jamari, não pode deixar de sentir uma sensação imensa, vendo mais acima os fundamentos de um povoado a evocar aqueles tempos em que o domínio colonial levantara na floresta o facho da civilização nascente.

Refiro-me de passagem, ao posto indígena “Rodolfo Miranda”, situado à margem esquerda do rio, numa saliente faixa de terra que domina aquele recanto solitário, espiando o lugar “Bom futuro”, da firma Arruda & Irmão, a margem oposta onde se acha instalada a estação telegráfica de Arikemes.

Fundado pelo general Candido Rondon e entregue aos desvelos do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas e Acre, o posto destaca-se ao

primeiro golpe de vista, por uma longa fila de casas, que se estendem, em alinhamento, pela margem do rio. Correm à frente, em paralelo dois renques de árvores frutíferas a simular uma bela avenida.



Vista parcial do posto indígena “Rodolpho Miranda”.

No centro daquelas habitações avultam três elegantes *chalets* de madeira, realçados com as cores azul e branca. O mais amplo serve de sede e é habitado pelo encarregado do posto e sua família, que tem a seu cargo a educação doméstica das índias solteiras e dos menores órfãos.

Fiquei deveras sensibilizado com o regimen adotado naquela casa, não sabendo o que mais admirar: se o testemunho do respeito e da moral, se o tratamento prodigalizado às índias e aos menores que andam vestidos decentemente e recebem ali o melhor alimento, além dos cuidados indispensáveis à manutenção de sua saúde. As índias passam o dia em trabalhos caseiros, ocupando-se às vezes, em debulhar feijão e outros cereais.



Grupo de índios de várias tribos localizados no posto “Rodolfo Miranda” .

As suas recreações são constituídas por um pequeno cinema, passeios campestres e reuniões íntimas na sede do posto, onde um gramofone deleita os ouvidos dos assistentes. Essas diversões e ocorrem quase sempre nos dias de feriado nacional ou por ocasião do casamento de alguma índia, sempre realizado na sede do posto com todas as formalidades legais.

Os outros *chalets* são ocupados pelos funcionários de categoria do posto, morando em oito barracas os índios casados e, num vasto barracão, os índios solteiro. Há ainda ali, além dos depósitos de mercadorias e de oito barracas onde residem, com suas famílias os colonos civilizados, um confortável prédio de madeira, com paredes de paxiúba, destinados ao funcionamento da escola indígena.

Este estabelecimento de educação primária, regido por um professor normalista, conta uma matricula de trinta e sete alunos das tribos Tupi, Urupá, Arikemes, Apurinã, Caxinauá, Pareci, Jarú, Pacanova, Baré, Arara,

Caripunas e Kepi-quiri-uats, funcionando regularmente, com uma frequência média de vinte e cinco alunos



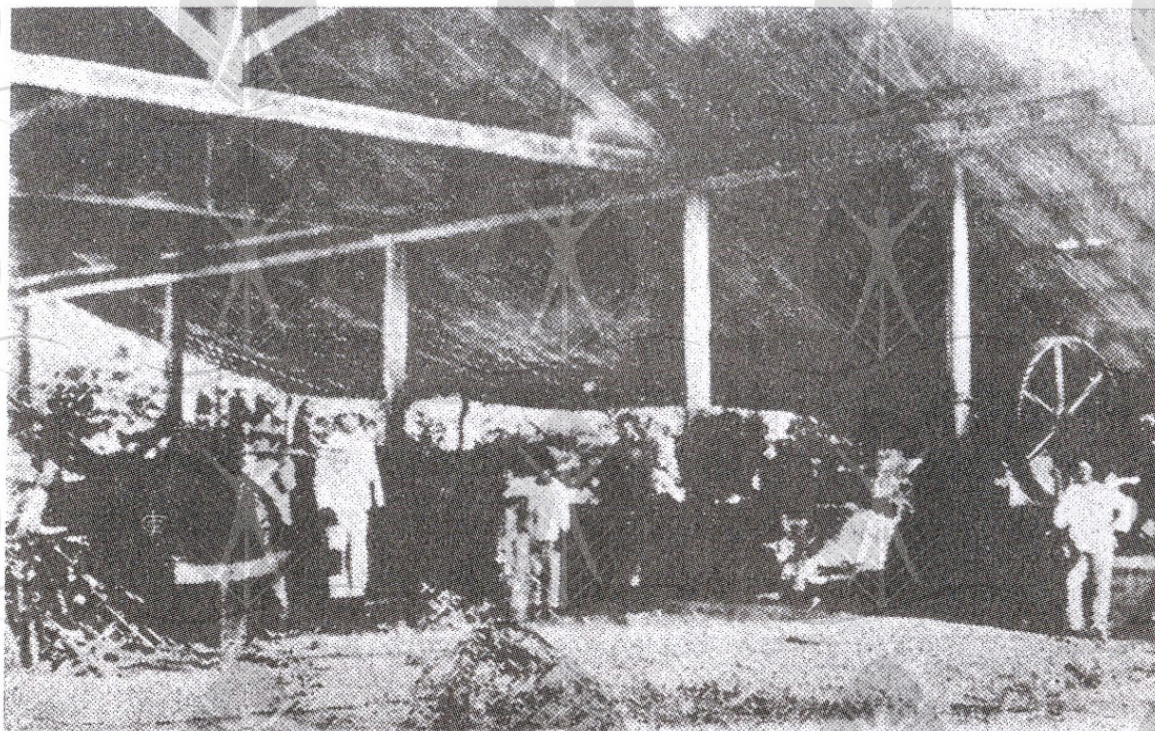
A sala aonde funcionam as aulas da Escola Indígena do posto Rodolpho Miranda.

Outro melhoramento importante do posto é o barracão destinado a fabricação de açúcar e farinha, sendo as máquinas acionadas por um possante locomóvel, a vapor também empregado no fornecimento de energia aos aparelhos que fazem o fornecimento de água canalizada àquele próprio. O líquido é tirado de um igarapé que corre nas adjacências do barracão.

Não posso, entretanto, referir-me a esses progressos do posto indígena, que muito nobilitam a capacidade administrativa do dr. Bento Lemos, inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, sem deixar de transparecer a minha admiração por um enorme roça que ali encontrei, à margem do rio, tendo de frente calculadamente um quilômetro. Esse campo agrícola, estendido ao lado esquerdo da faixa de terra em que repousam as habitações



abrange uma área magnífica em que há enormes plantações de milho, feijão, mandioca e cana, além de muitos pés de bananeira, jamaru, melancia, jerimum, e algumas covas de café. A colheita de feijão este ano, supriu a colônia com vantagem, calculando-se a safra de cereais, para o ano vindouro, do seguinte modo: 8:000 quilos de arroz, 20.000 de milho, 30.000 pés de cana, que darão dois mil quilos de açúcar e 80.000 pés de mandioca, que poderão suprir o núcleo com muitos alqueires de farinha.



O Engenho do posto indigena Rodolpho Miranda.

Devo assinalar que vi também na colônia algumas cabeças de gado e aves domésticas de vários tipos, notadamente galinhas e patos de raça.

A população do posto aumenta, dia a dia com a chegada de índios e civilizados tendo o encarregado recebido ordens para localizar mais dez famílias nacionais, que se encontrassem em estado de indigência. Estabeleceu-se assim um humanitário serviço de proteção aos flagelados, pois vi chegar ali, ultimamente diversos infelizes, que logo foram abrigados em barracas e cercados do melhor conforto, passando a trabalhar no desenvolvimento da cultura agrícola.

O primeiro administrador do posto foi o dr. Caio Spindola, vitimado por um desastre na cachoeira Monte-Cristo, quando descia num motogodile o rio Jamari. Os demais foram os srs. Ananias Frota e Conrado Alves de Lima, servindo atualmente de encarregado o sr. Joaquim Lucas da Silva.

## VII

Há no Jamary um pequeno afluente, conhecido por Massangana, que foi cenário de um caso misterioso, e por isso digno de um registro.

Era ali domiciliado com a esposa e quatro filhos, o maranhense Bernardo Ferreira das Neves, empregado do seringal “São Luiz”, de propriedade dos srs. Erasmo Castro e Francisco Florindo de Castro.

Em abril do ano passado sendo aquela propriedade vendida a um terceiro, Bernardo resolveu baixar com a família, em canoa, acompanhado o sr. Erasmo, que em batelão, se destinava a Cachoeira do Samuel.

Corria a viagem sem o menor incidente quando, a uma certa altura, distanciado da embarcação em que vinha a família de Bernardo, o sr. Erasmo notou que vários objetos de uso doméstico desciam ao sabor das águas barrentas do rio.

Impressionado com o caso, teve logo o pressentimento de que a canoa de seu empregado se havia alagado, mas, na impossibilidade de voltar, prosseguiu na sua rota até o lugar “Santa Rosa”, de propriedade de José Antônio Berlangue.

Ai pernitoiu e, no dia seguinte, resolveu mandar um empregado, em canoa ao encontro de Bernardo, seguindo, por sua vez, com outros, por um varadouro que margina aquela arteira fluvial, a fim de tornar mais profícua a diligência.

Em meio da viagem, aproximando-se de um igapó, que recorta o Massangana, Erasmo ouviu o rumor de uma voz abafada, que partia daque-

le recanto solitário. Chegou então, à borda do igapó, e aí deparou com um quadro impressionante: era a menor Francisca Ferreira das Neves, de quatro anos de idade, filha de Bernardo, que abraçada a um tronco de pau, quase submerso, conversava calmamente, como que a dialogar com alguma pessoa. A criança tinha as vestes maltrapilhas e os cabelos desgrenhados, mas não deixava transparecer no semblante o menor sinal de abatimento físico.

Vendo-a naquela dolorosa contingência, Erasmo indagou do que havia acontecido e Francisca, respondeu-lhe ingenuamente: - “A mamãe ficou lá no rio e eu estava falando aqui com um velho”.

O sr. Erasmo tomou nos braços a menor e vestiu-a com a sua camisa de meia, prosseguindo na rota à procura de Bernardo. Mais adiante, à margem do Massangana, embarcou em uma canoa, acompanhado da menor Francisca e dos seringueiros que o auxiliavam na diligência.

A embarcação fez-se ao largo, indo atracar mais acima, num trecho solitário do rio, onde encontraram Bernardo, sua mulher Izabel Maria das Neves e uma filha de nome Maria de Nazareth, de doze anos de idade. Esses infelizes achavam-se no barranco, em deplorável estado de miséria e de nudez.

O sr. Erasmo inquireu sobre o que havia acontecido, e, Bernardo ainda um pouco confuso e acabrunhado, contou que navegava nas proximidades do lugar “Santa Rosa”, quando ao dobrar uma curva, a canoa alagou e desapareceu na voragem das águas, não sabendo da sorte que tiveram os seus filhos José, Raymundo e Francisca, pois conseguira salvar apenas a esposa e uma filha de nome Maria de Nazareth.

A estas palavras, Erasmo observou: - “A Francisca está salva. Traço-a aqui na canoa”. Em seguida narrou o que se passara no igapó, sendo o relato interrompido por vezes, pela criancinha que murmurava alegremente: - “Papai, eu falei com um velhinho no igapó”.

Após varias cenas tocantes, que se deram nesse intervalo entre a

menor e os seus genitores, a canoa deixou o local, levando a bordo todos os náufragos.

Fizeram então demorada pesquisa pelos recôncavos do rio e, como não encontrassem os outros dois menores, vítimas da fatalidade, volveram à Cachoeira do Samuel, onde Bernardo passou a residir com a família, empregando-se em um sítio do coronel Henrique Castro.

Meses depois, visitando a família do coronel Moisés Marinho, que mora na fazenda “Bela Vista”, à margem da cachoeira, Bernardo e família se detiveram na sala do barracão central, a palestrar com algumas pessoas, relatando amargamente aquele triste episódio em que a morte ceifara os dois filhinhos.

Num dado momento, vendo numa das paredes da sala o retrato de São Francisco das Chagas, a menor Francisca virou-se pra sua genitora e, apontando para o quadro, com o dedo indicador, articulou ingenuamente: - “Olha mamãe lá está o velhinho que estava falando comigo no igapó”.

Houve, por isso um breve momento de estupefação, tendo Bernardo observado aos presentes, nesse ínterim, que a sua filha tinha ao pescoço uma pequena medalha de São Francisco, quando se salvara do sinistro do Massangana.

Compenetraram-se todos de que, no caso, houve um milagre. Francisca fora salva pelo santo e com a visão dele estivera em palestra no igapó.

O fato que acabo de narrar foi-me relatado pelo genitor da menor Francisca, que esteve comigo na Cachoeira do Samuel, acompanhado da infante.

Os habitantes desse povoado, impressionados com o caso, deram a uma das ruas o nome de São Francisco.

A menor Francisca é de cor morena, cabelos crespos, rosto oval, revelando no olhar uma vivacidade que encanta.

O dr. Aristóteles Granjeiro tirou-lhe o retrato naquele povoado.

Em virtude da sua tenra idade, Francisca não sabe explicar o modo por que conseguiu se safar do naufrágio e chegar ao misterioso igapó, que dista mais de uma hora de viagem do local do sinistro.





## Rio Negro



*As maravilhas naturais da região. – A vila de Moura e o seu estado de decadência. – O rio Jauaperi. – Reminiscências históricas.*





Foi com a mais viva ansiedade que, subindo a imensa esteira do Rio Negro, através de longos paranás, rendilhados de ilhas e ilhotas, deparei, à primeira vista, com o panorama da vila de Moura.

Mirando-a de longe e lobrigando os coqueirais altaneiros que se estendem pela margem, como pontos isolados, tive a idéia de alguma coisa atraente. Era possível que, nessa vila, primitiva aldeia dos carahiahis”, missionada pelos carmelitas, encontrasse vestígios de um desenvolvimento não muito remoto, em que se chegou a incrementar a indústria, fundando ali uma fabrica de tecidos.

Mas a minha ilusão foi efêmera. Saltando em Moura, à plena luz do dia, fiquei deveras contristando com o seu aspecto, vendo uma localidade que desaparece nas sombras da decadência.

Situada na margem direita do rio Negro, numa faixa dominante de terra que se alonga em forma curvilínea, o seu aspecto é monótono e triste como a miragem das águas que se esbatem na orla ribeirinha, contornada por enormes pedregulhos.

As habitações da vila são verdadeiros pardieiros de taipa que se esboroam com a ação do tempo. Das dezenove casas, que lá existem, destaca-se apenas a de residência da família do dr. Arthur Passo, juiz de direito da comarca. A casa, que serve de capela, nada mais é que um recinto quadrilaterado de paredes velhas, cuja porta principal, na falta de fechadura, é protegida por um espeque. No interior desse templo improvisaram um altar, colocando no cimo, além de outras imagens, a da padroeira Santa Rita de Cássia, que embora sem arte, representa uma relíquia do passado. Em frente à capela ao ar livre, vi um pesado lenho com as extremidades re-



pousadas em duas bases de tijolos. Desse madeiro pende o sino do templo, a pequena altura do solo, isto é, ao alcance de qualquer pessoa.

Foi dolorosa a impressão que recebi na minha revista às construções de Moura, sabendo que essa vila, em outros tempos, possuía uma linda igreja e outros edifícios recomendáveis, como o chamado “Sobradinho”, erguido à margem do rio, do qual existem hoje apenas os destroços. Mostrando-me as ruínas desse próprio, o major Euclides Nazareth relatou que, em 1861m, ele servira de abrigo ao saudoso poeta Gonçalves Dias, quando na sua viagem de inspeção aos estabelecimentos de ensino do alto rio Negro, a bordo do vaso de guerra “Pirajá”, ali se detivera por alguns dias.

Das ruínas de outros edifícios tradicionais nada mais pude ver, porque foram recatadas pelo denso matagal, que prolifera na vila. Todavia, saciei em parte a minha curiosidade, apreciando, na margem do rio, os blocos de granito róseo e roxo que ali jazem no esquecimento dos séculos, alguns lavrados de símbolos pré-históricos, que denotam a passagem de uma civilização distante.

Que direi, agora, da condição dos poucos habitantes de Moura? É um assunto que me consterna a alma, porque vi ali um povo cativante no seu acolhimento e resignado na sua sorte, a sofrer de braços cruzados as inclemências da miséria e de outros males que o afligem notadamente o paludismo.

Não há mercado na vila, não se encontra uma única farmácia, não existe nenhum estabelecimento comercial. Os próprios negociantes, que fazem o comércio ambulante, raramente aparecem ali com os seus batelões e, quando isto acontece, a demora é de pouco tempo, porque os fregueses, na sua quase totalidade, não dispõem de recursos para adquirir mercadorias. Outros, menos infelizes compram gêneros a crédito, em Manaus, recebendo-os pelos navios da “Amazon River”. Mas acontece que esses vapores fazem apenas uma viagem mensal, até Moura, de modo que, quando ali aportam, não mais existe na casa do consumidor a mínima provisão de boca.

É uma lástima dizer-se que há dias em que os habitantes pobres se alimentam apenas de mingaus de farinha ou de laranja sendo esta a única fruta que lá se encontra em abundância.

Disseram-me que é praxe dos moradores zelar pelas laranjeiras que se estendem nas ruas e nos quintais das casas, porque esta árvore, com o seu aroma, neutraliza as intempéries do clima.

Não sei todavia, por que os habitantes descuram da agricultura, sabendo que o solo é produtivo. Com exceção do major Nazareth, uma ou outra pessoa possui um sitio com plantações de cereais. É claro que me refiro apenas aos moradores da vila, porque, em outros pontos do município, notadamente à margem dos lagos e paranás, notei a existência de muitas roças.

O que mais me admira é haver tanta miséria em Moura ficando a vila a pequena distância da foz do Rio Branco e quase defronte da boca do rio Jauaperi – a artéria mais piscosa do município, em cujas margens também abundam caças variadas.

É uma lástima! E as autoridades da vila são as que mais sofrem os efeitos desse mal, porque se adquirem a muito custo as suas provisões em Manaus, se vêem forçadas, pelos sentimentos de piedade, a mitigar a fome dos mais necessitados.

O atual superintendente do município, major João Tobias Barbosa de Amorim, logo que assumiu o exercício de seu cargo, mandou reparar o esquisito prédio da Intendência Municipal e bater uma parte do matagal da vila, restabelecendo também alguns focos da antiga iluminação, a querosene que desaparecera com a crise dos cofres municipais. Houve festas e ele congregou naquele prédio, durante alguns dias, muitos habitantes da vila e das adjacências, incitando-os com ardor a cuidar da sorte do município, no restabelecimento da suas fontes de riqueza. Mas a idéia, embora acolhida com aplausos, depressa foi olvidada, e os municípios continuaram no mesmo estado de inércia.

tou-me alguns episódios dessa terra tradicional, observando que, havia longos anos, quando em visita à vila, um sacerdote ficara consternado com as necessidades da vida local, deixando escapar dos lábios esta frase: - “Bela Moura” Bela Moura” mas eu aqui não fico...”

E o major Nazareth apostrofou: - “Mas eu ficarei, na convicção de que nem tudo está perdido”.

Moura foi elevada à categoria de vila em 1758, no governo de Mendonça Furtado, perdendo esse predicamento em 1833, quando recebeu o nome de Itarendaua. Mas, depois, recobrou os seus direitos, conservando o nome por que é hoje conhecida.

Antes da primeira elevação à categoria de vila, recebera o nome de Pedreira, sendo visitada, nesse tempo, pelo sábio Agassis e sua esposa.

Causa-me tristeza o estado de decadência desse município, contando ele uma vasta e ubérrima região onde abundam preciosos vegetais e o solo se adapta ao cultivo de arroz, café, algodão, tabaco e outros produtos tropicais.

## II

Um dos mais importantes tributários do rio Negro é o rio Jauaperi em cujas margens vislumbra a opulência de árvores preciosas, sobretudo a castanheira e a copaibeira.

Em pleno verão é que se pode apreciar a poesia dos seus aspectos naturais, porque as águas baixam e deixam a descoberto as belas praias onde as tartarugas fazem a sua desovação e as aves esvoaçam, em nuvens multicores, celebrando as pompas ideais da natureza que desperta.

Na estação invernososa recebendo os mananciais de seus afluentes, inclusive o Alalaú e o Amanauú o rio desce com grande velocidade através

de soutos verdejantes banhando as extensas ilhas que atavam o seu dorso e invadindo as margens nos pontos em declive.

O Jauaperi alimenta uma infinidade de lagos piscosos e é também abundante de tartarugas e de peixes, avultando, nesse conjunto, o pirarucu, o tambaqui e o peixe-boi.

Desde épocas remotas esse rio é habitado pelos “uaimiris”, “atroahis”, e outros índios de tribos desconhecidas que nunca tiveram relações comerciais com gente civilizada e sempre viveram à custa dos seus esforços, nesse empreendimento da vida isolada em que a luta do homem contra as inclemências da sorte se nos afigura a mais sublime expressão da vontade humana.

No entanto esses índios só aparecem na história depois que o elemento civilizado invadindo a sua terra e tentando submetê-los a escravidão, contra eles sustentou lutas fratricidas, em que os morticínios e as depredações assumiram um aspecto de verdadeira calamidade.

É claro que, devido à inferioridade de armas, os perseguidos sempre sofreram desproporções de baixas em tais pelejas, mas nunca tiveram o seu heroísmo abatido ao mais forte arremesso das hostes sanguinárias.

A primeira expedição de que se tem notícia, foi chefiada por Manoel Pereira de Vasconcellos, que em 1856 invadindo aquele rio, à cata de escravos infligiu uma sangrenta batida aos heróicos aborígenes, que ciosos da sua dignidade souberam repelir com intrepidez a afronta sofrida.

Depois dessa expedição seguiram-se outras não menos inclementes provocando o desespero e acirrando o ódio no espírito dos perseguidos. Disso resultou mais uma prova de altivez dos nossos silvícolas, que em 1873, à guisa de represália, atacaram a vila de Moura, ocupando-a sem o menor entrave.

Nesse feito, os índios revelaram, mais uma vez, a nobreza do seu caráter poupando a vida dos habitantes que, desarmados, buscavam refúgio numa ilha que fica a pequena distância da vila.

Contra o honroso desagravo, insurgiu-se, porém, o governo provincial, mandando à vila o coronel Rego Barros Falcão que, munido de tropa e de pesada artilharia, não hesitou em levar a morte e a desolação ao seio daquela pobre gente.



Índia Maimiry.

O morticínio foi horroroso e, depois dele, seguiu-se a sinistra missão do tenente Horta, que em lanchas especiais, acompanhado da sua soldadesca, passou todo o ano de 1874 a trucidar os índios no Jauaperi.

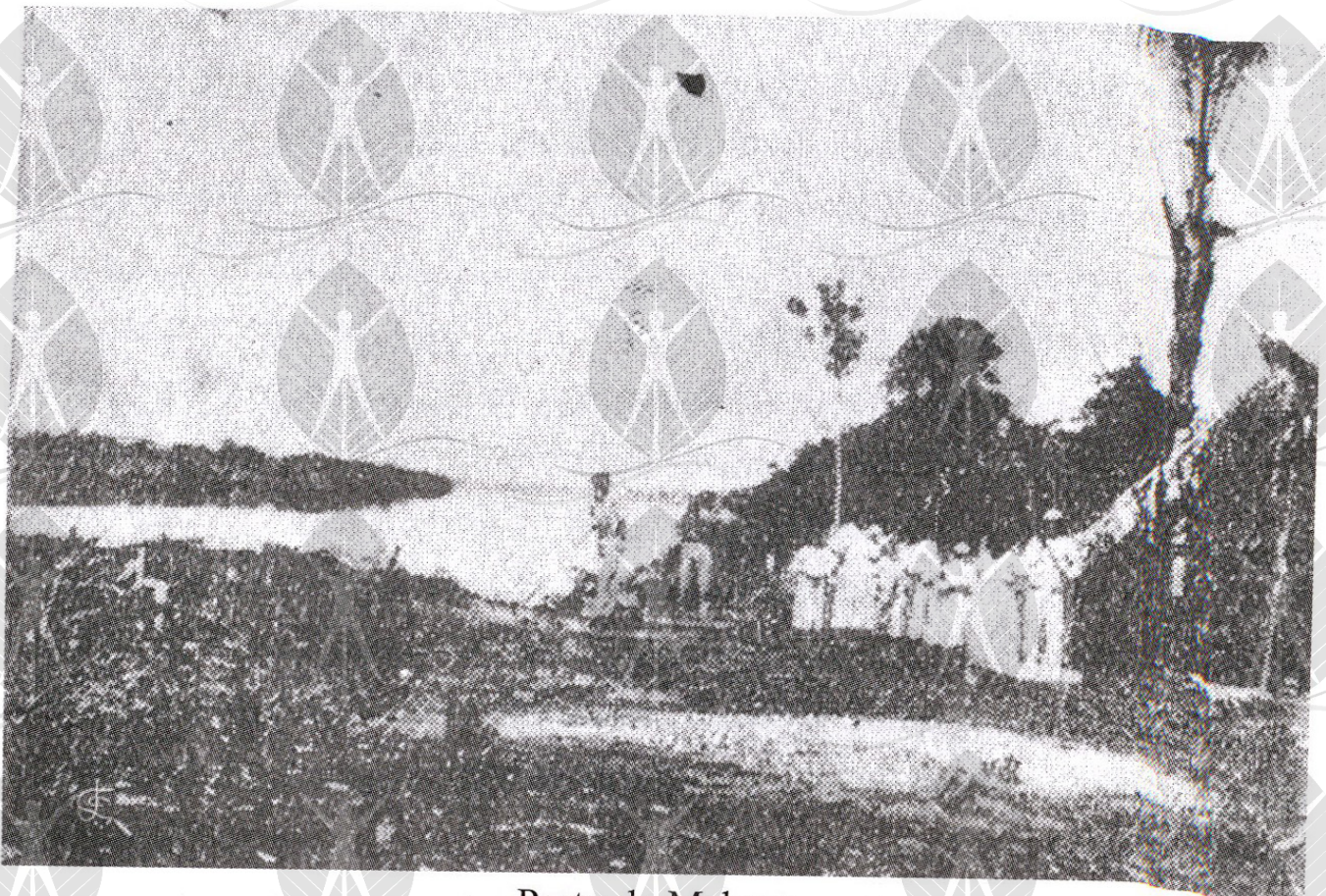
A situação dos nossos aborígenes reclamava então um gesto de piedade que pusesse trégua a semelhantes horrores. E foi por isso que, em

1884, se fez sentir ali a ação benemérita do naturalista Barbosa Rodrigues, pacificando com cordura os perseguidos e amparando-os na medida das suas forças.

Esta obra humanitária foi depois desprezada pelos poderes públicos, continuando os índios a sofrer o acicate dos seus algozes, que sempre receosos da desafronta não quiseram localizar-se naquela região.

O último episódio sangrento registrou-se em 1906. foi nesse ano que, por ordem do governo, uma força da policia invadiu o Jauaperi, sob o comando do capitão Catingueira, aprisionando dezoito índios e chacinando friamente 283, inclusive mulheres e crianças.

A notícia abalou profundamente a nossa capital e não houve um jornal independente que não profligasse, com desassombro, a representação desse drama hediondo.



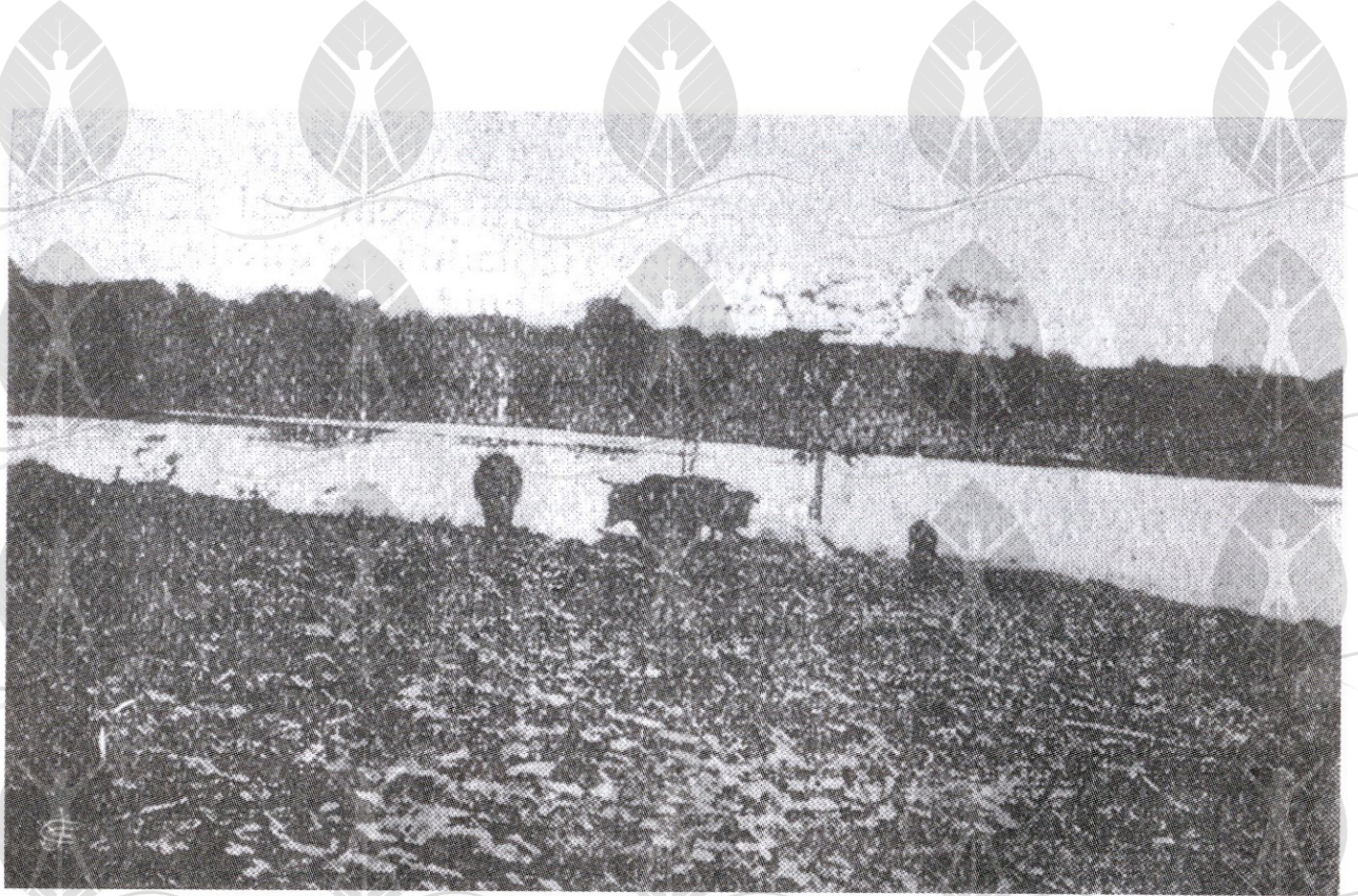
Porto de Mahaua.

Depois, seguiu-se a “via-sacra” dos sobreviventes. Os prisioneiros vieram para Manaus, sujeitos às mais duras provações e acabrunhados a dolorosa recordação do sacrifícios dos seus entes que, vitimados pelas balas ou pelas baionetas da polícia, jaziam inertes no solo e apodreciam nas matas, no mais deplorável abandono.

Muita gente os viu nesta capital experimentando o fel amargo da tortura. Ao desmaiar do sol, deixando o quartel da polícia, que lhes servia de asilo, alguns desse infelizes chegavam até a praça dos Remédios e, estacados à beira do rio, aí se detinham na sofreguidão de um silêncio indeciso, ora mirando o espelho das águas onde boiava a saudade das suas igarités, ora divagando o olhar na curva do horizonte a espreitar os tons violáceos ou a policromia dos revérberos solares que improvisavam miragens soberbas a lenta agonia do sol-pôr. Nessa expectativa, a nostalgia da solidão vibrava-lhes na alma, e era com tristeza que evocavam as impressões da maloca onde armaram as suas redes e sentiram as caricias de seus filhos, vendo-os tantas vezes, a brincar ao clarão das fogueiras.

Outros, mais infelizes, eram submetidos ao isolamento da caserna, transformados em praças de pré e sujeitos à mais rigorosa disciplina, como se ao índio habituado à vida rústica fosse dada essa faculdade brusca de adaptar-se aos costumes da civilização.

Nessa contingência dolorosa sucumbiram todos os silvícolas e foi comovido que um conceituado clinico desta cidade assistiu a morte de um deles na Santa Casa de Misericórdia. É que na agonia extrema, sentindo ainda o calor da recordação o moribundo erguera a cabeça e cantara uma canção na língua dos seus ancestrais, mas uma canção que parecia denotar a lembrança de um sol de estio ou a saudade da vida na floresta. Depois reclinou a fronte sobre o leito e expirou tão calmo e sereno como as ultimas notas de um final de ária. É que naquele peito moribundo havia o gorjeio de uma ave despojada do ninho onde floresceram os seus amores.



Campo de pastagem no posto indígena de Tauacuera.

Após a tragédia inominável de 1906 os índios do Jauaperi tiveram os seus momentos de tréguas e voltaram a esse sossego que lhes é peculiar toda vez que, nos seus domínios, sentem-se imunes das perseguições dos civilizados.

Foi visando à manutenção dessa paz que, em 1911, o ilustre escritor major Alípio Bandeira, então inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, percorreu diversos pontos do Jauaperi, através da floresta, conseguindo pacificar de novo os índios e entrar em relações com eles.

Os benéficos efeitos dessa missão deram em resultado a criação de um posto de proteção no lugar Tauacuera, sendo aí localizados os aborígenes e iniciado o serviço de cultura agrícola e construção de varias barracas.

Mas aconteceu que, com a fundação desse posto, os aventureiros se convenceram de que não havia mais o perigo de morar naquele rio, e



trataram então, de se estabelecer nas proximidades de Tauacuera, dando lugar a que os índios se deslocassem novamente para o centro, dificultando assim a ação da inspetoria.

Foi por este motivo que o atual inspetor de índios resolveu mudar a sede do posto para o lugar Mahaua, que se encontra em melhor posição, deixando as benfeitorias de Tauacuera sob a vigilância de pessoa idônea.

Com esta medida estou certo, o inspetor não pensa em resolver e sim atenuar o problema de atração dos índios, visto como a solução só seria convertida em realidade se os invasores deixassem os silvícolas isolados naquele rio, por alguns anos, entregues apenas aos cuidados do Serviço de Proteção aos Índios.

Parece-me que, com esta providência, desapareceriam as prevenções justificáveis dos nossos silvícolas e, dentro de pouco tempo, o rio Jauaperi estaria aberto a exploração industrial, podendo então ser habitado, sem receio, pelo elemento civilizado.





## Rio Solimões



*Aspectos naturais da região. – A vida dos habitantes ribeirinhos. –  
As alagações anuais. – O reboque de canoas entre Manaus e  
Manacapuru. – A vila de Manacapuru. – A vila de Coari.*





**S**e a opulência do Amazonas se revela na enormidade dos seus rios caudalosos, o Solimões é, sem dúvida, um dos mais importantes contribuintes dessa grandeza fluvial.

No seu curso longo e fatigante, recebendo o líquido de uma infinidade de afluentes, esse rio largo e de águas barrentas corre através de magníficas terras que deixam ressumbrar o viço da sua luxuriante vegetação.

É pouco abaixo do Xiborena, a pequena distância do porto de Manaus, que o Solimões, descendo em vertiginosa carreira, se precipita no vasto lençol do rio Negro, dando-se assim o contato entre essas artérias fluviais, que mais parecem dois abismos na tortura de um recontro misterioso e sublime.

Acima do Xiborena, subindo o caudaloso rio, a gente começa a apreciar os aspectos mais belos da região, vendo através de uma vegetação alegre, e pouco fechada, os mais formosos espécimes de árvores gigantes-cas.

As margens do Solimões são polvilhadas de pequenas propriedades, quase todas pertencentes a pobres moradores que, no verão, se entregam aos misteres da cultura agrícola, também vivendo da caça e da pesca.

Os moradores da zona que se estende de Manacapuru a Manaus, costumam trazer os seus produtos para o nosso mercado, transportando-os em canoas acionadas a remo. Mas esta praxe é adotada apenas na descida, em virtude do auxílio da correnteza do rio, sucedendo que, de subida as canoas são rebocadas pelas lanchas “Maria” e “Oceania”, que fazem a linha regular entre esta capital e aquela vila, parando em todos os portos de escala.

As pequenas embarcações são dispostas em filas, a que os

A sua principal artéria é a rua Eduardo Ribeiro, que perlonga o barranco fronteiro, ataviada por dois renques paralelos de árvores frondosas. É nessa via que se nota o movimento da vida local, estendendo-se em filas espaçadas, além de algumas casas de família, a grande “Serraria Ventura” dos irmãos Zacharias e Fausto Ventura da Conceição; o mercado municipal, o edifício em que funcionam as escolas públicas, o prédio da agência postal, a cargo de D. Suzana Cavalcante; e os estabelecimentos comerciais “Restauração”, de Ventura e Irmão; “Casa Faria”, de Raymundo José de Faria e outro sem denominação, de David Essucy.

A “Serraria Ventura” é um estabelecimento industrial de grande importância, provido de poços artificiais e máquinas modernas acionadas a vapor. A atividade ali se expande em vários ramos da indústria, notadamente no preparo de pequenas embarcações, tábuas, esteios, balaústres e outras peças de utilidade no serviço de construção.

Do interior do edifício até a beira do rio se estendem duas linhas de trilhos Decauville, destinadas ao transporte, por meio de pequenos “wagons”, dos materiais que a firma recebe ou entrega no porto.

Visando sempre o desenvolvimento da indústria naquela localidade, os irmãos Ventura montaram ainda, nos fundos da serraria, uma pequena usina dotada de todos os aparelhos e acessórios, iniciando assim, em regular escala, a fabricação de açúcar, rapadura, mel e cachaça.

O mercado municipal foi construído pela firma Ventura e Irmão, na administração do Sr. Inácio de Rezende, ex-superintendente do município. É um edifício de bonito aspecto, na sua bem combinada estrutura sendo as paredes de tijolo e rebocadas de cimento. O interior é provido de bancas especiais, com pedra mármore, destinadas à venda de carne e peixes, notando-se ainda uma seção distinta, reservada à venda de frutas e outra ocupada pelo administrador do logradouro público. A parte externa do mercado, no flanco direito, conta um pequeno pavilhão para o serviço de quebra e esquartejamento de tartarugas.

catraieiros chamam “rabo de arraia” dando-se às vezes o caso de algumas se alagarem em viagem, compelidas pelo baloiço das águas. Todavia, esse acidente nunca traz conseqüências lamentáveis, dada a precisão com que as lanchas páram, nos momentos de necessidade, com o fim de se remover o perigo desalagando a canoa.

As viagens dessas lanchas são quase sempre rápidas, gastando quatorze horas de subida e seis horas de descida, não havendo por isso, refeição a bordo para os passageiros que se contentam em tomar, de vez em quando, uma xícara de café.

No rigorismo do inverno os habitantes das margens do Solimões sofrem as inclemências da cheia do rio, que alaga as suas barracas e invade as suas roças, produzindo estragos consideráveis. É nesse período que alguns moradores batem a linda plumagem, buscando refúgio nos centros, enquanto outros se conservam na zona alagada, dormindo em jiraus que são elevados à medida que as águas crescem.

Em virtude dessas freqüentes enxurradas os moradores ribeirinhos ainda não conseguiram incrementar a pecuária naquela zona, aliás dotada de excelentes pastagens, sendo fora de duvida que numa ou noutra propriedade, encontram-se algumas cabeças de gado vacuum ou lanígero.

O Solimões é um rio piscoso e talvez um dos mais profundos, sendo acosado por temporais quase freqüentes, que tornam revoltas as suas águas, pondo às vezes, em perigo as embarcações que descortinam o seu majestoso estuário.

## II

A vila mais pitoresca do Solimões é a formosa Manacapuru, reclinada à margem esquerda desse rio numa posição pouca dominante, que defronta com a famosa ilha do Marrecão.

Magistrado íntegro e solícito no cumprimento dos seus deveres, o Dr. Antero tem sabido zelar, com incomparável dedicação, pela boa marcha dos serviços forenses, promovendo e julgando com presteza os processos que se enquadram na sua alçada. Nas horas vagas, é o juiz que sabe aproveitar o tempo em trabalhos rústicos, tendo-se em conta que foi ele próprio quem plantou a maior parte das árvores que atualmente embelezam as ruas e praças da vila.

A delegacia de Manacapuru tem como delegado o tenente coronel Amâncio Clementino Fernandes, outra autoridade que teve a feliz idéia de mandar bater o matagal e capinar as ruas da vila, sem onerar os cofres municipais, porque, nesse serviço, foram empregados apenas os presos correcionais.

As artérias públicas da vila são as ruas Eduardo Ribeiro, Jorge de Moraes, Cinco de Setembro, Monteiro de Souza, São Sebastião e Benedito Caggy; a avenida Antonio Bittencourt e a praça Dezesesseis de Junho.

No fim da rua Jorge de Moraes, arborizada por um renque de “ficus-benjamin”, que corre ao centro, existe uma área capinada, onde avultam: de um lado, o cemitério público; do outro, um “graud” destinado aos jogos de “foot-ball”.

Na minha visita a esse campo santo, protegido na frente por uma pequena amurada, com balaústre de madeira, pude notar os jazigos de Desidério Ribeiro e Francisco M. de Albuquerque Lima e as sepulturas, com lápide, de José de Moura Rolim, Francisca Belmira de Sousa, Guilhermina Monteiro do Carmo, Marcos Jonas Shocron, Luna Benarosh, Gimol Botbol, Isaac Farache, Álvaro César de Barredo, Rosa A. Ferreira, Francisco Gomes de Menezes, José Policarpo de Souza, Otávio Alves Sevalho e dos meninos Zamith, Raimunda e Marieta, filhos do coronel Antônio Rodrigues Madeira. As demais sepulturas acham-se abandonadas, não se podendo, em muitas, distinguir as respectivas inscrições.



O edifício mais notável da vila é a igreja de Nossa Senhora de Nazareth, situada em plano saliente, no fim da avenida Antonio Bittencourt, que se alonga até a beira do rio.

Elegante no seu aspecto e sólido na sua construção esse templo é caiado, externamente, de róseo e branco, apresentando no frontispício uma formosa torre, que se eleva ao centro, tendo no alto três sinos.

Foi agradável a impressão que recebi no interior da igreja, notadamente no coro, que é todo de madeira de lei e sustentado por lindas colunas que, simulando mármore, assentam na base do edifício. O altar-mor, localizado em ampla base, ladrilhada a mosaico, deixa transparecer, na singeleza da sua decoração uma formosa imagem de Nossa Senhora de Nazareth, trabalhada com apurado gosto. Por trás desse altar encontra-se uma pequena sacristia e, nas paredes laterais do templo, os altares de São Sebastião e São José.

Os últimos melhoramentos da igreja foram feitos pela firma Ventura e Irmão em virtude de contrato firmado pela comissão promotora, organizada por Dr. Irineu Joffily e composta dos srs. coronel Antonio Rodrigues Madeira, presidente; José Arthur Pinto Ribeiro, Antonio José da Costa Lima, Raymundo Faria e Fausto Ventura da Conceição, membros.

Encontrei em Manacapuru duas escolas públicas, sendo uma do sexo masculino, regida pela normalista D. Josefa Delmira de Souza e outra do sexo feminino, regida pela senhorita Dedita Ribeiro Madeira; uma coletoria federal, a cargo do Sr. Diómedes Ferreira de Vasconcellos, sendo escrivão o Sr. José Cunha e Silva; outra coletoria estadual, a cargo do Sr. Cesário José de Araújo, sendo escrivão o Sr. Demócrito Pinto Ribeiro, e um cartório estadual, confiado ao escrivão e tabelião Dr. Antônio Barroso.

Na praça Dezesseis de Junho avulta o prédio em que funcionam, conjuntamente, a Intendência municipal e as autoridades judiciárias, isto é, o juiz de direito da comarca, Dr. Antero Rezende e o promotor público, Dr. Manoel da Rocha Barros.

O artista Videira havia chegado àquela vila sem recursos e quase maltrapilho, passando as mais duras provações com a sua mulher e dois filhinhos, que também se achavam em triste estado de indigência.

Foi, pois, nessa dolorosa contingência que a população da vila o recebeu, promovendo em seu benefício alguns espetáculos, nos quais, trajado de “clown”, na falta de outro vestuário, ele exibiu-se com os seus números de variedade, inclusive trabalhos de prestidigitação.

O resultado desses espetáculos foi quase nulo, de modo que, sujeito à fome e à nudez, o infeliz artista não teve outro remédio senão deixar aquela vila com destino a Manaus, embarcando em uma canoa, acompanhado da família, porque não dispunha de recursos para tomar passagem em qualquer embarcação a vapor.

Vi-o em Manacapuru quase debulhado em lágrimas contando que, na aurora da juventude fora aluno do antigo Seminário Episcopal, dirigido por monsenhor Luiz Gonzaga de Oliveira, mas sucedeu que, com a morte de seu pai e protetor, vira-se forçado a abandonar os estudos, perdendo assim o calor da sua aspiração.

Havia quatro anos, Videira organizou uma “troupe” com o artista Delfim de Souza Coelho e fez uma boa temporada em Iquitos, ganhado cerca de dezoito contos de réis. Mas aconteceu que, sempre caipora nos seus desígnios, depressa gastou parte dessa importância e, baixando para Manaus, quase perde a própria vida, por isso que o batelão em que viajava afundou-se em pouco acima de Fonte-Boa. Nesse naufrágio, perdeu o resto das economias, bem como os vestuários e materiais da troupe, safando-se com a família, apenas com a roupa que vestia na ocasião.

Fiquei deveras contristado com a odisséia desse pobre artista e confesso que a ouvi de seus próprios lábios através de lágrimas e soluços que deixavam patente a tortura daquela alma disciplinada na escola do sofrimento.

Na rua Cinco de Setembro encontrei um vistoso prédio de alvenaria, onde funcionou uma loja maçônica, achando-se agora incorporado ao patrimônio do Grande Oriente. É aí que os habitantes da vila costumam realizar sessões solenes, bailes, espetáculos e outras diversões sociais e populares.

É lisonjeiro o estado sanitário de Manacapuru, registrando-se ali um ou outro caso fatal de febre palustre, talvez causado pela vazante das águas do lago do Miriti, que embeleza um dos pontos mais pitorescos da localidade.

Vi, no aspecto fisionômico dos habitantes da vila, o testemunho de um povo que goza de relativa saúde e vive satisfeito com as condições da vida local.

Os gêneros de primeira necessidade são vendidos ali por preços mais ou menos razoáveis, comprando-se o quilo de carne a 1\$300, uma enfiada de peixes a 2\$000; um quarto de tartaruga a 2\$000 ou 2\$500; o quilo de feijão a 1\$200; o quilo de arroz a \$800 e o litro de farinha a \$200.

Os moradores da vila vão cedo ao mercado, de modo que, as seis horas, há não se encontra ali um único gênero de consumo.

É-me oportuno observar que as senhorinhas da localidade sabem aproveitar o tempo precioso, fazendo da fibra do timbó-açu belos chapéus, centros de mesa, fruteiras, porta-jóias e outros objetos tecidos com arte e esmero. Em casa do major José Arthur Pinto Ribeiro e do coronel José Rodrigues Madeira, superintendente municipal, vi curiosos trabalhos que, em qualquer exposição pública, mereceriam o apreço dos que sabem avaliar a engenhosidade da indústria nacional.

Não posso encerrar as minhas impressões sem o registro de uma nota triste. Aconteceu que, na minha recente estada em Manacapuru, encontrei-me com o artista Manoel Videira Braga, filho do saudoso português José Videira Braga, que nos tempos áureos, muito contribuiu para o progresso de Manaus, fazendo construções de vulto que ainda dão testemunho da sua passagem pela nossa capital.

tagal, prolifera, continuamente, transformando-a em campo de pastagem dos animais que vivem a solta.

O comercio local compõe-se do elemento sírio, contando-se as casas “Nova Síria”, de Moraes e Addad; “Novo Mundo”, de Miguel e Irmão e as mercearias de David Antonio, Miguel Jorge, Antonio Litaiff, Camilo José e Abraham Azulay. Os preços dos gêneros de primeira necessidade são os seguintes: ¼ de tartaruga, 1\$500; 1 quilo de pirarucu fresco, 1\$000; uma cambada de peixe, de \$500; a 1\$000; 1 quilo de farinha, \$500; 1 quilo de feijão, \$600; u’a mão de milho, \$700; ovos, a \$100. os artigos de moda são vendidos por preços razoáveis.

Possui a vila uma delegacia de polícia, de que é delegado o tenente Pedro Ferreira de Souza; uma agência postal, bem organizada e dirigida pelo coronel Francisco Carvalho e uma coletoria estadual, a cargo do Sr. João Batista de Carvalho, notando-se nesta completa falta de selos e de papel selado.

A instrução local tem tomado algum incremento com o funcionamento de uma escola particular, mantida e regida pelo professor Benedito Edelberto de Góes; da escola mista estadual, dirigida pela normalista Cesarina Ponce de Leão e da escola mista municipal, regida pela professora dona Maria Guimarães Pinheiro. As aulas do professor Edelberto funcionam com doze alunos, e mais ele não recebe, porque a sala da casa em que mora não comporta maior numero.

O chefe político da localidade é o coronel Lucas Pinheiro, que, a contento da população, exerce as funções de superintendente municipal e acompanha a política dominante, sendo a oposição chefiada pelo major Deolindo Dantas. Outros políticos situacionistas, divergentes, seguem a orientação política do Dr. Virgílio de Barros, que prestou relevantes serviços à localidade, tendo até mantido, quando superintendente, um bom serviço de iluminação pública, que hoje não existe.

### III

A impressão de uma visita a Coari em nada sugestiona o espírito do observador.

Situada em terreno pouco elevado, na margem direita do Solimões, a vila é cortada, na frente, por um pequeno braço fluvial, que, avançado alguns metros, tenta dividi-la em dois bairros.

Torna-se desolador o aspecto geral da localidade, vendo-se as ruas invadidas pelo matagal viçoso e o solo crivado de enormes poças, onde as enxurradas se chocam, por falta de escoadouros.

O terreno da vila é acidentado, e as edificações, na sua maioria, nada mais são que velhos casebres de taipa a evidenciar a miséria e o abandono.

O pouco número de habitações recomendáveis, algumas assoalhadas e outras com o chão cimentado, demora nas ruas Silvério Nery, Quinze de Novembro e Independência e na praça coronel Gaudêncio. Mas, os edifícios notáveis, são o da intendência municipal, reformado ultimamente, e a igreja de São Sebastião, no centro da praça do mesmo nome. Esse templo, de estilo pouco elegante, foi construído a tijolo e cimento e oferece magnífica impressão nas suas dependências internas, sendo o ladrilho todo de mosaico. Do recinto principal parte uma bela escada de caracol, pondo-o em comunicação com o coro e, daí, por meio de outra escada, com a única torre existente no frontispício da nave.

As obras do templo ainda não foram concluídas, achando-se a frente desse empreendimento uma comissão zeladora chefiada pelo coronel Francisco José Pereira de Carvalho.

Trabalhando pela conservação da igreja, o sacristão tem o cuidado de fazer repicar o sino todas as manhãs de domingo ou dias feriados, chamando os romeiros ao serviço de capinação e asseio da praça, onde o ma-

As únicas embarcações que trafegam normalmente, no município, são as lanchas “Fausto”, do coronel Lucas Pinheiro; “Alvorada”, do major Deolindo Dantas; “Carlos Alberto”, de José Joaquim de Souza e “Macambira”, de Pedro Nolasco de Melo. Percorrem continuamente os lugares ribeirinhos, onde os seus proprietários fazem o comercio de regatão, comprando castanha, pirarucu, tartarugas e frutas em troca de outros gêneros.

As principais produções do município são a castanha e a borracha, as quais têm minorado, de algum modo, a sorte dos seus habitantes.

Numa viagem que fiz da vila ao lago Cajuirí, onde existe a antiga aldeia dos índios “Miranhas”, pude contar as seguintes propriedades ribeirinhas: “Travessia do Coari”, de Emílio Nunes; “Esperança”, de Samuel Gonçalves da Silva; “Paraíso”, dos herdeiros de José Marques de Souza; “Cantagallo”, de Jose Azulay; “Santa Rosa”, de José Ignácio; “Cassiporé”, de Thomaz Montenegro; “São Paulo”, do dr. Anísio Jobim; “Porto Alegre”, de Candido de Lima; “Casa Branca”, de José Cohen; “Engenho”, de Francisco costa e Theofilo Monteiro de Aguiar; “Floresta”, de Anastácio Marques.

No lago do Coari entre outras contam-se “Bom-an”, de Isidoro do Carmo; “Patauá”, e “Alvéolos”, (antiga freguesia de Coari), do major Deolindo Dantas.

Na propriedade do Dr. Jobim vi alguns espécimes de gado bovino, aves domesticas e um bem cuidado jardim onde há flores e trepadeiras de vários matizes.

O clima do município, como o de todo o vale do Amazonas, é quente e úmido, sendo de trinta e seis graus a sua maior temperatura. Chove ali de modo irregular e com abundância, exceto nos meses de julho e agosto.

Os principais males, que afetam a saúde da população, são as feridas bravas, a verminose, o paludismo e as febres catarrais.

No entanto, não existe ali nenhum médico, tampouco farmácia. Nos transe mais dolorosos, os doentes são amparados pelo farmacêuticos Benedito Edelberto de Góes, que, valendo-se de seus preparados medicinais e de outros remédios adquiridos com grandes sacrifícios, não tem poupado esforços em combater as enfermidades, livrando muitos infelizes das garras da fatalidade.

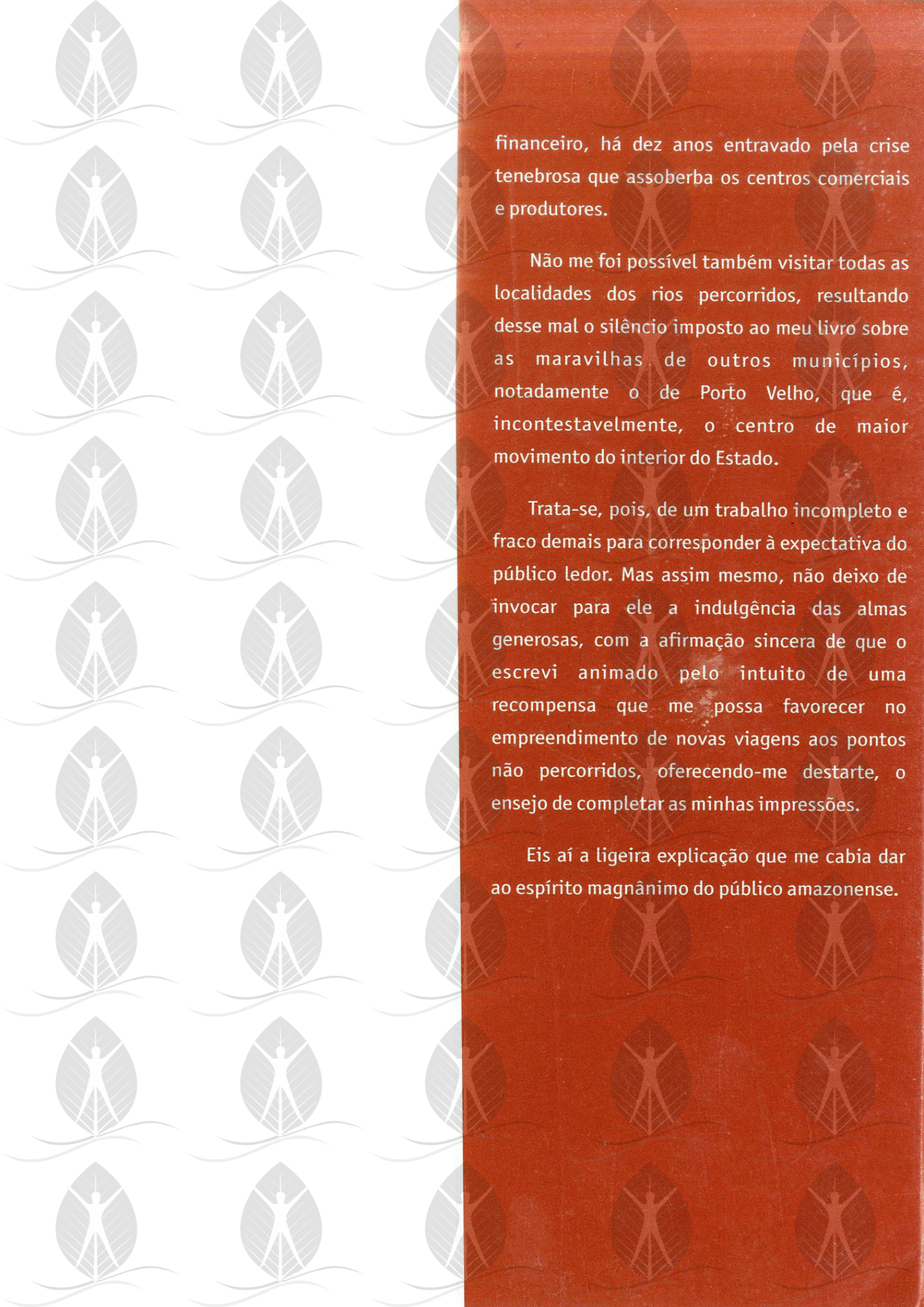
Ultimamente, esse abnegado descobriu um unguento de grande eficácia no combate às feridas bravas, assim como um colírio de efeitos positivos no tratamento de moléstias dos olhos.

Na falta de produtos farmacêuticos, o professor Edelberto recorre aos remédios homeopáticos e até mesmo as dosagens caseiras, aplicando continuamente cozimentos de ogervão como soporífico pronto e seguro no tratamento de defluxos e cozimento de alfavaca como paliativo as bronquites e febres catarrais.

Não exige nenhum recurso pecuniário dos seus clientes e contenta-se em viver naquela vila com sua família quase à mingua, envergonhado da sua pobreza, mas sempre orgulhoso do seu caráter de homem honesto e laborioso.

Vem a pelo salientar que a vila de Coari é farta de peixes e tartarugas, mas não possui mercado. Os gêneros são vendidos no porto ou nas ruas pelos caboclos que chegam dos lugares adjacentes.

A população da vila não passa atualmente de cento e vinte habitantes quando antigamente ascendia a uma numero considerável, acontecendo que muitos habitantes em certas épocas do ano, moravam em canoas fundeadas no porto.



financeiro, há dez anos entravado pela crise tenebrosa que asoberba os centros comerciais e produtores.

Não me foi possível também visitar todas as localidades dos rios percorridos, resultando desse mal o silêncio imposto ao meu livro sobre as maravilhas de outros municípios, notadamente o de Porto Velho, que é, incontestavelmente, o centro de maior movimento do interior do Estado.

Trata-se, pois, de um trabalho incompleto e fraco demais para corresponder à expectativa do público leitor. Mas assim mesmo, não deixo de invocar para ele a indulgência das almas generosas, com a afirmação sincera de que o escrevi animado pelo intuito de uma recompensa que me possa favorecer no empreendimento de novas viagens aos pontos não percorridos, oferecendo-me destarte, o ensejo de completar as minhas impressões.

Eis aí a ligeira explicação que me cabia dar ao espírito magnânimo do público amazonense.



**S**e a opulência do Amazonas se revela na enormidade dos seus rios caudalosos, o Solimões é, sem dúvida, um dos mais importantes contribuintes dessa grandeza fluvial.

No seu curso longo e fatigante, recebendo o líquido de uma infinidade de afluentes, esse rio largo e de águas barrentas corre através de magníficas terras que deixam ressumbrar o viço da sua luxuriante vegetação.

É pouco abaixo do Xiborena, a pequena distância do porto de Manaus, que o Solimões, descendo em vertiginosa carreira, se precipita no vasto lençol do rio Negro, dando-se assim o contato entre essas artérias fluviais, que mais parecem dois abismos na tortura de um recontro misterioso e sublime.





## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)

Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA